www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO DE 2026

NÚMERO 23.238 • 34 PÁGINAS • R$ 5,00

Copom mantém Selic a 13,75%

Na penúltima reunião do ano, o colegiado interrompeu o ciclo de corte na taxa de juros, após cinco quedas consecutivas. No comunicado, os diretores citaram piora nas expectativas para inflação e a incerteza em relação ao cenário externo.

PÁGINA 7 E BRASÍLIA-DF, 4

Alcolumbre desacelera maioridade

Um dia depois de aprovar a PEC da Segurança, o Senado travou a análise da proposta de redução da maioridade penal. Presidente da Casa, Davi Alcolumbre tirou o tema da pauta e quer esperar o projeto da Câmara sobre o tema. Oposição acusa o Planalto de frear a proposta.

PÁGINA 2

Pedro Paulo Cardoso CB/DA Press



De olho na reincidência

No *CB.Poder*, o secretário de Segurança Pública do DF, Alexandre Patury, falou sobre avanços com a PEC da Segurança e da importância de discutir a reincidência e a microcriminalidade.

PÁGINA 15

Direito & Justiça

Depois da PEC, é hora de um plano nacional

Aprovada na quarta-feira, a PEC da Segurança abre caminho para maior integração no combate à criminalidade. No entanto, sucesso passa pela implementação de um sistema único do setor, com União e estados.

Coluna Data Venia: STF aprofundou o tema bets

Golpe bancário causa prejuízo de R$ 115 milhões

PÁGINA 15



Arte: Maurenilson/CB sobre fotos da AFP/ Divulgação

Um novo país sai das urnas que derrotaram Trump

Não foi apenas a reconquista da Câmara dos Representantes e do Senado pelos democratas. As eleições de meio de mandato nos Estados Unidos foram marcadas pela diversidade e pela ascensão de personalidades até então excluídas do cenário do poder. Uma mulher negra governadora, um senador abertamente gay, uma indígena no governo... As minorias se destacaram nas urnas. Pelos próximos dois anos, o presidente republicano Donald Trump governará como "pato manco", com influência e capacidade decisória reduzidas. Especialistas avaliam ao **Correio** as consequências do revés histórico da Casa Branca.

Minervino Júnior/CB/D.A Press

Fator Lula ajudou para a "onda azul"

Professor de relações internacionais do IDP, Robson Valdez avaliou, no *CB.Poder*, que a mobilização para a reeleição do presidente brasileiro contribuiu para vitória democrata.



Irã festeja fracasso republicano. Europa celebra a democracia

Apoiadores de Lula vão às redes sociais festejar eleição nos EUA

Sete brasileiros, todos democratas, foram eleitos deputados estaduais

VISÃO DO CORREIO

"O país que saiu das urnas falou sobre algo de que, há tempos, a sociedade preferia não falar: os parâmetros da democracia".

LUIZ CARLOS AZEDO

A economia frágil e a hostilidade aos hispânicos elevaram a sensação de que Trump, o maior derrotado no pleito, ameaça a democracia.

PÁGINAS 3, 5, 9, 10 E 12

Redação dá início à temporada do Enem

Primeira etapa das provas será no domingo. Professores dão dicas para a construção de um texto final. É importante chegar ao local no horário.

PÁGINA 17

Fla vence Grêmio e pressiona Palmeiras

Na liderança do Brasileiro, Rubro-negro vence gaúchos por 3 x 1, no Maracanã. Em segundo lugar, Palmeiras joga hoje contra o Remo.

PÁGINAS 19 E 20

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Então, é quase Natal / Lojas de produtos natalinos e shoppings se vestem de verde, vermelho e brilhos à espera da melhor data para vendas no comércio. No Pátio Brasil (foto), a árvore já está montada. PÁGINA 18

Saúde do DF entra em alerta para a mpox

A doença altamente transmissível teve oito casos, em outubro, na capital e a Secretaria de Saúde abriu investigação sobre as ocorrências. Em todo o ano, foram 23 registros — em 2025 houve 25. Causada pelo vírus MPXV, a principal manifestação é o surgimento de erupções cutâneas e lesões na pele. Especialistas recomendam a imediata comunicação à vigilância epidemiológica nos primeiros sintomas.

PÁGINA 13

ISSN 1808-2661

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 (61) 99158.8045 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166 (61) 99256.3846

PODER

Alcolumbre freia PEC da Maioridade Penal

Presidente do Senado desiste de colocar em votação a proposta e diz que vai aguardar a Câmara concluir a tramitação de seu texto para então levá-lo a plenário. Oposição acusa o governo Lula de agir no Congresso para adiar a apreciação

» LUÍZA ALTOÉ

Waldemir Barreto/Agência Senado



Alcolumbre durante a sessão de ontem: avanço da discussão no Senado sobre a redução da maioridade penal provocou mal-estar na Câmara

Após disputas entre senadores e deputados sobre qual Casa dará andamento ao tema da redução da maioridade penal, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), anunciou ontem que vai esperar a Câmara concluir a tramitação para então colocar o tema em votação. Segundo ele, a decisão atende a um pedido do deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), presidente da Câmara.

"Na condição de presidente, preciso compreender que a ponderação foi razoável. E mesmo a gente concordando ou não, eu preciso tentar, da melhor maneira possível, uma relação pacífica, mesmo compreendendo que o Senado também pode ser Casa iniciadora e não só revisora", argumentou Alcolumbre.

Na Câmara, a tramitação da proposta está mais avançada. A proposta de emenda à Constituição (PEC) foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e tramita em uma comissão especial. O relator do texto, Mendonça Filho (PL-PE), e o presidente da comissão especial, Aluísio Mendes (Republicanos-MA), pretendem apresentar e votar o relatório no colegiado no fim deste mês.

De acordo com Mendes, há compromisso por parte de Motta de que a matéria seja votada em plenário assim que aprovada na comissão especial. A ideia, segundo ele, é que a PEC seja enviada para análise do Senado na primeira semana de dezembro. "O presidente Davi fez um compromisso com a gente — antes da eleição — de que, a Câmara votando, ele votaria imediatamente no plenário", disse.

Ao comentar sobre o mérito da proposta, Mendonça defendeu uma redução da maioridade penal de 18 anos para 16 anos. "Tenho uma firme convicção em torno dos 16 anos", frisou. Ainda assim, destacou que está aberto a discutir o alcance da medida, assim como se ela estará restrita a algum tipo de crime específico. "O debate está aberto. Eu quero construir", afirmou. Ele defendeu, por exemplo, que menores de 18 anos cumpram pena separados dos maiores de idade.

O colegiado também aprovou requerimentos que envolvem convites a representantes do governo para discutir a redução da maioridade penal. Entre os pedidos, foi aprovado uma audiência com o ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva; e representantes da Secretaria Nacional de Segurança Pública e da Polícia Federal. Além disso, convites à ministra dos Direitos Humanos, Janine Mello, para debater o assunto.

Mendes criticou o fato de o Senado desejar andar com o assunto de "afogadilho", sendo que a Câmara discute o tema e segue o processo legislativo desde antes das eleições. "Esse açodamento do Senado não se justifica, porque essa Casa não está se omitindo", enfatizou. "Eu estive com o presidente Hugo Motta agora. Conversei com ele que é um absurdo a Câmara ser atropelada dessa forma."

Conforme o parlamentar, a insatisfação não se restringia à Câmara, mas também a senadores que não estão satisfeitos com a "pressa" para votar o tema no Senado.

As críticas vieram à tona após o Senado articular, na terça-feira, após a aprovação da PEC da Segurança Pública, a possibilidade de votar, ontem, um texto da Casa sobre a redução da maioridade penal.

> **Vou atender a esse pedido do presidente Motta e não vou colocar em deliberação hoje. Vou aguardar a Câmara. Ele fez um compromisso comigo de que, neste mês de novembro, ele votará lá e, quando chegar, vamos votar aqui"**
>
> ***Davi Alcolumbre (União-AP),*** *presidente do Senado*

O acordo foi firmado depois que o tema ficou fora da PEC da Segurança Pública e as emendas sobre redução da maioridade penal foram transformadas em propostas autônomas.

Durante o dia de ontem, o líder do MDB, senador Eduardo Braga (AM), colheu assinaturas e conseguiu apresentar um requerimento de calendário especial para que a PEC da redução da maioridade penal tivesse sua tramitação acelerada. Com isso, a matéria poderia ser apreciada diretamente em plenário, sem precisar passar pelas comissões. Com a negativa de Alcolumbre, Braga sugeriu o estabelecimento de uma data-limite para a Câmara votar a matéria; caso contrário, o Senado daria andamento ao assunto.

Para além da disputa entre as Casas, a definição de um texto de consenso também é um entrave para a tramitação acelerada da PEC no Senado. A mais rígida, do Partido Liberal (PL), reduz a maioridade penal de 18 anos para 16 anos em casos de crimes gerais, indo para 14 anos em crimes hediondos. A do PT, por outro lado, sugere a redução para 16 em casos de crimes hediondos, mantendo em 18 casos gerais. Ambas tramitam em conjunto.

A decisão de Alcolumbre de aguardar a PEC da Câmara provocou críticas de senadores da oposição. Eles defenderam que o Senado tivesse protagonismo no debate. O líder do PL, senador Carlos Portinho (PL-RJ), reprovou a decisão e a quebra do acordo. Segundo ele, não existe possibilidade de novos acertos com o governo no âmbito da reforma tributária e da regulamentação da jornada de trabalho 5x2. "O governo esgotou, com o líder do PL, qualquer possibilidade de acordo pelo menos pelos próximos meses, até que o mínimo seja cumprido", afirmou.

Já a líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE), defendeu o prosseguimento da tramitação na Câmara. Ela disse que o tema demanda um debate aprofundado, tendo em vista as divergências. Para a parlamentar, isso não inviabiliza que o assunto seja votado também pelo Senado ainda este ano. "Não é porque a gente é Casa revisora que a gente vai dizer que é melhor e maior do que os deputados, que estão trabalhando esse tema numa comissão especial", disse.

A reação da oposição foi criticada por Alcolumbre. Ele lamentou que muitos atores políticos se promoveram e ganharam a eleição ofendendo as pessoas. "(Foram eleitos) com base em alguma agenda específica — fosse contra o Judiciário, o Executivo, o presidente do Senado —, porque dava voto na eleição um parlamentar ofender um presidente do Senado que não abre impeachment de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)", rebateu.

Saiba mais

Pedido de Lula

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), desistiu de pautar a votação PEC da redução da maioridade penal porque, segundo ele, foi um pedido do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também entrou em campo para adiar a votação, em um esforço que envolveu o Ministério da Justiça e senadores que se opõem à pauta.

Lula ligou para Motta e para Alcolumbre e também ponderou que a Câmara já trabalhava com o tema. Ele pediu que fosse dada prioridade ao projeto dos deputados, com participação popular, realizando audiências públicas, sem tramitação acelerada.

A estratégia do Planalto consiste em ganhar tempo. Ainda que Lula tenha se posicionado de forma favorável à redução da maioridade para 16 anos, o tema é sensível para o PT, que tem posição historicamente contrária.

Situação de Flávio será avaliada após voto nos EUA

AFP



Flávio fugiu para os Estados Unidos depois de perder a eleição

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), afirmou ontem que avaliará a situação do senador Flávio Bolsonaro (PL), que fugiu para os Estados Unidos após ser derrotado na disputa presidencial. A declaração foi dada após o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), questioná-lo sobre o motivo de Flávio ter conseguido votar sobre a PEC da Segurança.

"O senador Flávio Bolsonaro teve condições de votar ontem (anteontem) por um único motivo, por toda sessão convocada semipresencial, nossos colegas senadores podem votar pelo aplicativo e registrar presença. Vamos avaliar a questão de ordem apresentada por Vossa Excelência para ver qual encaminhamento podemos dar", declarou Alcolumbre.

Foi a primeira vez que o político participou de uma votação depois de fugir para os Estados Unidos após perder a eleição. O senador votou a favor da aprovação da PEC nos dois turnos, mas divergiu do desmembramento de emendas que tratavam da redução da maioridade penal, que foi aprovado com placar de 38 a 36 e, agora, seguem como propostas independentes.

A participação de Flávio foi possível em razão do Sistema de Deliberação Remota, implementado durante a pandemia de covid-19. Com ele, os parlamentares podem registrar seu voto a distância.

Há uma série de normas e tecnologias para garantir a segurança durante a votação. Os dispositivos que abrigam o sistema precisam ser previamente habilitados para uso exclusivo do parlamentar, que acessa o aplicativo Senado Digital com suas credenciais pessoais. Durante o processo de votação, o sistema capta uma imagem do político para reforçar a autenticação.

A norma que permitiu o uso do aplicativo determina que os parlamentares podem utilizá-lo desde que tenham registrado presença física no Senado. Mas a participação remota em votações é permitida em sessões especiais, debates temáticos ou se houver aprovação do plenário.

A PEC da Segurança Pública foi aprovada unanimemente e sem a inclusão de emendas sobre redução da maioridade penal. No primeiro turno, registrou 73 votos a favor e zero contra e, no segundo, 75 favoráveis e nenhum contra.

A Proposta de Emenda à Constituição cria o Sistema Único de Segurança Pública e fortalece a integração entre União, estados e municípios na investigação e punição das organizações criminosas.

Flávio deixou o Brasil em 27 de outubro, dois dias depois de perder a eleição para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A fuga dele descumpre ordem do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinava a entrega de seus passaportes e a proibição de sair do país.

» Judicialização do fim da 6x1

Promulgada pelo Congresso em 16 de outubro, a Emenda Constitucional 141, que estabelece o fim da escala 6x1, está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal (STF) por entidades patronais. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) informou, ontem, que entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a emenda no Supremo. Na ação, argumenta que a mudança "viola princípios constitucionais como a segurança jurídica, a proteção ao ato jurídico perfeito, a autonomia coletiva e a livre iniciativa". A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) também entrou com ação na Corte. O relator sorteado para a ação da CNC foi o ministro Flávio Dino.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



O sonho americano, a perseguição aos hispânicos e a derrota de Trump

Publicado em 1909, *Martin Eden*, de Jack London (1876–1916), conta a história de um jovem marinheiro autodidata que luta para se tornar escritor. Inspirado na trajetória do autor, o romance acompanha a conquista do reconhecimento e a desilusão com uma sociedade que mede o valor dos indivíduos pelo dinheiro e pelo prestígio. Também retrata o "sonho americano" na ótica dos trabalhadores que ajudaram a construir os Estados Unidos.

London escreveu o livro durante sua viagem pelo Pacífico a bordo do Snark, quando já era conhecido por *O chamado da selva, O lobo do mar* e *Caninos brancos*. Seu alcance ultrapassa a autobiografia. Mostra a correlações entre trabalho, nacionalidade e posição social, as contradições de um país que sempre precisou dos braços de estrangeiros enquanto estabelecia a hierarquias entre eles.

Essa história é bem contada em Nós, o povo, de Leo Huberman (1903–1968), uma interpretação da formação dos Estados Unidos pelo trabalho e pelas disputas em torno da riqueza. A imagem do país como um grande ímã de povos traduz a realidade de que sua expansão econômica foi inseparável da chegada de milhões de pessoas de diferentes nacionalidades, religiões, profissões, culturas e condições sociais.

"Gente branca, preta, amarela, de pele escura; católicos, protestantes, huguenotes, quakers, batistas, metodistas, unitarianos, judeus; espanhóis, ingleses, alemães, franceses, noruegueses, suecos, dinamarqueses, chineses, japoneses, holandeses, boêmios, italianos, austríacos, eslavos, poloneses, romenos, russos — e a lista está apenas começando; fazendeiros, mineiros, aventureiros, soldados, marinheiros, ricos, pobres, mendigos, ladrões, sapateiros, alfaiates, atores, músicos, ministros religiosos, engenheiros, escritores, cantores, cavadores de valas, industriais, açougueiros, padeiros e fabricantes de velas", destaca Huberman.

Todos abriram caminhos, ergueram cidades e transformaram costumes. A diversidade da vida norte-americana resulta desse processo, cujo êxito decorre da tradução da identidade étnica pelo sonho de uma vida melhor. É um erro, porém, desconsiderar seus conflitos. A imigração voluntária não se confunde com o tráfico de africanos escravizados, assim como a expansão territorial não apaga a expropriação dos povos indígenas.

> A FRUSTRAÇÃO MATERIAL SE COMBINOU COM A HOSTILIDADE DIRIGIDA ÀS COMUNIDADES HISPÂNICAS, QUE CATALIZOU O SENTIMENTO DE QUE TRUMP É UMA AMEAÇA À DEMOCRACIA

Na verdade, a hostilidade aos estrangeiros e as restrições raciais à entrada e à cidadania também fazem parte da trajetória dos Estados Unidos e suas elites, ingredientes que foram incorporados por Trump à sua política. O estrangeiro sempre foi necessário à economia e, simultaneamente, apresentado como ameaça ao emprego, à segurança e à identidade nacional.

Efeito catalisador

Trump fez da imigração um instrumento de mobilização eleitoral contra o outro. Fechar as fronteiras passou a funcionar como resposta para inseguranças que nascem do custo de vida, das transformações no trabalho e da perda de perspectivas de ascensão social. A perseguição a imigrantes, porém, atingiu famílias e comunidades muito além daqueles sujeitos à deportação. Foi uma agressão ao que existe de mais profundo e antropológico no imaginário da formação do povo norte-americano.

As eleições de 3 de novembro expuseram os limites dessa estratégia. Os democratas reconquistaram o Senado e a Câmara, avançando sobre territórios republicanos. James Talarico venceu no Texas; Roy Cooper conquistou a vaga da Carolina do Norte; Sherrod Brown recuperou espaço em Ohio. Kansas também mudou de lado. Inflação, denúncias de corrupção, a guerra com o Irã e a brutalidade do governo contra os hispânicos produziram uma rejeição que atravessou fronteiras sociais e partidárias. Rompeu-se a confiança nas grandes promessas feitas por Trump.

O afastamento de eleitores hispânicos em redutos históricos de Trump integra esse quadro. Muitos nasceram nos Estados Unidos, em famílias estabelecidas há gerações; somente os cidadãos naturalizados podem votar nas eleições federais. Não existe um voto latino automático. Como em toda eleição, renda, religião, segurança e expectativas econômicas pesam nas escolhas. Mas acontece que a frustração material se combinou com a hostilidade dirigida às comunidades hispânicas, que catalizou o sentimento de que Trump representa uma ameaça à democracia. Prometeu prosperidade, entregou conflitos e insegurança.

Surgiram novos líderes democratas. Talarico simboliza a possibilidade de disputar um estado há décadas identificado com os republicanos. Jon Ossoff, na Geórgia, ampliou sua força. Em Michigan, Jocelyn Benson emergiu na disputa pelo governo, enquanto o progressista Abdul El-Sayed avançou para o Senado. A onda azul favoreceu diferentes correntes, entre as quais a socialista, mas os democratas moderados demonstraram maior capacidade de ampliar alianças.

O desafio democrata é transformar a rejeição a Trump numa maioria duradoura. O novo Congresso poderá conter iniciativas e investigar abusos, mas Trump permanece na Casa Branca. E o trumpismo conserva suas raízes, ancorado no movimento MAGA (Make America Great Again) e no "supremacismo branco" de anglo-saxões e nórdicos.

CONGRESSO

Anistia a golpistas é promessa de Marinho

Lançado à Presidência do Senado, parlamentar defende perdão aos que atentaram contra a democracia. Tereza Cristina mantém projeto de chegar ao comando da Casa

» DANANDRA ROCHA

O PL oficializou ontem a candidatura de Rogério Marinho (PL-RN) à Presidência do Senado. O anúncio ocorreu após reunião da bancada na sede nacional da legenda, com a presença de 33 senadores, em Brasília, e foi acompanhado por manifestações de apoio de parlamentares aliados. Em seu discurso, Marinho defendeu a anistia aos condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e afirmou que pretende trabalhar para que a proposta avance no Congresso. A eleição para o comando da Casa está marcada para 1º de fevereiro.

Ao anunciar a candidatura, Marinho afirmou que pretende reunir apoio de diferentes partidos para chegar à Presidência do Senado. "O Congresso Nacional vai nos dar condição de destravar a pauta e vamos permitir que o projeto da anistia seja apreciado", declarou. Em entrevista após o lançamento, o senador disse considerar a anistia uma pauta correta, mas ressaltou que a decisão sobre eventual aprovação caberá à maioria dos parlamentares. Ele também defendeu que o projeto tramite regularmente no Legislativo.

A candidatura, no entanto, ocorre em meio à disputa com a senadora Tereza Cristina (PP-MS), que também pretende concorrer ao comando da Casa. Em entrevista à CNN Brasil ontem, a parlamentar afirmou que seu projeto de presidir a Casa não surgiu recentemente e que já havia conversado com Marinho sobre o assunto quando o senador articulava a possibilidade de ser vice na chapa de Flávio Bolsonaro.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Marinho: "Vamos permitir que o projeto da anistia seja apreciado"

"Eu sempre disse que meu projeto prioritário era ser a primeira mulher a ocupar a cadeira da Presidência depois de 203 anos do Senado. Não é uma novidade para ninguém", afirmou. Tereza também declarou que mantém a candidatura. O **Correio** entrou em contato com a senadora para comentar o lançamento do nome do parlamentar do PL, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

Apesar da concorrência, Marinho afirmou que mantém diálogo com Tereza e que os dois pretendem chegar a um entendimento antes da eleição. O senador disse que a parlamentar tem "legitimidade" para apresentar seu nome e que a intenção é evitar uma disputa entre aliados. A proposta discutida é que, mais perto da votação, um dos dois retire a candidatura para concentrar os votos em um único representante do campo político.

Tereza, entretanto, não anunciou desistência e afirmou que pretende conversar com os 81 senadores para apresentar seu projeto.

O lançamento de ontem reuniu parlamentares que manifestaram apoio ao nome de Marinho. O senador eleito Marcel van Hattem, do Novo, destacou a atuação do colega na oposição e sua participação nas articulações de investigações no Congresso. "Ninguém representou mais a resistência de uma oposição a tudo isso do que Rogério Marinho", afirmou. Van Hattem também citou o trabalho do senador na CPMI do INSS e defendeu que o Senado e a Câmara recuperem a capacidade de fiscalizar os demais Poderes.

O senador eleito Carlos Portinho (PL-RJ) também declarou apoio ao candidato do partido. Para ele, Marinho reúne experiência política e capacidade de articulação para comandar a Casa. "Nós venceremos com o Rogério Marinho, nosso candidato, na nossa grande bancada, com as construções que estamos fazendo para obter essa maioria", frisou. Portinho acrescentou que considera necessário fortalecer a atuação do Senado diante de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que, na avaliação dele, atingem as prerrogativas do Legislativo.

O senador eleito Carlos Bolsonaro (PL-SC) reafirmou o apoio a Marinho e disse que o partido trabalha para consolidar os votos necessários até a eleição.

Dívidas de estados

O Senado aprovou, ontem, o Projeto de Resolução 50/2026, que permite a estados, ao Distrito Federal e a municípios contratar operações de crédito para reestruturar e recompor o principal de dívidas nos 120 dias anteriores ao fim do mandato dos chefes do Executivo. O texto segue para promulgação.

O texto altera a Resolução do Senado 43/2001, que restringe a contratação de operações de crédito nos últimos 120 dias de mandato. A exceção prevista no projeto vale para operações destinadas exclusivamente à substituição de dívidas existentes por outras em condições financeiras mais favoráveis, sem a obtenção de novos recursos livres. Para trocar uma dívida por outra, estados e municípios já precisam cumprir critérios do Tesouro Nacional.

Em seu parecer, o relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), argumentou que a medida permite que os entes federativos aproveitem oportunidades de renegociação e reduzam custos financeiros, sem comprometer os mecanismos de controle do endividamento público.

Braga argumentou que oportunidades de renegociação podem desaparecer com as oscilações do mercado. Segundo ele, "a postergação pode, inclusive, resultar em custos financeiros mais elevados, em prejuízo das contas públicas". O senador acrescentou que pelo menos 12 estados poderão ser beneficiados.

Pelo texto, antes da contratação, o ente federativo deverá divulgar em seu site oficial um demonstrativo com a metodologia e a memória de cálculo do valor presente das dívidas original e renegociada, os cronogramas anuais de pagamento e as mudanças relevantes nas condições financeiras, nas garantias e nos riscos da operação.

A proposta foi apresentada pelo senador Renan Filho (MDB-AL). Ao defender o texto, o parlamentar afirmou que a restrição de fim de mandato não deve impedir operações que permitam "substituir dívidas antigas por obrigações menos onerosas e com condições mais favoráveis". (**Com Agência Senado**)



Brasília-DF



ROSANA HESSEL (INTERINA)
rohessel@gmail.com

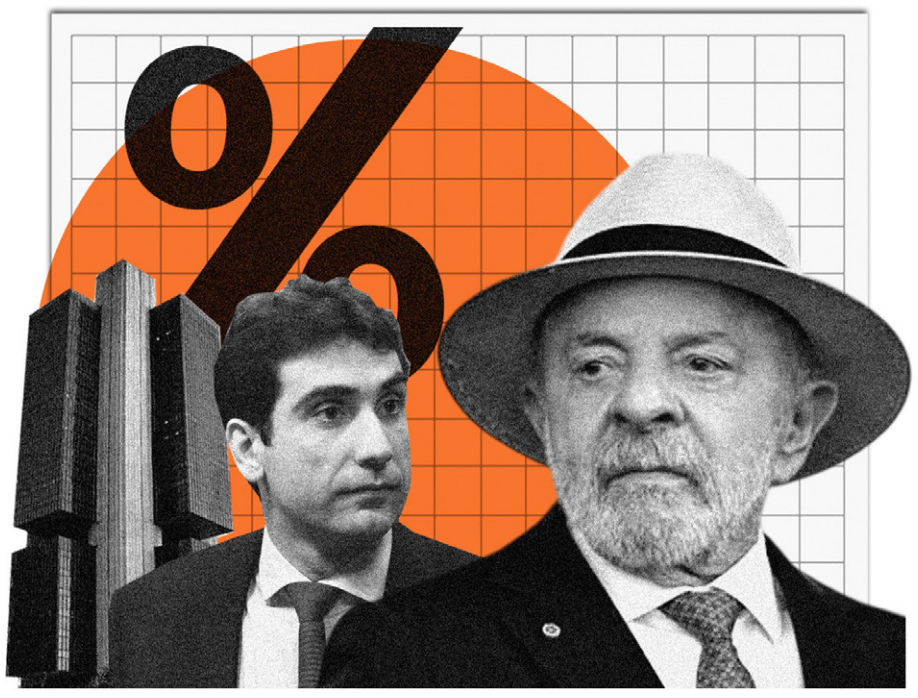
BC reforça alerta sobre questão fiscal

Como esperado pelo mercado financeiro, e na contramão da expectativa do setor produtivo, o Banco Central (BC) decidiu, ontem, manter a taxa básica da economia (Selic) em 13,75% ao ano, interrompendo o ciclo de cortes nos juros iniciado em março. A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) foi unânime. E, em meio às pressões de governistas, reforçou a independência do colegiado presidido por Gabriel Galípolo. Ao justificar a decisão no comunicado, o Copom destacou o cenário mais desafiador, a desancoragem das expectativas "por um período mais prolongado" e o dólar mais valorizado após a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Além de piorar as projeções para inflação até o segundo trimestre de 2028, o BC deixou clara a preocupação com o descasamento entre as políticas fiscal e monetária. "O Comitê segue acompanhando como os desenvolvimentos da política fiscal doméstica impactam a política monetária e os ativos financeiros, reforçando a postura de cautela em cenário de maior incerteza", informou a nota.

Assim, os juros seguem em patamar restritivo para a atividade econômica e o BC não sinaliza se haverá retomada de cortes na última reunião do ano do Copom, dias 8 e 9 de dezembro. Analistas destacam essa falta de sinalização com a retirada da palavra "calibragem" do comunicado. "A taxa de juros no atual patamar também preocupa bastante, especialmente com as projeções para a inflação sendo revisadas para um cenário muito mais pessimista neste ano e nos próximos", comentou o economista Ecio Costa, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Rogério Sobreira, economista-chefe do Banco do Nordeste (BNB), reconheceu que o BC preferiu manter-se cauteloso, mesmo depois da derrota do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, nas eleições de meio de mandato. Para ele, o BC manterá a Selic em 13,75% ao ano em dezembro, "preservando uma postura cautelosa e dependente da evolução dos indicadores econômicos". A retomada de cortes só ocorrerá em janeiro de 2027, segundo ele, apenas se houver "continuidade da desaceleração da atividade, acomodação das expectativas de inflação e a redução das incertezas fiscais e externas".



Só vendo para crer

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva faz um pronunciamento, neste domingo, para apresentar um plano com possíveis medidas de ajustes. Uma forma de tentar acalmar o mercado financeiro, que vem demandando alguma sinalização de comprometimento com o equilíbrio fiscal, e demonstrando mau humor por ter apostado no perdedor, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) — que fugiu para os Estados Unidos. Mas especialistas e analistas ouvidos pela coluna estão como São Tomé — "esperando ver para crer". Os dados recentes mostram que o problema fiscal é grave e as contas deste ano, e do próximo, não fecham. Diante dos rombos fiscais sucessivos, a dívida pública bruta em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) não para de crescer, atingindo, em setembro, 82,9% do Produto Interno Bruto (PIB), maior patamar desde março de 2021, conforme dados do BC.

Ploa e PLDO para 2027

Os projetos de Lei Orçamentária Anual (Ploa) e de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do próximo ano ainda estão parados no Congresso. Especialistas não cansam de alertar sobre as estimativas otimistas da econômica atual, que precisam ser revisadas, pois as contas não fecham. Segundo um técnico do Legislativo, dificilmente as propostas serão aprovadas neste ano. Ao menos, o relator do Orçamento está definido, o senador Eduardo Braga (MDB-AM). Mas o do PLDO, que precisa ser aprovado antes, ainda segue sem definição. O nome mais cotado é o do senador Eduardo Gomes (PL-TO). "A votação do Orçamento de 2027 é incerta. Só Deus sabe como vai ser fechado com as promessas de campanha do presidente Lula, sem fontes de recursos efetivas", alertou o economista Ecio Costa, da UFPE.

Buraco de R$ 50 bi pelo menos

Analistas reconhecem que a peça orçamentária de 2027 não tem espaço fiscal para absorver todos os pacotes de aumento de gastos anunciados por Lula na campanha eleitoral, como o reajuste do Bolsa Família, a tarifa zero no transporte público, os perdões de dívidas nos vários programas Desenrola, entre outros. A Instituição Fiscal Independente está fazendo os cálculos e, segundo o diretor da IFI, Alexandre Andrade, os dados preliminares apontam que, pelo menos, R$ 50 bilhões dessas despesas que não cabem no Orçamento. "Não vai ser fácil ajustar esse Orçamento", disse, em entrevista à coluna. Aliás, a IFI comemora 10 anos de existência em evento dia 10, em uma roda de conversa, na Biblioteca do Senado, a partir das 18h.

Fraude de R$ 30 bi no combustível

O presidente do Instituto Combustível Legal, Emerson Kapaz, participa, hoje, da Convenção Livre Mercado, em Brasília, com uma solicitação direta ao Congresso: combater as brechas que alimentam fraudes bilionárias no setor de combustíveis. Estimativas do ICL apontam cerca de R$ 30 bilhões anuais em perdas ligadas a ilegalidades no setor. No encontro, Kapaz defenderá o avanço do PLP 109/25, que amplia o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a informações fiscais para fortalecer a fiscalização, e do PL 399/25, voltado ao endurecimento das punições contra irregularidades e adulteração.

APOSTAS NAS BETS

Cobrança para ouvir famílias

Especialistas defendem que pessoas mais impactadas participem do debate. Discussão de MP que proibiu a atividade avança no Senado

» ALÍCIA BERNARDES

A audiência pública realizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para discutir os impactos da proibição das apostas de quota fixa, as chamadas bets, ampliou o debate sobre os efeitos econômicos e sociais da atividade, mas também deixou questionamentos sobre a participação das famílias atingidas pelo vício em jogos. Após dois dias de discussões, representantes do setor contestaram a relação direta entre as plataformas e o endividamento dos brasileiros, enquanto especialistas em direito apontaram a necessidade de equilibrar os argumentos econômicos com a proteção à saúde e aos consumidores.

Na avaliação da advogada Samantha Louzeiro, especialista em direito administrativo e regulatório, o debate precisa considerar todos os setores envolvidos, especialmente as pessoas que enfrentam consequências financeiras e emocionais relacionadas às apostas. Para ela, embora a audiência seja um instrumento legítimo para reunir informações que subsidiem a decisão do Supremo, a participação de empresas, clubes e agentes econômicos não substitui a escuta direta da sociedade civil. A especialista ressaltou que entidades de defesa do consumidor solicitaram participação, mas não foram incluídas na programação inicial.

A ausência, segundo Louzeiro, pode produzir um desequilíbrio na compreensão dos impactos da atividade. Ela ponderou que os efeitos econômicos sobre clubes e empresas aparecem em contratos, receitas e projeções financeiras, enquanto os prejuízos familiares costumam se manifestar gradualmente, em contas atrasadas, empréstimos e conflitos domésticos.

"A proteção das famílias não pode ser tratada como uma questão secundária diante dos interesses econômicos", avaliou.

> **A proteção das famílias não pode ser tratada como uma questão secundária diante dos interesses econômicos"**
>
> ***Samantha Louzeiro,*** *advogada*

O professor de direito penal do Ibmec Brasília Tédney Moreira também chamou atenção para a diferença entre os argumentos apresentados pelos setores econômicos e a realidade vivida pelos consumidores. Na avaliação dele, a manifestação de órgãos públicos sobre o endividamento e a saúde não substitui a participação direta de pessoas afetadas e de seus familiares. O especialista defendeu que o Supremo considere dados sobre saúde e comprometimento da renda, além de ouvir, com proteção de identidade, pessoas que enfrentaram problemas relacionados às apostas.

Moreira ponderou que a preservação de empregos, patrocínios e investimentos deve ser considerada, mas não pode, isoladamente, justificar a continuidade da atividade. Para ele, a questão central é avaliar se uma regulamentação rigorosa, acompanhada de fiscalização efetiva, seria capaz de reduzir os danos sociais de maneira comparável à proibição. Entre as medidas que poderiam ser exigidas em eventual retomada das operações, citou limites obrigatórios de depósitos e perdas, mecanismos de autoexclusão centralizada, verificação de idade e restrições à publicidade.

Enquanto o Supremo reúne subsídios para analisar a controvérsia, o Senado começou a movimentar a discussão sobre a Medida Provisória 1.394/2026, que proibiu a exploração, a oferta, a intermediação e a publicidade das apostas de quota fixa no país. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou requerimento do senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) para a realização de audiência pública sobre os impactos econômicos, fiscais e sociais da medida.

O requerimento prevê a participação de representantes do Executivo, especialistas, pesquisadores, entidades de defesa dos consumidores e integrantes dos setores econômicos envolvidos. Na justificativa, Veneziano argumenta que a proibição representa uma mudança significativa no modelo instituído pela Lei 14.790/2023 e que o Congresso precisa avaliar, com base em dados verificáveis, os efeitos sobre o endividamento, a inadimplência, o acesso ao crédito e a saúde das famílias. O senador também defende que o Legislativo participe da construção de soluções antes de decisões judiciais definitivas sobre o tema.

Nos bastidores, senadores do MDB pressionaram pela votação da medida provisória durante a sessão do plenário e defenderam que o assunto seja mantido na pauta para acelerar a instalação da comissão mista responsável por analisar o texto. A movimentação também é vista como uma forma de pressionar o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a dar andamento à tramitação. O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), afirmou que o Executivo tentará instalar a comissão até o fim de novembro. (**Colaborou Luíza Altoé**)

Antonio Augusto/STF



Corte analisa decisão que suspendeu liberação da exploração do serviço

STF avalia casos de loterias municipais

» RENATO SOUZA

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar ontem se os municípios têm ou não competência para explorar serviços de loterias, inclusive esportivas. A Corte analisa uma decisão do ministro Nunes Marques, tomada no ano passado, que suspendeu todas as leis e decretos locais de todo o país que autorizavam a exploração desse tipo de serviço. O caso coloca em jogo bilhões de reais, que são movimentados por apostas de cota fixa todos os anos. A ação que discute o tema foi apresentada pelo partido Solidariedade, que é contra leis e decretos municipais sobre a modalidade.

No plenário, nessa quarta, os magistrados ouviram as sustentações orais de advogados e demais representantes de entidades do setor de loterias e de estados e municípios. O julgamento coloca em oposição interesses dos estados e municípios, já que os governos estaduais temem perder receita caso as prefeituras também possam explorar o serviço. Recursos provenientes de loterias, que não vão para os apostadores, são investidos em serviços públicos, como saúde, educação e infraestrutura.

A advogada Renata Pinho Martins, representante do Estado de São Paulo, sustentou que a exploração de loterias por municípios avança sobre a competência da União e dos estados.

Simone Andrea Barcelos, procuradora do município de São Paulo, questionou a legitimidade da ação apresentada para análise do tema, pois as esferas da Justiça estadual não foram superadas. Posteriormente, defendeu que não há sobreposição ao papel do governo central

Associação Nacional pela Segurança Jurídica dos Jogos e Apostas, representada pela advogada Ana Sofia Cardoso, argumentou que retirar a competência dos municípios para explorar o serviço de loterias prejudica diretamente o financiamento de serviços públicos essenciais. "Essa Corte reafirmou em 2020 que a loteria é um serviço público. A competência legislativa da União se torna abusiva quando impõe aos demais entes uma proibição que a Constituição não lhes vedou. Município coopera com órgãos federais na prevenção à lavagem de dinheiro. É no campo da cidade, da quadra, no posto de saúde, na creche, que o dinheiro da loteria precisa chegar. Por isso, pedimos ao Supremo Tribunal Federal que não tire os municípios deste jogo", afirmou.

Após as sustentações, o ministro Edson Fachin, presidente do STF, suspendeu o julgamento, que será retomado em data ainda a ser definida.

PODER

O "fator Lula" na eleição que derrotou Trump

Para o professor de relações internacionais Robson Cardoch Valdez, vitória do presidente sobre Flávio Bolsonaro foi um dos ingredientes da "onda azul" que varreu os Estados Unidos

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Segundo Valdez, mobilização dos apoiadores de Lula no segundo turno inspirou os adversários de Trump

» MARIA BEATRIZ GIUSTI

A reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi um dos ingredientes da "onda azul" nas eleições norte-americanas de meio de mandato, que representa uma grande derrota para o presidente Donald Trump. A avaliação é do professor de relações internacionais Robson Coelho Cardoch Valdez, em entrevista ao **Correio**, ontem, às jornalistas Mariana Niederauer e Sibele Negromonte.

Para Valdez, o resultado no pleito norte-americano está inserido num contexto político internacional. Ele considera que a reeleição de Lula teve repercussão mundial ao demonstrar que a mobilização popular e o engajamento individual podem enfrentar movimentos políticos considerados autoritários.

Valdez avalia que a vitória de Lula foi vista por setores progressistas e por grupos ligados à pauta ambiental como uma forma de resistência. A possibilidade de uma vitória de Flávio Bolsonaro, na avaliação do professor, representava um risco de retrocesso nas políticas ambientais. Nesse sentido, a preservação da Amazônia e o combate às mudanças climáticas também contribuíram para a repercussão internacional do resultado brasileiro.

"Muitas pessoas viram essa vitória do presidente Lula como uma vitória da humanidade, do ponto de vista mais amplo do que representa a Floresta Amazônica para o clima e para o equilíbrio climático do planeta. Acredito que todo esse contexto acabou contagiando, de alguma forma, esses últimos dias de campanha nos Estados Unidos", salienta.

Se a reeleição de Lula teve algum peso na derrota de Trump, os fatores definidores para o resultado das urnas, porém, foram a política imigratória, o aumento do custo de vida e a atuação do governo dos Estados Unidos nos conflitos externos — como no Irã. Na avaliação de Valdez, a política migratória do governo Trump teve repercussão negativa até mesmo entre parte dos eleitores que apoiaram o republicano.

Ele salienta que a atuação do Serviço de Imigração e Controle de Alfândega dos Estados Unidos (ICE, na sigla em inglês), marcada por abordagens violentas e deportações arbitrárias, contribuiu para ampliar a insatisfação. Além disso, a política tarifária e os conflitos internacionais tiveram impactos sobre a economia norte-americana e o custo de vida da população.

Fiscalização

O professor também entende que a retomada da maioria democrata na Câmara e no Senado deve ampliar a fiscalização sobre as decisões do presidente. Tradicionalmente, o Congresso norte-americano exerce papel importante na condução da política externa do país. Com a mudança na composição das Casas, Trump poderá encontrar mais dificuldades para administrar os conflitos nos quais os EUA estão envolvidos.

Embora não haja, até o momento, números suficientes para garantir a aprovação de um eventual processo de impeachment no Senado, Valdez considera que a abertura de investigações e a possibilidade de um procedimento dessa natureza seriam capazes de provocar desgaste político ao presidente. Segundo ele, os democratas podem utilizar esses instrumentos para enfraquecer a imagem de Trump e do Partido Republicano, de olho na disputa à Casa Branca, em 2028.

Petistas invadem as redes para comemorar

» BEATRIZ VASCONCELOS*

A "onda azul" nos Estados Unidos repercutiu entre parlamentares e senadores brasileiros, sobretudo entre apoiadores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — que aproveitaram para ironizar o bolsonarismo e tripudiar sobre a derrota eleitoral de Donald Trump. Nas redes sociais, estiveram entre as mais acessadas as hashtags como *EuaDidTheL* (EUA fizeram o L) e a *TheBolsonarosEffect* (Efeito dos Bolsonaros), sugerindo que a derrota dos republicanos tem a ver com a presença dos irmãos Eduardo e Flávio Bolsonaro nos EUA, que fugiram do Brasil por alegarem sofrer perseguição política.

A deputada federal Erika Hilton (PT-DF) afirmou que a derrota de Trump foi uma vitória importante para o Partido Democrata. Para ela, o resultado das eleições impacta o Brasil porque ajuda a proteger o país da interferência de Trump e das big techs, acusadas de interferir no processo eleitoral brasileiro.

O deputado federal reeleito Lindbergh Farias (PT-RJ) descreveu o resultado como uma "vitória maiúscula" e disse nas redes sociais que a derrota de Trump é um passo importante para enfraquecer a extrema-direita no mundo.

A deputada federal também reeleita Duda Salabert (PSol-MG), ao celebrar a vitória da oposição de Trump, ressaltou que as eleições de meio de mandato foram marcadas por conquistas históricas, com a primeira mulher indígena eleita para o Senado (a democrata Peggy Flanagan, de 47 anos, pelo estado de Minnesota) e a primeira governadora negra da história dos EUA (a democrata Keisha Lance Bottoms, na Geórgia). Segundo Duda, os resultados representam uma mudança na correlação de forças políticas nos EUA e uma reação àquilo que classificou de "era do retrocesso".

No Instagram, a primeira-dama Janja publicou uma imagem gerada por inteligência artificial na qual a Estátua da Liberdade, símbolo dos Estados Unidos, e o Cristo Redentor, símbolo brasileiro, "fazem o L".

O deputado federal reeleito e criador do Exército do Lula, André Janones (Rede-MG), afirmou que a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está inspirando o mundo inteiro. "A gente está mostrando para o mundo que, sim, nós podemos vencê-los de uma vez por todas!", escreveu em um "post".

A publicação de Janones foi ressaltada pelo ativista do Partido Democrata Isaiah Martin, que utilizou as redes sociais para agradecer ao Brasil por ter "mostrado o caminho" ao celebrar a vitória de aliados nas eleições de meio de mandato nos EUA. Na publicação, Martin escreveu o termo "explode", referência à exortação de Janones na disputa do segundo turno para mobilizar a militância do Exército do Lula.

Com a confirmação da maioria democrata na Câmara e no Senado norte-americanos, Martin manifestou o desejo de conhecer o Brasil. E reforçou a defesa, feita na semana passada, da deportação de Flávio Bolsonaro.

***Estagiária sob supervisão de Fabio Grecchi**

SHELL APRESENTA:

PRÊMIO JK
CORREIO BRAZILIENSE

Consolidando-se como um reconhecimento das personalidades que contribuíram para o desenvolvimento de Brasília, o Prêmio JK Correio Braziliense chega a sua segunda edição em 2026.

SAVE THE DATE
18 · NOVEMBRO

Patrocínio master: Shell
Apoio: ADEMI DF, FIBRA
Realização: Correio Braziliense
Realização: CB Brands

SOCIEDADE

Favelas crescem 150% e perdem áreas verdes

MapBiomas aponta que 77,6% desses territórios viram desaparecer, em 40 anos, cerca de 10% da vegetação — locais fora das comunidades, porém, vão no caminho inverso. Ocupações avançaram sobre regiões sujeitas a inundações e deslizamentos

» RAFAELA BOMFIM

A expansão das favelas brasileiras ocorreu à custa de áreas verdes e avançou sobre terrenos sujeitos a riscos ambientais. Em 40 anos, a área urbanizada dessas comunidades aumentou 150%, passando de 60,2 mil hectares, em 1985, para 151,7 mil hectares, em 2025. No mesmo intervalo, 77,6% dos territórios perderam pelo menos 10% da vegetação. O cenário é constatado por um levantamento do MapBiomas divulgado ontem, Dia Nacional das Favelas.

O crescimento foi superior ao registrado nas demais áreas urbanas do país. Enquanto a ocupação em favelas avançou 150%, a urbanização brasileira aumentou 132% — de 1,9 milhão para 4,4 milhões de hectares. A diferença também aparece no ritmo de expansão: embora o crescimento das cidades esteja desacelerando, as comunidades continuam avançando.

Segundo Julio Cesar Pedrassoli, coordenador do tema Urbano no MapBiomas, a redução da velocidade de expansão não ocorre na mesma proporção entre os diferentes territórios. "As favelas ainda crescem mais rápido do que as áreas urbanizadas fora delas", afirma.

O avanço da construção também modificou a paisagem dessas localidades. A disponibilidade de vegetação dentro dos perímetros urbanizados caiu aproximadamente 34% no período analisado. Em 1985, havia 0,060 hectare de cobertura vegetal para cada hectare construído. Quatro décadas depois, a proporção recuou para 0,040 hectare.

Fora das favelas, a tendência foi inversa: a disponibilidade de áreas verdes aumentou cerca de 10%. Os números mostram que a população dessas comunidades convive com uma presença proporcionalmente menor de vegetação, elemento importante para amenizar as temperaturas e reduzir os efeitos de eventos climáticos.

O levantamento identificou 12,3 mil favelas distribuídas por 651 municípios. Desse total, 9.895 já apresentavam alguma área urbanizada em 1985. Entre as comunidades que existiam naquele ano, 42,4% pelo menos dobraram de tamanho até 2025. Mais de 60% da área urbanizada atualmente nesses territórios surgiu depois do início da série histórica.

Outro aspecto relevante é a forma como ocorreu essa ocupação. Nas favelas, 54% da expansão avançou sobre áreas naturais. No restante do país, a principal origem da urbanização foi a conversão de pastagens, responsável por 38% da área incorporada às cidades. Em números absolutos, a transformação de vegetação natural em espaços urbanizados alcançou 49,5 mil hectares nas comunidades e 866,8 mil hectares nas demais áreas.

Para Julio Cesar Pedrassoli, os resultados reforçam a necessidade de incluir as favelas no planejamento urbano e nas políticas de adaptação às mudanças climáticas. A combinação entre ocupação acelerada, supressão de vegetação e localização em terrenos vulneráveis exige atenção do poder público para reduzir os riscos enfrentados pelos moradores.

Indígenas cobram das autoridades o fim do morticínio

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Povos indígenas e organizações da sociedade civil realizaram uma mobilização em Brasília, ontem, para denunciar a violência contra as comunidades e cobrar a demarcação de terras. Com concentração às 16h no Museu Nacional da República e marcha até o Congresso, o ato respondeu a mais de 30 denúncias registradas pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) desde as eleições, incluindo assassinatos, incêndios e ameaças contra o povo Guarani e Kaiowá, em Mato Grosso do Sul. Diante dos ataques, o Ministério dos Povos Indígenas acionou a Polícia Federal e a Funai, enquanto o governo criou uma força-tarefa. Em carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e em nota do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Distrito Federal (Sindsep-DF), entidades cobram segurança imediata, apuração dos crimes e o cumprimento da promessa de homologar todos os territórios indígenas.

Norte tem maior percentual de comunidade urbanizada

A Região Norte concentra 27,9% de toda a área urbanizada em favelas, embora responda por apenas 9,4% da urbanização nacional. Manaus ocupa a primeira posição em extensão, com 10,5 mil hectares distribuídos por 235 comunidades.

No Distrito Federal, estão as três maiores favelas do país: 26 de Setembro, Sol Nascente e Morro da Cruz. Juntas, ocupam 25,6 km², conforme o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Sol Nascente também aparece entre as maiores comunidades brasileiras em número de moradores. Com aproximadamente 71 mil habitantes, ocupa a segunda posição nacional, atrás apenas da Rocinha, no Rio de Janeiro, que reúne 72 mil pessoas. Paraisópolis, em São Paulo, aparece em terceiro lugar, com 58 mil moradores.

A redução da vegetação tem consequências que ultrapassam a transformação da paisagem. Em áreas urbanas com até 10% de cobertura vegetal, a diferença média de temperatura da superfície chega a 5°C durante o verão. Nos locais com 80% de vegetação, o indicador cai para 1,1°C.

Em aproximadamente um quarto dos setores censitários urbanos analisados, a superfície das áreas construídas apresenta temperatura mais de 7°C superior à das regiões não urbanizadas do entorno. A diferença média nacional é de 2,73°C. Os indicadores consideram a temperatura da superfície, medida por satélite, e não a temperatura do ar.

A vulnerabilidade também aparece na ocupação de terrenos suscetíveis a desastres. Entre 1985 e 2025, a extensão urbanizada de favelas situadas em regiões com alta probabilidade de inundações aumentou 117%. A média anual passou de 3.741 hectares, no intervalo de 1985 a 1989, para 8.111 hectares entre 2020 e 2025. O Pará concentra a maior extensão de comunidades em regiões com suscetibilidade muito alta a inundações, com 2.059 hectares.

A análise também identificou mudanças na distribuição da iluminação artificial. Entre 2013 e 2025, a área com luz noturna detectável por satélite aumentou 37% no Brasil, um acréscimo de 1,7 milhão de hectares. O avanço foi 2,5 vezes mais rápido do que o crescimento da área urbanizada. O Sudeste concentra 40% da área iluminada identificada no território nacional, apesar de representar 11% da extensão do país. (**RB**)

VIOLÊNCIA

Homem que atacou PCD se entrega

O comerciante coreano Denis Young Kim, acusado de agredir um idoso de 79 anos em Osasco (SP), entregou-se ontem à Polícia Civil e foi preso, depois de ter a prisão temporária decretada pela Justiça. Ele era considerado foragido e apresentou-se no 99° Distrito Policial (Campo Grande), na Zona Sul da capital paulista.

Imagens de câmeras de segurança gravaram o momento das agressões contra o idoso José Ricardo dos Santos, de 79 anos, na Rua Octalles Marcondes Ferreira, no bairro Helena Maria. O caso foi registrado como tentativa de homicídio por motivo fútil pelo 5º Distrito Policial de Osasco.

José Ricardo, que tem problemas de visão, caminhava com a ajuda de muletas quando um carro passou bem próximo. Ele encostou a ponta de uma das muletas na parte de trás do veículo dirigido por Denis, que saiu do carro e deu uma "voadora" nas costas do idoso — que continuou sendo agredido mesmo caído e levoo até mesmo uma pisada na cabeça.

O idoso foi socorrido e levado inicialmente ao Pronto-Socorro Osmar Mesquita. Depois, foi transferido para a UPA Vila Menck, onde permanecia internado em observação, sem previsão de alta. Em entrevista, José Ricardo não soube dizer o motivo pelo qual foi agredido.

Reprodução de vídeo



Denis pisou na cabeça de José Ricardo caído. Agressor tem histórico de violência

Denis já foi condenado a 14 anos de prisão por matar um carroceiro com uma flechada no pescoço, em 2016. Também tem histórico criminal por tentativa de homicídio contra o padrasto, em 2013, e de violência doméstica, em 2014.

O comerciante foi condenado pelo assassinato de um catador de materiais recicláveis no bairro do Bom Retiro, no Centro de São Paulo. Na ocasião, após uma discussão de trânsito porque a carroça da vítima havia arranhado seu automóvel, Denis disparou uma flecha contra o pescoço do homem. Foi condenado a 14 anos de prisão, mas cumpria a pena em regime aberto, segundo o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), desde setembro do ano passado.

Em 2013, Denis foi acusado de tentar matar o próprio padrasto a golpe de faca durante um desentendimento. No ano seguinte, voltou a ser alvo de denúncias registradas na polícia por praticar violência doméstica.

Suspeito de vicaricídio foge

A 1ª Vara Criminal de Cotia decretou, ontem, a prisão temporária do empresário Eric Conrado Alves de Almeida, de 41 anos, suspeito de assassinar a ex-namorada, Anna Gabriela Faria Lima, de 29 anos, e o filho dela, Raphael Faria Lima Ferrari, de seis. As vítimas foram encontradas mortas na noite de terça-feira, em um imóvel em Cotia (SP). O homem continua foragido e a Polícia Civil paulista pediu que o nome dele seja incluído na Difusão Vermelha da Interpol, pois há o risco de ele ter fugido do Brasil.

Anna Gabriela era advogada e sobrinha-bisneta do brigadeiro José Vicente de Faria Lima, que foi prefeito da capital paulista entre 1965 e 1969, e dá nome à avenida na zona oeste da cidade. Ela era filha de Paulo Roberto Faria Lima, ex-vereador de São Paulo, e neta do ex-deputado federal José Roberto Faria Lima.

O caso é investigado como feminicídio e vicaricídio — quando um dependente ou parente de uma mulher é assassinado com objetivo específico de causar sofrimento, punição ou controle à ela. O crime ocorreu no bairro Lajeado, em Cotia.

Segundo a investigação, Eric teria comunicado a um escritório de advocacia de Campinas que havia dois corpos no imóvel e informado o endereço. Uma advogada procurou a polícia, que foi até o local e encontrou mãe e filho sem vida. O empresário fugiu depois de comunicar o crime.

Parentes e testemunhas relataram à polícia que Anna e Eric tinham um relacionamento com várias separações, além de episódios de ameaças e violência. Os investigadores inevstigam a hipótese de que ele cometeu o duplo assassinato por não aceitar o término da relação.

Eric tornou-se o principal suspeito do crime porque câmeras de segurança registraram que, na madrugada de segunda-feira, por volta das 2h14, ele aparece deixando o apartamento onde Anna Gabriela morava com o filho. Ele estava sozinho e embarca em uma caminhonete Chevrolet S10 branca. Não há registro de outras pessoas entrando ou saindo do local ou do condomínio depois da saída de Eric.

Nas horas que se seguiram, os parentes de Anna Gabriela a procuravam porque não conseguiam contatá-la. A mãe da advogada registrou um boletim de ocorrência no 2º Distrito Policial de Cotia, na região da Granja Viana. A preocupação aumentou depois que ela não compareceu a um compromisso profissional.

Mandados de busca e apreensão foram cumpridos em três endereços em Campinas (SP): na casa de parentes de Eric e da irmã dele, em Alphaville. O carro do empresário foi visto em Santana de Parnaíba.

Bolsas
Na quarta-feira
1,23% São Paulo
3,03% Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias
169.186 — 167.563
29/10 30/10 3/10 4/10

Na quarta-feira
R$ 5,451
(-0,65%)

Dólar

	Últimos
27/outubro	5,350
28/outubro	5,340
29/outubro	5,387
30/outubro	5,444
3/novembro	5,487

Salário mínimo
R$ 1.621

Euro
Comercial, venda na quarta-feira
R$ 6,119

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,61%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Maio/2026	0,58
Junho/2026	0,16
Julho/2026	0,07
Agosto/2026	-0,32
Setembro/2026	0,82

POLÍTICA MONETÁRIA

Copom interrompe ciclo de corte de juros

Na penúltima reunião do ano, opção por manter Selic a 13,75% foi unânime. Comunicado cita piora nas expectativas para inflação

» RAPHAEL PATI

Em decisão unânime, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu manter a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano, na primeira reunião do colegiado após a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A pressão em torno dos juros futuros e das expectativas de inflação influenciaram a decisão dos diretores, que encerraram o ciclo de queda dos juros após cinco cortes consecutivos de 0,25 ponto percentual (p.p.). A maioria dos agentes de mercado já esperavam pela decisão.

No comunicado publicado pelo Copom, os diretores mencionam as incertezas em relação ao cenário externo que, segundo eles, se tornou "mais adverso", em razão do prolongamento dos conflitos no Oriente Médio, que voltaram a elevar os preços do barril de petróleo acima dos US$ 100. O texto também cita a "política monetária mais restritiva nas economias avançadas". Vale destacar que na semana anterior, o Federal Reserve (Fed) — banco central dos EUA — também manteve a taxa, em uma banda de 3,75% a 4% anuais.

Os diretores do BC citaram os desafios em relação ao cenário doméstico, com os indicadores recentes sobre atividade econômica e inflação que apontam para um quadro mais negativo em um futuro próximo. "O mercado de trabalho permanece resiliente, porém apresentando sinais de desaquecimento na margem. Nas divulgações mais recentes, a inflação cheia e a média das medidas subjacentes aceleraram, situando-se acima do limite superior do intervalo de tolerância da meta", destacou o colegiado.

Segundo o comitê, as expectativas de inflação para este ano e o próximo se distanciaram da meta em relação à última reunião e se encontram no patamar de 5,2% e 4,8%, respectivamente, de acordo com o relatório Focus, que reúne as estimativas do mercado financeiro. Além disso, a projeção do Copom para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no segundo trimestre de 2028 — atual horizonte relevante de política monetária — subiu para 3,5%, acima do centro da meta, já considerados os efeitos do choque no petróleo.

Neste cenário, o Copom alertou para "riscos de alta para o cenário inflacionário" e, consequentemente, de uma desancoragem da inflação. O BC enumerou quatro justificativas que reforçam essa percepção, como a desancoragem das expectativas de inflação por tempo mais prolongado, com receio sobre possíveis choques de oferta sobre o petróleo e seus derivados, além de efeitos climáticos sobre a produtividade agrícola e custos de energia; Maior resiliência na inflação de serviços do que a projetada; Políticas econômicas externas e internas podem ter impacto inflacionário maior que o esperado.

No entendimento do Banco Central, a decisão de manter a taxa Selic em 13,75% a.a., é "compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante". Mesmo assim, o colegiado preferiu não adiantar, no comunicado, quais devem ser os próximos passos adotados em relação ao controle da política monetária. "O Comitê seguirá acompanhando a evolução do cenário, para manter a restrição adequada de forma a assegurar a convergência da inflação à meta", completou.

Reações

A decisão do Copom na noite de ontem gerou críticas da ala política ligada a Lula no Congresso Nacional. Em publicação feita no X (ex-Twitter), o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), que já havia feito declarações recentes contra a atuação do BC, acusou o mercado financeiro de agir pelo fim da queda da Selic após a derrota do senador Flávio Bolsonaro. "Até a sexta-feira antes das eleições os mercados precificavam vitória do Flávio Bolsonaro e queda de 0,25 na taxa Selic. Lula ganhou, e o mercado decidiu rebaixar as expectativas e apostou no freio da queda de juros. O povo vota, mas, quem manda são os barões da Faria Lima? Vergonha! Não dá pra aceitar isso", escreveu.

A manutenção da Selic também provocou uma reação instantânea do setor industrial, que manifestou descontentamento com a manutenção da Selic em patamar elevado. As entidades citam prejuízos para as famílias e para as empresas, que também convivem com endividamento crescente e os juros reais mais altos do mundo. No posicionamento publicado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o presidente Ricardo Alban defendeu que o Copom retome o ciclo de corte dos juros já na próxima reunião, marcada para os dias 8 e 9 de dezembro. Ele destaca os prejuízos para crédito, investimentos, além da própria atividade econômica, enfraquecida com a política monetária restritiva.

"É verdade que as expectativas para a inflação pioraram, mas o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) segue dentro do intervalo da meta no chamado horizonte relevante da política monetária. É possível continuar diminuindo os juros em ritmo compatível com a convergência da inflação para a meta, sem impor à economia um custo maior do que o necessário para assegurar a estabilidade dos preços", destaca Alban.

Além dos prejuízos na ponta, a CNI também cita o descompasso entre as políticas monetária e fiscal desde o início do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para a entidade, a falta de sinalização sobre medidas para equilibrar as contas públicas gera desconfiança entre os credores da dívida, que passam a exigir maior retorno, além de pressionar o câmbio e contaminar as expectativas de inflação.

A confederação ainda destaca os sinais de retração nos principais setores com os juros elevados e um ambiente financeiro instável. "A manutenção da taxa básica de juros em patamares elevados por um período prolongado vem endurecendo as condições de crédito, encarecendo o capital de giro e desestimulando decisões de investimento e consumo", sustenta, em nota, a entidade.

Para a economista-chefe do PicPay, Ariane Benedito, a decisão reflete a deterioração das condições prospectivas de inflação, especialmente a desancoragem das expectativas, as pressões cambiais e os choques de oferta associados ao petróleo. "Embora nosso cenário contemplasse uma última redução de 0,25 ponto percentual, a manutenção já era considerada uma alternativa de probabilidade elevada. O comunicado reforça uma postura de cautela, sem antecipar novos movimentos da taxa básica, e condiciona as próximas decisões à evolução das projeções de inflação e do balanço de riscos", avalia a especialista.

Já na visão dos estrategistas da consultoria Warren Rena, uma decisão diferente da adotada ontem poderia levar o mercado a questionar a função de reação do Banco Central e o seu compromisso de levar a inflação ao centro da meta no horizonte relevante. "Nas últimas reuniões, as projeções de inflação no modelo do BC subiram, mas o movimento era atribuído a choques de oferta, o que justificava a não-reação do Copom. Mais recentemente, a dinâmica da inflação tem sido negativa e observou-se uma série de novos riscos", sustentam.

O economista-chefe da Associação Paulista de Supermercados (Apas), Felipe Queiroz, que é crítico da atuação do Banco Central em relação à condução dos juros, acredita que o BC deveria adotar uma política monetária que tanto controle a inflação quanto não prejudique o ritmo da atividade econômica. "Esse será um ano em que, de acordo com o Boletim Focus, a economia brasileira crescerá menos de 2% e uma das causas é nossa taxa de juros. Um país de dimensões continentais como o Brasil, e com a necessidade de investimentos, hoje, a nossa taxa básica de juros é um impeditivo ao crescimento econômico", frisa o especialista.

Flexibilização em xeque

Após cinco quedas consecutivas de 0,25 ponto percentual, o Copom decide manter a Taxa Básica de Juros sob a justificativa de mais incerteza no cenário internacional e possibilidades de desancoragem da inflação.

TAXA SELIC
Histórico (em %)



PRINCIPAIS RISCOS PARA AUMENTO DA INFLAÇÃO, SEGUNDO O BC:

1. Desancoragem das expectativas de inflação por tempo mais prolongado, com receio sobre possíveis choques de oferta sobre o petróleo e seus derivados, além de efeitos climáticos sobre a produtividade agrícola e custos de energia;
2. Maior resiliência na inflação de serviços do que a projetada;
3. Políticas econômicas externas e internas podem ter impacto inflacionário maior que o esperado, "por exemplo, por meio de uma taxa de câmbio persistentemente mais depreciada";
4. Estímulos à demanda agregada, por meio de programas do governo federal para fortalecer a atividade econômica fora dos "canais usuais de transmissão da política monetária".

Fonte: Banco Central do Brasil



> **É possível continuar diminuindo os juros em ritmo compatível com a convergência da inflação para a meta, sem impor à economia um custo maior do que o necessário para assegurar a estabilidade dos preços"**
>
> ***Ricardo Alban,***
> *presidente da CNI*

Governo publica MP com alíquotas do Imposto Seletivo para 2027

» MARIA BEATRIZ GIUSTI

O governo federal enviou, ontem, ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.399/2026, que trata do Imposto Seletivo (IS) do ano-calendário de 2027, conhecida como "imposto do pecado". Segundo o texto, as tarifas devem ser cobradas sobre produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, como veículos, aeronaves, embarcações, produtos fumígenos, bebidas alcoólicas e bebidas açucaradas.

O texto foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) e institui um regime de implementação gradual do novo tributo, previsto na Reforma Tributária, promulgada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023.

A medida ainda precisa passar por uma comissão mista, com deputados e senadores. Depois, o texto segue para o plenário da Câmara e, se aprovado, irá para análise no Senado.

A cobrança está prevista para começar em 2 de fevereiro de 2027, simultaneamente à redução a zero das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre bens prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

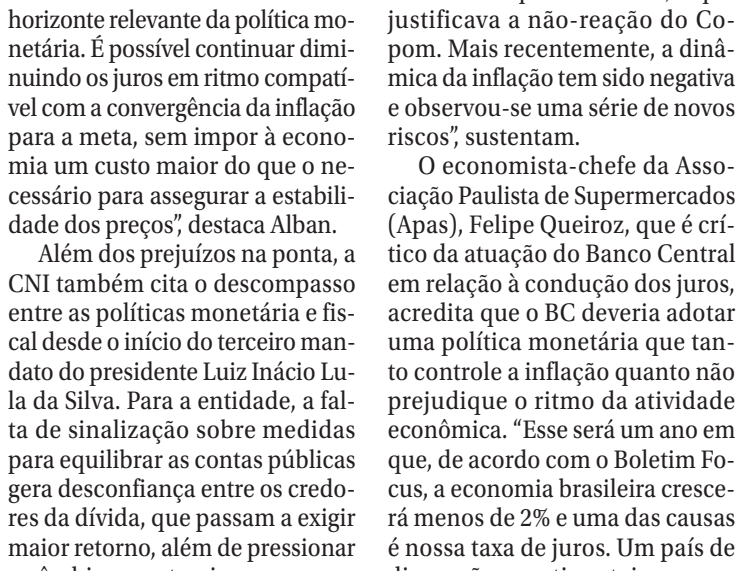
Segundo a norma, para evitar que os produtos deixem de ser tributados durante a transição, será apresentada uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para prorrogar a incidência do IPI sobre esses bens até que o Imposto Seletivo produza plenamente seus efeitos. O regime estabelecido pela MP terá caráter temporário e vigorará até 31 de dezembro de 2027.

Até 31 de maio de 2027, o Poder Executivo deverá encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de lei com a definição das alíquotas do Imposto Seletivo que serão aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2028.

O Imposto Seletivo integra o novo modelo de tributação sobre o consumo e tem caráter extrafiscal. Além da arrecadação, o tributo busca orientar decisões de consumo e produção, desestimulando a utilização de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Na proposta orçamentária de 2027, o governo prevê a arrecadação de R$ 41,9 bilhões com a nova tributação, o que daria cerca de R$ 3,5 bilhões por mês.

Reprodução



As bebidas alacoólicas estão entre os produtos com incidência do IS

POLÍTICA PÚBLICA

‘Mercado perdeu’, diz Marinho

Ao comentar a geração de 121,3 mil vagas de emprego, ministro criticou o desespero da Bolsa após a reeleição do presidente Lula

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, aproveitou a divulgação, ontem, dos dados sobre emprego formal, para tecer duras críticas à reação do mercado financeiro à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para o ministro, o mercado apostou em um programa de governo e em um candidato que perderam, mas quer exigir que Lula siga o modelo “perdedor”.

“Eles defenderam uma tese, defenderam um candidato, defenderam um programa, apostaram, fizeram aposta especulativa e o programa perdeu. O candidato perdeu, o programa perdeu, e agora quer que o vencedor assuma o programa do perdedor. O perdedor está escondido nos Estados Unidos, esquece isso”, afirmou, dizendo que o mercado quer “amarrar” Lula a uma tese perdedora.

A entrevista coletiva sobre o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) ocorreu antes de o Comitê de Política Monetária (Copom) anunciar a manutenção da taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano.

O resultado do Caged em setembro foi positiva, com a geração de 121.305 vagas, mas o resultado foi o pior para o mês de setembro desde que o Novo Caged foi criado, em 2020. Marinho atribuiu a desaceleração à taxa de juros. “Dados são reflexo da desaceleração do crescimento. A taxa de juros vem machucando o ritmo de investimentos e isso reflete no número de empregos gerados. Também pode ter pontualmente mudanças de segmentos que podem diminuir emprego e sendo compensado por vendas on-line”, disse o ministro.

Marinho criticou as reações à proposta do economista André Lara Resende, um dos pais do Plano Real, de limitar a Selic a 7,5%. “Acho absurdo que, a qualquer tentativa de discussão (sobre juros), haja uma grita contrária vinda da Faria Lima”, afirmou, em referência à reação do mercado financeiro. “Inaceitável é ter e continuar com os juros altos que pagamos. É ruim para todo mundo, consumidor, trabalhador, produtor e empresário.”

O ministro defendeu que propostas externas ao governo sejam ouvidas. “Se a ideia tiver esforço para reduzir os juros, ela tem que ser escutada. A coisa mais natural do mundo é o governante receber contribuições”, disse. Não há, porém, reunião prevista entre Lara Resende e o presidente Lula.

O saldo de setembro resulta de 2.214 437 milhões de admissões e 2,093.132 milhões de desligamentos no mês. Quatro dos cinco grandes grupamentos de atividades econômicas tiveram saldo positivo. Serviços liderou, com 81.241 vagas, seguido por Indústria (19.285), Comércio (15.697) e Construção (9.468). A Agropecuária foi a única a fechar postos: 4.381.

Acumulado até setembro

De janeiro a Setembro de 2026, o saldo de emprego chegou a 1.248.914 postos de trabalho, crescimento de +2,65%, sendo positivo nos cinco grandes grupamentos de atividades econômicas. Entre os setores, o melhor desempenho foi o de Serviços, com 775.774 vagas, alta de 3,39%.

A Construção abriu 207.434 vagas (7,03%), puxada por Obras de Infraestrutura (82.909), Construção de Edifícios (66.883) e Serviços Especializados para Construção (57.642). A Indústria teve saldo de 188.563 postos (2,10%), com destaque para Fabricação de Produtos Alimentícios (55.929) e de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias (26.878).

Darkyson/MTE



Em entrevista coletiva, Marinho salientou que “Faria Lima” interdita qualquer discussão sobre juros

A Agropecuária gerou 51.893 vagas (2,87%), sobretudo em Atividades de Apoio à Agricultura e à Pecuária (15.353), Cultivo de Café (7.464) e Cultivo de Alho (3.667). Já o Comércio teve o menor avanço: 25.280 postos, crescimento de 0,24%.

O salário médio real de admissão em setembro foi de R$ 2.429,41, queda de R$ 1,10 (0,05%) em relação a agosto (R$ 2.430,51). Na comparação com setembro de 2025 (R$ 2.384,50), houve alta de R$ 44,90 (1,88%).

Todos os estados registraram saldo positivo no período. Em números absolutos, lideram São Paulo (322.551), Minas Gerais (129.777) e Rio de Janeiro (86.489). Em termos relativos, as maiores variações foram no Amapá (7,75%), em Roraima (4,54%) e no Piauí (4,52%).

Fim da escala 6x1

Marinho afirmou que o governo prepara o decreto que regulamentará o fim da escala 6x1, com publicação prevista para a próxima segunda-feira. “Pretendo trazer um processo coordenado junto a todo o setor da economia para a implantação das várias escalas que cada setor, eventualmente, pretenda implantar, respeitando rigorosamente a PEC”, declarou.

Segundo o ministro, o texto exigirá que o trabalhador tenha oito folgas consolidadas a cada mês. “A PEC não permite que não estejam garantidas dentro dos 30 dias as oito folgas e não permite redução do salário”, ressaltou.

Se empresa e sindicato não fecharem acordo sobre a distribuição das folgas, o decreto prevê a adoção da escala 5x2. A regra, porém, pode ser alterada por negociação coletiva. “O papel dos contratos coletivos de trabalho terá um papel determinante, essencial no processo de regular as escalas respeitando o comando da PEC”, explicou Marinho.

Lula falará à nação

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai fazer um pronunciamento para a nação, em cadeia nacional de rádio e televisão, no próximo domingo, para acalmar os ânimos do mercado e promover uma ideia de pacificação do país no quarto mandato.

O mercado financeiro enfrentou uma sangria histórica no primeiro pregão da Bolsa de Valores após a vitória de Lula sobre o senador Flávio Bolsonaro (PL) na disputa presidencial.

Ao cidadão, o presidente vai falar dos feitos do atual mandato, como aumento do emprego e que não irá deixar de cumprir promessas de campanha. Ao mercado, dirá que vai perseguir as metas fiscais, mantendo a responsabilidade fiscal. Ele também vai anunciar medidas de ajuste que estão sendo discutidas com os ministros Dario Durigan (Fazenda) e Bruno Moretti (Planejamento). Na terça-feira, ele passou horas reunido com os dois no Palácio da Alvorada.

A expectativa é de que essas medidas de contenção de gastos e aumento de arrecadação sejam anunciadas nas próximas semanas.

Na sexta-feira que antecedeu o primeiro turno, Durigan disse que Lula iria promover um ajuste das contas públicas sem promover um “cavalo de pau” ou fazer “loucuras na economia”, como forma de contrastar o “tesouraço” do candidato derrotado à Presidência, o senador Flávio Bolsonaro (PL).



ESTADOS UNIDOS

Trump, o "imperador" que virou "pato manco"

Após sofrer derrota histórica nas eleições de meio de mandato e perder o controle da Câmara e do Senado, presidente terá dois anos de governo com poder reduzido. Especialistas avaliam o impacto político e as escolhas do republicano

» RODRIGO CRAVEIRO

Mandel Ngan/AFP



Trump discursa para operários no local das obras do salão de baile da Ala Leste da Casa Branca: sem maioria no Congresso a partir de janeiro

Famoso pela empáfia e pelas decisões unilaterais, muitas vezes sem consultar o Congresso, Donald Trump está acuado. Humilhado por uma vitória histórica dos democratas nas eleições de meio de mandato, as *midterms*, Trump viu seu partido perder o controle da Câmara dos Representantes e do Senado na próxima legislatura, a partir de 3 de janeiro de 2027. Pelos próximos dois anos, o titular da Casa Branca terá a governabilidade reduzida e estará sob risco de investigação dos deputados.

A julgar pela reação inicial, Trump sinalizou que compreendeu a mensagem das urnas e chegou a adotar um tom conciliador. Acatou a análise de seu vice, J.D. Vance, e admitiu que o Irã foi a "razão" da derrota eleitoral. "Acho que, em grande parte, é verdade, porque fez com que o preço da gasolina subisse um pouco no curto prazo", declarou. "Estou absolutamente disposto a aceitar estes resultados", afirmou, mais cedo, ao *The New York Times*. "Acho que os democratas fizeram um bom trabalho, realmente acho. Eles lutaram de maneira dura", ponderou à emissora Fox News.

Foi uma mudança de postura em relação à ensaiada quando as projeções começaram a apontar a vitória democrata. "Eu não estava na cédula e, se estivesse, teríamos vencido de maneira avassaladora", escreveu na sua plataforma Truth Social. Trump também avisou que uma nova tentativa de impeachment contra ele no Congresso "destruiria" a oposição. "Acho que isso destruiria o Partido Democrata. Impeachment por qual motivo? Porque temos um país bem-sucedido?", questionou.

O recado das urnas anteontem foi incisivo: os democratas venceram na Carolina do Norte, Carolina do Sul e em Ohio, e em redutos republicanos, como Texas, Iowa e Kansas. Foi uma eleição surpreendente e inédita, marcada pela diversidade: os norte-americanos elegeram sua primeira governadora negra, seu primeiro senador abertamente gay, o primeiro senador muçulmano e a primeira governadora indígena.

O primeiro reflexo do desastre das urnas para os republicanos foi a decisão de Mike Johson, presidente da Câmara dos Representantes, de renunciar ao cargo. Johnson é o segundo na linha de sucessão presidencial e a terceira figura mais poderosa dos EUA. Até às 22h de ontem, os democratas tinham conquistado 237 cadeiras da Câmara dos Representantes, 19 a mais acima da maioria absoluta, contra 147 para os republicanos — 51 assentos seguiam em disputa. No Senado, os democratas tinham 54 cadeiras, quatro acima do limite para maioria, contra 44 para os republicanos.



Tensão

Professor de ciência política do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), Charles H. Stewart III afirmou ao **Correio** que o cenário mais provável será a continuidade do impasse e o aumento da tensão entre o Congresso e o presidente. "Como o atual Congresso tem acatado as vontades de Donald Trump — que tem agido de forma unilateral —, é possível que, no curto prazo, não haja grandes mudanças, exceto pelo fato de o Capitólio manifestar objeções quando o presidente toma decisões unilaterais", avaliou. Stewart prevê que, com o passar do tempo, as disputas políticas entre Trump e Congresso cheguem aos tribunais, o que pode provocar algum tipo de confronto constitucional até 2028.

"Os republicanos estarão na defensiva. Tradicionalmente, os presidentes concentram-se em questões internacionais na fase final de seus mandatos, uma vez que não podem esperar obter grandes avanços por meio do Congresso, mas dispõem de maior margem de manobra na política externa. Trump tem a guerra com o Irã para enfrentar", aposta, por sua vez, David Karol, professor do Departamento de Governo e Política da Universidade de Maryland.

Jon C. Rogowski, cientista político da Universidade de Chicago, prevê um período de "governo dividido". Ao **Correio**, ele explicou que, durante esse tempo, o Congresso costuma aprovar menos projetos de lei importantes, por causa da dificuldade de um acordo com o presidente. "Nos últimos dois anos, o Congresso não aprovou muitas leis importantes; talvez não observemos uma diferença significativa. Mas os congressistas tendem a realizar mais investigações sobre o Executivo, e provavelmente isso ocorrerá até 2028", afirmou. "Trump é um 'pato manco', de acordo com a Constituição. Nesse período, a maioria dos presidentes tenta firmar seus legados. O ambiente político é desfavorável. Trump terá margem de manobra limitada."

Rogowski lembrou que Trump tem governado por meio de decretos ou ordens executivas unilaterais. Segundo ele, a maior parte das políticas do republicano foi implementada sem a participação do Legislativo. "Agora, o Congresso poderá estar inclinado a tornar politicamente mais difícil para Trump governar de forma unilateral", comentou.

O estudioso de Chicago admitiu que as primeiras reações do titular da Casa Branca à derrota foram surpreendentes pelo fato de ele responder de forma extravagante a situações adversas. "Trump parece crer que uma guerra com o Irã valerá a pena a longo prazo. Resta saber se os americanos, no fim das contas, concordarão com ele. Trump sabe que o Congresso pode tornar sua vida muito difícil nos próximos dois anos. Ele não quer ser consumido por um terceiro possível processo de impeachment. Também sabe que existe uma divergência dentro do Partido Democrata quanto à sua agenda", concluiu Rogowski.

Limitação

Para Allan Lichtman, historiador político da American University (em Washington), os candidatos republicanos aprenderam uma lição: não se pode fugir do presidente do seu próprio partido. "Não espero nenhuma mudança ideológica por parte dos republicanos. Tanto na Câmara quanto no Senado, eles cederam ao presidente não principalmente por medo de Trump, mas por concordarem com ele. O novo Senado pode ser, inclusive, ainda mais conservador do que o atual", disse ao **Correio**.

Lichtman entende que o resultado das urnas tem controle limitado sobre Trump. "Ele não governa por legislação, mas com ordens executivas. Esse poder segue intacto. Os democratas podem impor limites a Trump na Câmara por meio de investigações." Com a nova composição do Congresso, o presidente poderá sofrer constrangimento. "Há vasto campo para investigações: a guerra no Irã, as guerras tarifárias, a corrupção, os documentos relacionados ao pedófilo Jeffrey Epstein, a ameaça à democracia. No Senado, os parlamentares não irão chancelar nomeações perigosas e de pessoas sem qualificação para o Executivo — como Kash Patel, para o FBI; Robert F. Kennedy Jr., para o Departamento de Saúde e Serviços Humanos; (HHS) e Pete Hegseth para o Departamento de Defesa. Eles atuarão como um freio à nomeação de juízes de direita com mandatos vitalícios", aposta.

Leia mais na página 12

O que as urnas falaram?

Joe Sterbenc



"Trump é um presidente historicamente impopular, e os eleitores expressaram indignação com o governo. Os custos aumentaram; grande parte do mercado de ações — à exceção das empresas de inteligência artificial — enfrenta dificuldades; há escassez de empregos; o país está envolvido em uma guerra à qual a maioria da população se opõe, e Trump parece empenhado em enriquecer a si mesmo e a seus aliados. Ele ignora as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores americanos. A eleição serviu como um lembrete de que o governo deve trabalhar em prol do povo, e de que o povo afastará seus líderes quando isso deixar de acontecer."

Jon C. Rogowski, professor de ciência política da Universidade de Chicago

Arquivo pessoal



"A maior parte da opinião pública desaprova o presidente e quer que ele saiba disso. Legalmente, Trump é um governante em fim de mandato, um 'pato manco'. Acredito que ele será tratado como irrelevante enquanto outros disputarão para substituí-lo. No entanto, não gostará nada disso. O presidente republicano se empenhará ao máximo para garantir que seja ele quem escolherá o próximo candidato do partido. Até creio que Trump tentará encontrar uma forma de controlar essa pessoa."

Charles H. Stewart III, professor de ciência política do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT)

Truth Social



Veto na cabeça...
A julgar por uma imagem publicada em sua plataforma Truth Social, o presidente Donald Trump tem na cabeça o que pretende fazer pelos próximos dois anos. O titular da Casa Branca divulgou a foto de um boné vermelho e branco, as cores do Partido Republicano, com a palavra "Veto" em caixa alta. Como chefe do Executivo, Trump tem a prerrogativa de utilizar o poder de veto e barrar os projetos de lei aprovados pelo Congresso. Em entrevista ao *The New York Post*, na segunda-feira, véspera das eleições de meio de mandato, o líder republicano afirmou: "Acho que vamos nos sair muito bem. Mas, se não vencermos, eu veto tudo. Vou vetar, vetar". "Acho que vou virar o 'Sr. Veto'... E, em algum momento, provavelmente faremos acordos", declarou.

VISÃO DO CORREIO

Nunca é só a economia

A vitória estrondosa do Partido Democrata nas eleições legislativas de terça-feira, nos Estados Unidos, está sendo vista, principalmente, como uma derrota do Partido Republicano e do presidente Donald Trump. Dois anos depois de ter assumido o segundo mandato na Casa Branca, o magnata que fez fortuna com prédios, hotéis e cassinos recebeu das urnas a mensagem de que a política de Estado, a governança de um país — tanto mais a maior economia (ainda) do mundo —, não é uma partida do jogo de tabuleiro que, por aqui, ganhou o nome de Banco Imobiliário.

O noticiário, em parte pautado pelas pesquisas, aponta com margem quase nula de erro que a derrota de Trump se alicerçou na economia. Nos dois primeiros anos de seu segundo mandato, o presidente dos EUA abusou da confiança nas próprias palavras-de-ordem e diatribes para pautar a discussão política interna. A voz das urnas é nítida: falhou.

O mapa dos resultados da eleição para o Congresso oferece algumas indicações cristalinas, para aqueles dispostos a olhar. Antes de tudo, a migração, para a oposição democrata, do voto de amplas parcelas da classe trabalhadora, que o jargão político estadunidense cataloga como *blue collor*: o "colarinho azul". Em português claro, o macacão usado no chão de fábrica.

A cobertura a sangue-quente das eleições, porém, corre o risco de colocar para escanteio outras camadas de insatisfação da sociedade estadunidense. Elas se refletem, por exemplo, no sucesso de candidatas e candidatos que desafiaram o padrão machista, etnocrático e racial: vimos eleitas uma governadora negra e uma senadora indígena, ambas pioneiras. Entre outras "primeiras vezes", um senador muçulmano e um governador publicamente assumido como gay.

Já quando conquistou a Casa Branca pela primeira vez, em 2016, Trump acenava justamente a uma camada da sociedade castigada pela desindustrialização. Nos estados de vocação industrial, no Nordeste e Meio-Oeste, uma geração crescida sobre os alicerces da economia em transição amargava a ausência de perspectivas. Muito naturalmente, abraçou como seu o discurso de Trump contra a "invasão" chinesa, a imigração e a necessidade de combatê-las, sob o lema de "Tornar a América novamente grande".

Arroubos nacionalistas podem, por vezes, ganhar votos. Foi assim nas duas vitórias eleitorais de Trump, em 2016 e 2024. Mas, como as mentiras, têm pernas curtas. E, nesse ponto, entra em pauta um fator que, até aqui, parecia subestimado nas apreciações sobre a "onda azul" — a cor do Partido Democrata — que varreu os EUA nesta terça-feira já classificada como "histórica".

O presidente se desmoralizou não apenas pelo uso dos imigrantes como uma espécie de "Judas para Sábado de Aleluia": vendeu a ilusão de que persegui-los renderia empregos para os *blue collors*. E não cumpriu a promessa.

O país que saiu das urnas é mais diverso e se afirma como tal. Falou contra a má gestão da economia por um presidente que confunde o país com as empresas à frente das quais fez fortuna. Falou contra uma agenda que ignora a interdependência e o impacto doméstico inevitável das ações externas.

Sobretudo, falou sobre algo de que, há tempos, a sociedade estadunidense preferia não falar: os parâmetros da democracia. Trump abusou — e abusa — do que enxerga como poderes incontestáveis, como os de que dispõe nas próprias empresas.

O país respondeu que não.



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Mais que uma obrigação

Leio neste **Correio** uma reportagem que traz uma boa e uma má notícia sobre a vacinação contra a gripe no Distrito Federal. Desde terça-feira, está liberada a imunização para a população em geral — essa é a boa, claro. Mas vem a má: não alcançamos a meta de vacinar 90% dos grupos prioritários, como crianças de 6 meses a 5 anos, gestantes, puérperas, idosos, povos indígenas, trabalhadores da saúde e pessoas com comorbidades. A imunização nesses públicos ficou em somente 57,3%. Uma temeridade.

A vacinação contra a gripe ocorre todo ano porque, conforme explica o Ministério da Saúde, os vírus sofrem mutações constantes e há vários tipos de influenza pelo mundo. A vigilância global feita pela Organização Mundial da Saúde (OMS), para detectar que tipo de vírus está em circulação, define a composição da vacina a cada ano.

O imunizante reduz casos graves, hospitalizações e mortes. É de fundamental importância, portanto, atender à convocação das autoridades de saúde para se vacinar. A situação que me deixa mais preocupada é a das crianças, que dependem de adultos para receber a proteção. De acordo com o Butantan, meninas e meninos com menos de 5 anos, por exemplo, ficam sujeitos a complicações como pneumonia, otite, sinusite e falta de ar, caso contraiam influenza sem estarem imunizados.

Receber a blindagem que vacinas oferecem é um direito de meninos e meninas. Está bem claro no Artigo 14, parágrafo 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): "É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias". E o artigo 227 da Constituição determina que elas têm, entre outros, direito à saúde "com absoluta prioridade".

Garantir esse direito é dever do Estado, da sociedade e da família. O Estado tem feito a parte dele: oferece vacina segura, eficaz e gratuita. Cabe a cada um de nós assumirmos, também, a responsabilidade. Se há crianças e adolescentes em casa ainda não imunizados, leve-os para receber a proteção. Aproveite para também se vacinar e verificar se há doses em atraso de outros tipos de imunizantes. Mais do que obrigação, é um ato de amor impedir que doenças coloquem crianças e adolescentes em risco.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» **E-mail:** *sredat.df@dabr.com.br.* O **Correio** reserva-se o direito de resumir os textos enviados.

Eleições nos EUA 1

Com a mania de xerifão do mundo, se intrometendo nas gestões de outros países, dando ordens e opiniões descabidas e hilárias, Donald Trump começa a ver que faz tempo que vai queimando o próprio filme junto aos americanos, pelos quais ele jura amor e devoção. Com as derrotas na Câmara dos Deputados e no Senado, Trump sabe que precisa rapidamente mudar de táticas. Tem horas que o homem mais poderoso do mundo amesquinha o cargo. Donald Trump exagera na dose. Com tudo e com todos. Insiste na pose e no ar vitorioso. Garantiu que acabaria com a guerra entre Rússia e Ucrânia. Os conflitos pioram e se agravam. Trump avacalha o regime do Irã. Promete jogar bomba no país se seus líderes não se renderem diante de suas ordens. Autointitulou-se merecedor do Nobel da Paz. Por algum tempo, parecia que os ventos estavam favoráveis a ele. Liderava a disputa com facilidade. Na quadra atual, Donald Trump foi expulso da disputa. Sem data tão cedo para merecer voltar a sonhar com o almejado troféu.

» **Vicente Limongi Netto**
Asa Sul

Eleições nos EUA 2

O ex-presidente norte-americano Donald Trump buscou assumir o protagonismo do debate político ao declarar que a presença de seu nome nas cédulas garantiria uma "vitória esmagadora" aos republicanos. Embora sem disputar diretamente o pleito e diferentemente da retórica de contestação de 2020, sua postura sinaliza uma tentativa constante de centralizar os holofotes. O resultado das urnas, contudo, sugere que o eleitorado rejeita a instabilidade e os excessos desse modelo de governança. Em contrapartida, a aprovação de Lula nas urnas, aliada à sua trajetória política, reafirma a estatura do Brasil na diplomacia global. Resta saber se, diante desse cenário e da consolidação das instituições democráticas, figuras como Flávio e Eduardo Bolsonaro deixariam os EUA por receio de eventuais processos de deportação.

» **Gilberto Pereira Tiriba**
Santos (SP)

Proibição das bets

Posição vergonhosa e absurda dos times brasileiros que estão contra a proibição das bets. Estão nadando em cifras milionárias ao custo nefasto da destruição de vidas e de famílias pelo endividamento provenientes dos jogos de azar. É um absurdo! Esse tipo de futebol deve, sim, desaparecer

» **Fred Adejar**
Goiânia (GO)

PEC da Segurança

A PEC da Segurança Pública foi aprovada no Senado sem a redução da maioridade penal. É bom lembrar que 64 milhões de brasileiros votaram no candidato do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República que, pelo que parece, é contra essa mudança. Na hora que adolescentes de 15, 16 ou 17 anos cometerem alguns crimes, não adianta chorar nas redes sociais

» **Luiz Oliveira**
Formosa (GO)

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Redução da maioridade penal: melhorar a educação e a distribuição de renda ninguém quer!

Zenaide Santos — Brasília

Primeiro, tem que pagar a pena integral. Depois, se discute a educação e a cultura para esses indivíduos.

Marcos Rodrigues — Brasília

Supermercados da Europa são alvo de ciberataques: isso é resultado da tecnologia, já dando trabalho para os humanos

Deise Maciel — Brasília

Se alguém gritar perto do Flávio Bolsonaro: olha o ICE, ele desmaia.

Abrahão F. do Nascimento — Águas Claras

» correiobraziliense.com.br

ARTIGO

Em *IA: saúde mental no trabalho?*, Carlos Assis, psicólogo clínico e editor do Anuário Saúde Mental nas Empresas, alerta que, em vez de se preocupar com a melhor forma de uso da inteligência artificial, as empresas devem estar atentas ao risco de a tecnologia atrofiar capacidades humanas essenciais. Confira no site do **Correio.**

BLOCO DE NOTAS

A jornalista Ana Raquel Lelles comenta os resultados das eleições de meio de mandato dos Estados Unidos, incluindo as reações de políticos no Brasil e os desdobramentos internos. Entre eles, há vitórias históricas, como a escolha da primeira mulher negra para o governo de um estado: a democrata Keisha Lance Bottoms Comandará a Geórgia. Confira no site do **Correio.**

Aponte a câmera e confira o vídeo na íntegra

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara"
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R$ 5,00	R$ 7,00

ASSINATURAS*
SEG a DOM
R$ 1.187,88
360 EDIÇÕES
(promocional)

Assine
(61) 3342.1000 – Opção 01 ou (61)99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento **(3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp,** para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.

Endereço na Internet: http://www.correioweb.com.br
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press.
Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo – CEP: 70610-901 – Brasília – DF, de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/ sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568.
E-mail: *dapress@dabr.com.br* Site: *www.dapress.com.br*

A educação nos próximos quatro anos



» MOZART NEVES RAMOS
Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira da USP de Ribeirão Preto

Os números mostram que continuamos avançando na educação. Praticamente universalizamos o atendimento de 4 a 17 anos — da pré-escola ao ensino médio — e reduzimos substancialmente a defasagem idade-série, em grande parte porque melhoramos as taxas de aprovação. Mas continuamos patinando no quesito aprendizagem adequada e na redução das desigualdades escolares. A pergunta que se coloca, neste momento, é: como podemos avançar nesse quesito?

Em primeiro lugar, a qualidade do professor — esse é o fator intraescolar mais importante para avançarmos na aprendizagem escolar. O país precisa avançar, e muito, na qualidade da formação docente. Não é uma questão de mais conteúdo, e, sim, de uma teoria alinhada à prática, ao chão de escola.

O segundo fator tem a ver com a qualidade da gestão escolar. Precisamos formar lideranças transformacionais, que mobilizem pessoas e conhecimentos em torno do projeto escolar. As pesquisas mostram que esse é o segundo fator intraescolar mais importante no avanço da aprendizagem.

O terceiro fator tem a ver com a oferta de uma educação integral, uma educação que prepare adequadamente nossos estudantes para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho, como preconiza o Artigo 205 da Constituição Federal.

Nesse sentido, o país tem uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que afirma que nossos estudantes devem desenvolver, ao longo de toda a educação básica, 10 competências que decorrem da oferta dessa educação integral. Precisamos preparar nossos estudantes não para o passado do professor, mas para o futuro que os espera. As mudanças, não só no mundo do trabalho, mas em todo o ecossistema da vida, são cada vez mais disruptivas, empurradas pelas novas tecnologias e pela inteligência artificial (IA). Com isso, não estou dizendo que o mundo é digital, mas, sim, "figital" — físico, digital e social.

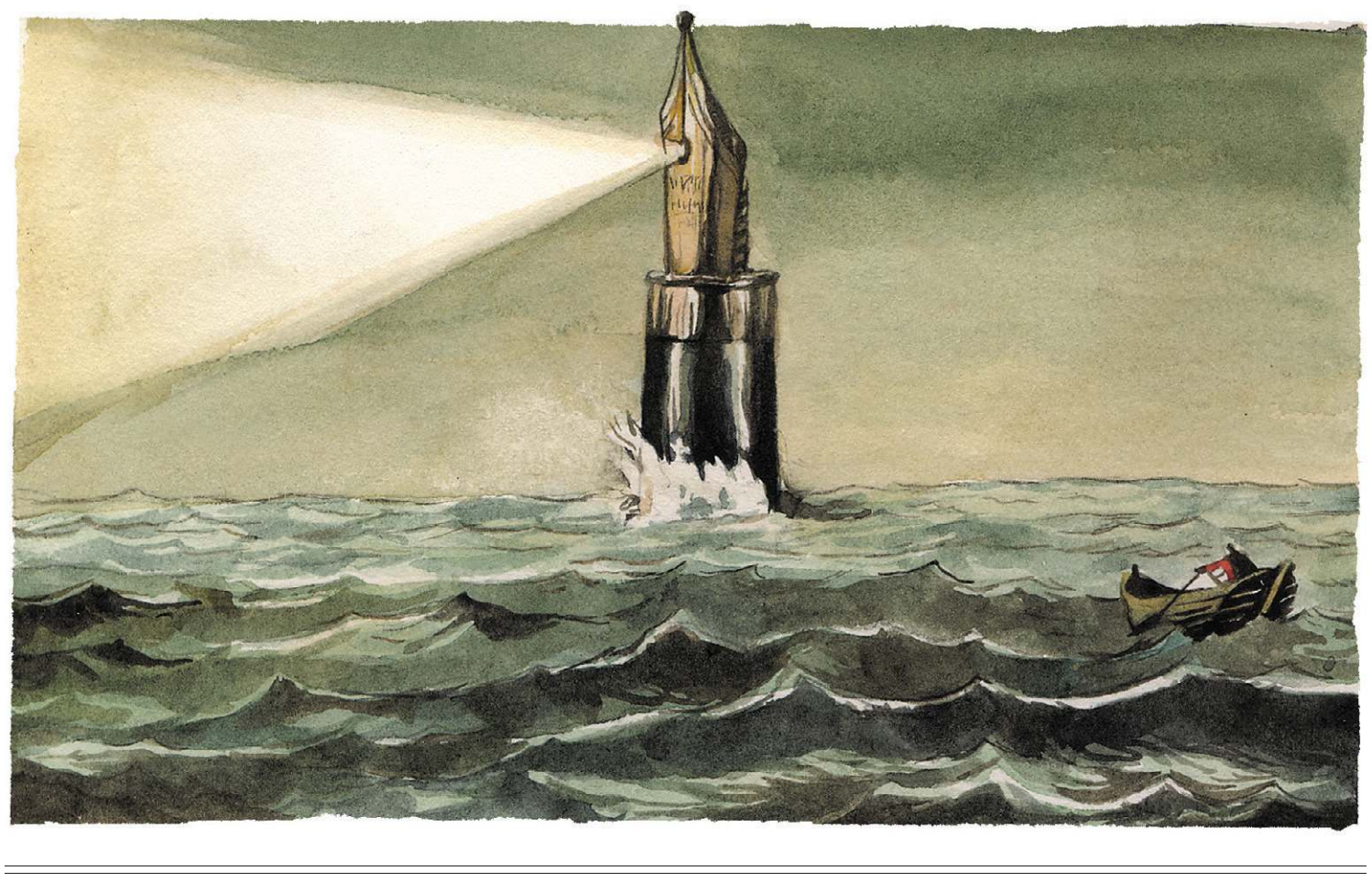
Mas, dentre essas competências, sem dúvida a digital é absolutamente estratégica. Por isso, algumas escolas começam a oferecer um ensino trilíngue — língua portuguesa, língua inglesa e a linguagem digital. Nessas eleições, vimos que não podemos mais separar o mundo social do mundo digital. Essa competência refere-se à cultura digital, que, se desenvolvida, os estudantes terão por meio dela a capacidade de usar, compreender e criar tecnologias digitais de forma crítica, significativa e ética. Isso envolve habilidades como o uso de ferramentas multimídia, programação básica, análise de dados e o entendimento do impacto social das tecnologias, promovendo o protagonismo e a cidadania digital responsável. Ou seja, um diálogo estreito com outras das 10 competências da BNCC.

Dentre os nossos desafios, não podemos nos esquecer da educação infantil — creche e pré-escola —, pois estamos tratando do alicerce fundamental para o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social da criança até os 5 anos de idade. O desafio da oferta de creche ainda persiste, não apenas na criação de mais vagas, mas na qualidade dessa oferta. Creche não pode ser sinônimo de "depósito de crianças".

Na outra ponta da educação básica, encontra-se o ensino médio — a chamada "escola do jovem", que precisa de fato ser em tempo integral, com educação integral. Mas o ensino médio precisa ser diversificado, na perspectiva de formar jovens que estejam aptos a ingressar no mundo do trabalho — aqui me refiro ao ensino técnico profissionalizante —, e precisa ser uma oferta alinhada com a demanda, para que o esforço da conclusão resulte em maiores chances de empregabilidade. E o Pé-de-Meia — programa de incentivo financeiro-educacional do governo federal — é importante para aqueles jovens que precisam de renda para viver e possam assim dedicar-se exclusivamente aos estudos.

No ensino superior, temos ainda o desafio do atendimento: apenas 22% dos jovens de 18 a 24 anos estão matriculados nesse nível de ensino. A meta — ainda no primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) — era de alcançar 33% de 2001 a 2010. Ficamos longe disso, e continuamos longe. Sem ter a pujança de tempos atrás de um Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) e de um Prouni (Programa Universidade para Todos) para alavancar matrículas no ensino superior, torna-se necessário pensar no modelo de financiamento; e, nesse caso, incluo também as universidades federais, que deveriam inspirar-se no modelo de autonomia das universidades estaduais de São Paulo. Estamos ainda presos ao debate da qualidade porque não desenvolvemos um modelo adequado para aferi-la; ficamos no debate, muitas vezes vazio, do presencial versus o EaD (ensino a distância), ou do chamado híbrido. O fato é que precisamos organizar melhor o nosso sistema de ensino superior, tanto na área pública como na particular.

Bons desafios precisam de uma boa liderança transformacional no Ministério da Educação (MEC) — e que o presidente Lula esteja inspirado na escolha de seu futuro ministro, pois essa área, como sabemos, é determinante para o futuro do país.



Apesar de você, o imposto vai crescer



» VALDIR OLIVEIRA
Ex-secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal

Em 1970, Chico Buarque lançou *Apesar de você*, uma canção que se tornou símbolo da resistência ao autoritarismo. Mais de meio século depois, a música continua inspirando reflexões sobre o poder, suas promessas e suas contradições.

No Distrito Federal, bastaram cinco dias para que uma promessa eleitoral encontrasse uma decisão em sentido contrário. Em 22 de outubro, às vésperas do segundo turno das eleições, a governadora afirmou publicamente o compromisso de não aumentar os impostos sobre combustíveis. Cinco dias depois, em 27 de outubro, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), com a participação do Distrito Federal, aprovou o reajuste do ICMS sobre gasolina, diesel e gás de cozinha.

No diesel, o imposto passará de R$ 1,17 para R$ 1,30 por litro, aumento de 11,1%. No gás de cozinha, a elevação será de 4,76%, passando de R$ 1,47 para R$ 1,54 por quilo. Isso representa R$ 0,91 a mais de imposto por botijão de 13 quilos, a partir de fevereiro de 2027.

Existe uma contradição na política tributária do Distrito Federal: aumenta-se a tributação de um produto essencial às famílias mais pobres, enquanto se mantém a isenção de IPVA que pode beneficiar proprietários de veículos de luxo.

Enquanto o proprietário de um automóvel elétrico de R$ 600 mil pode ser dispensado de pagar R$ 18 mil de IPVA por ano, o ICMS sobre o gás de cozinha, utilizado diariamente pelas famílias, vai aumentar.

Não se trata de condenar os incentivos à mobilidade sustentável, mas de questionar uma política tributária que pode beneficiar a propriedade de veículos de luxo enquanto eleva a tributação sobre um produto essencial à alimentação das famílias.

A questão não é apenas quanto cada um paga, mas quanto esse pagamento representa no orçamento de cada um. Para quem possui um automóvel de R$ 600 mil, a isenção pode representar uma vantagem tributária expressiva, mas, para quem vive com renda limitada, qualquer aumento sobre um produto essencial exige sacrifícios muito prejudiciais à família. Tirar recursos dos mais vulneráveis pode representar redução de comida na mesa para a sua família.

O contraste ganha relevância quando examinamos as declarações do próprio governo sobre suas contas públicas. Em agosto, o secretário de Economia anunciava a perspectiva de encerrar 2026 com superavit de R$ 3 bilhões, revertendo projeções anteriores de deficit de R$ 6 bilhões. O GDF também divulgava avanços na recuperação fiscal e na capacidade de pagamento.

Essas projeções não demonstram que o reajuste do ICMS fosse desnecessário. Mas reforçam uma pergunta: se as contas públicas estavam melhorando e havia uma promessa expressa de não aumentar impostos, por que o Distrito Federal participou da aprovação do reajuste?

Qual foi a posição efetivamente defendida pelo representante do DF no Confaz? Houve manifestação contrária? Foi apresentada alguma alternativa para evitar o aumento? São perguntas que precisam ser respondidas com transparência.

Na canção de Chico Buarque, a expressão "hoje você é quem manda" retrata um poder que não admite contestação. No Distrito Federal, a sequência dos acontecimentos provoca uma reflexão semelhante: antes das eleições, uma promessa; depois, uma decisão tributária em sentido contrário. O poder de decidir não dispensa o dever de explicar.

Promessas eleitorais não podem ser tratadas como declarações sem consequências. São compromissos públicos que devem orientar as decisões administrativas ou, quando não puderem ser cumpridos, exigir explicações convincentes.

A contradição mais perigosa não é aquela que um governante tenta explicar, mas aquela que seus apoiadores se dispõem a justificar, mesmo quando são eles próprios que pagam a conta.

A democracia não exige que governantes jamais revejam suas posições. Exige, porém, que expliquem suas mudanças, sobretudo quando elas acontecem poucos dias depois de uma eleição.

Em 22 de outubro, a promessa. Em 25, a eleição. Em 27, a aprovação do reajuste. O que mudou nesses cinco dias? Com certeza, não foi a legislação, nem o modelo de tributação.

A credibilidade de um governo é medida pelo respeito à palavra dada e pela justiça de suas escolhas tributárias. E no Distrito Federal, apesar da promessa, o imposto vai crescer.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // *circecunha.df@dabr.com.br*

A derrota de Trump e as relações com o Brasil

Na terça-feira, 3 de novembro, os democratas conquistaram a Câmara e o Senado dos Estados Unidos, segundo as projeções de CBS e NBC, em uma vitória que incluiu cadeiras republicanas em Texas, Iowa, Kansas, Ohio, Maine, Carolina do Norte e Carolina do Sul. As contagens finais ainda estão sendo fechadas, mas o recado é inequívoco. O próprio Trump admitiu ao *Wall Street Journal* que a guerra com o Irã foi "parte" da derrota, num cenário de combustíveis mais caros e eleitor preocupado com o custo de vida.

Antes de qualquer especulação, dois ajustes de premissa. Primeiro, Trump perdeu o Congresso, não o poder: segue presidente até janeiro de 2029 e, como lembram analistas ouvidos pela CNBC, conserva enorme latitude em política externa. Segundo, a direita brasileira não perdeu apenas um aliado no Capitólio. Perdeu há 10 dias a Presidência: Lula foi reeleito em 25 de outubro com 51,79% dos votos válidos, contra 48,21% de Flávio Bolsonaro, depois de terminar o primeiro turno atrás. O PL, no entanto, sai das urnas com a maior bancada da Câmara e do Senado, o que preserva peso institucional considerável.

Consequências diretas

O primeiro ponto de contato é comercial. Washington aplicou sobretaxas ao Brasil em 2025 e, em julho deste ano, após investigações do USTR, impôs novas tarifas adicionais de 25% e 12,5% sobre produtos brasileiros. O governo Lula sustenta que a motivação é política, já que os EUA têm superavit na relação bilateral. Um Congresso democrata pode pressionar, investigar e votar resoluções, mas não assina o acordo por Trump.

Duas vias

O mesmo vale para as sanções a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que são atos do Executivo. O que muda é o ambiente político: os democratas já pediram, em 2023, que Jair Bolsonaro deixasse a Flórida, e a base de Lula celebrou o resultado com ironias sobre Eduardo e Flávio. Trump, por sua vez, ainda não havia felicitado Lula até a última apuração disponível. Há, portanto, duas hipóteses em aberto: um Trump enfraquecido que busca acordos e vitórias fáceis, ou um Trump ressentido que endurece com governos que lhe são hostis. O Planalto trabalha com as duas.

De olho

Os sinais a observar são concretos: se haverá felicitação formal a Lula, qualquer revisão das tarifas de julho, o resultado das primeiras votações sobre poderes de guerra no Irã e a postura da bancada do PL no Congresso brasileiro, que pode escolher entre defender a ponte com Washington ou priorizar o interesse econômico nacional. Em todos os cenários, o desfecho dependerá menos de rótulos ideológicos do que de ações verificáveis dos dois governos.

Resultado americano

A esquerda ganha fôlego simbólico e uma possível janela de negociação; a direita perde um trunfo externo e é forçada a repensar sua dependência de Washington. Quem viu em 2026 uma "internacional conservadora" invencível terá de reconhecer que eleitores, em Brasília e nos Estados Unidos, decidem com base em preços, guerra e conduta de governo. A nova lição é de pragmatismo: Estados têm interesses permanentes, e as afinidades de ocasião, de qualquer lado, valem tanto quanto a última urna.

Fora da agenda?

Há razões para crer que a atenção presidencial será disputada. Democratas planejam votações para restringir a guerra no Irã, podem usar o poder do orçamento e prometem investigações. Governos do Golfo avaliam que Trump tem agora mais incentivo para buscar um acordo, embora uma derrota eleitoral também possa encorajar Teerã. Na Ucrânia, o Congresso pode reabrir a discussão sobre sanções e ajuda, ainda que o veto presidencial limite o alcance. A conclusão é que a América do Sul continuará periférica, mas não desaparece da agenda: comércio, energia, minerais e a disputa com a China seguem interesses de Estado, que não dependem de afinidades ideológicas.

Ao fim, ao cabo

Cabe ainda um alerta aos dois lados do debate brasileiro. À esquerda, o risco é confundir a derrota de um adversário em outro país com a solução dos problemas internos: inflação, segurança e a divisão quase meio a meio do eleitorado, evidenciada pelos 4,4 milhões de votos de diferença, seguem à espera de resposta. À direita, o risco é tratar o revés americano como fatalidade, quando a própria virada de Lula no segundo turno mostrou que a disputa é aberta e que a mobilização, a mensagem e o candidato pesam mais do que padrinhos externos.

A frase que foi pronunciada

"Aconteceu no Brasil. Acabou de acontecer nos EUA. E acontecerá em breve na Espanha."

Pedro Sanchez

História de Brasília

*Como católicos, nós respeitamos as Santas Pregações, mas não podemos deixar de considerar um abuso do uso de alto-falantes. (***Publicada em 27/5/1962***)*

ESTADOS UNIDOS / Na varredura promovida pela "onda azul", democratas quebram tabus em território republicano e elegem mulheres, negros, latinos, indígenas e muçulmanos para cargos que nunca tinham ocupado no país

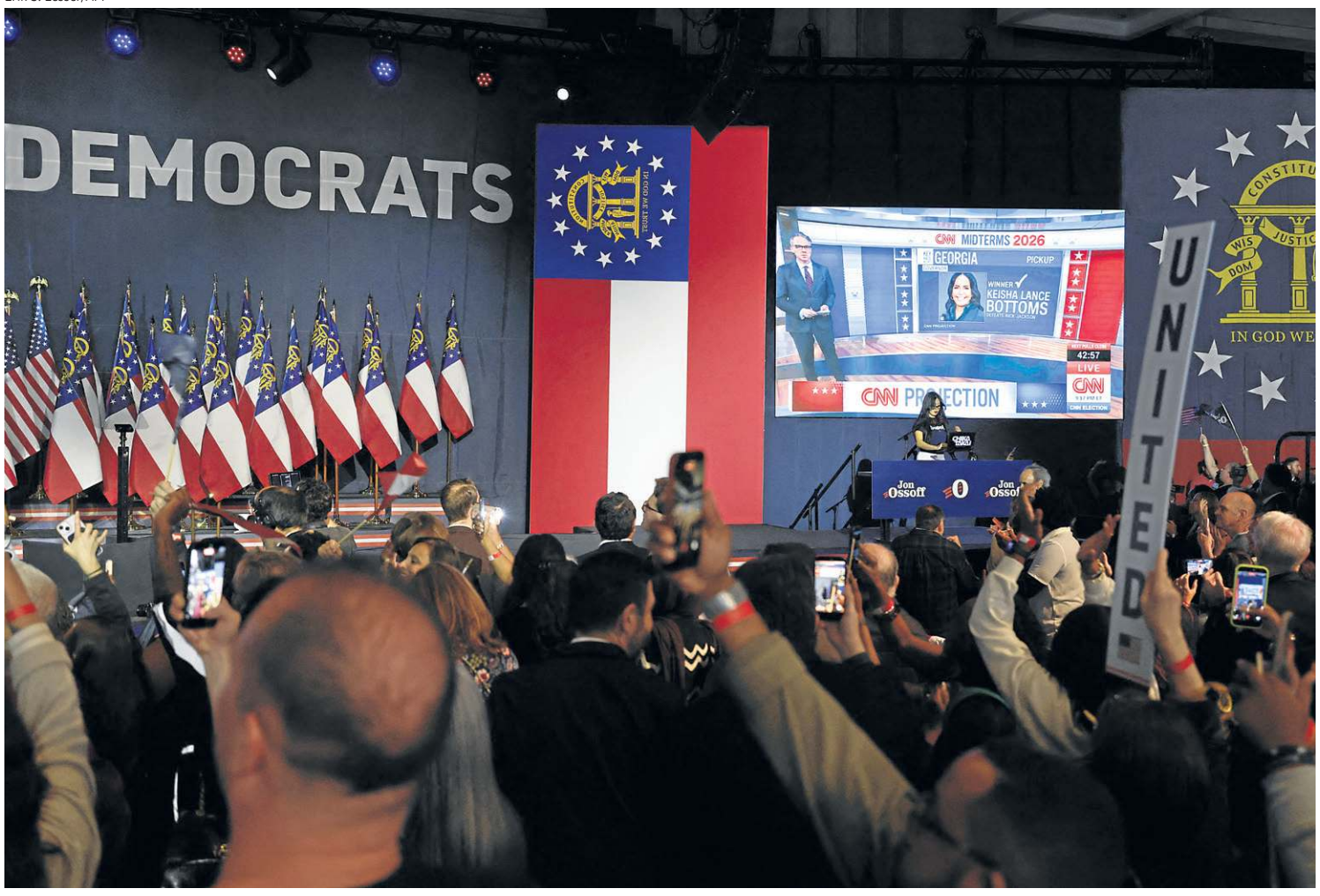
Vitórias da diversidade

» SILVIO QUEIROZ

A "onda azul" que varreu os Estados Unidos na noite de terça-feira trouxe, ao lado da rejeição ao presidente Donald Trump e ao Partido Republicano, a ascensão política de personalidades políticas até então excluídas do cenário do poder. Mulheres, negros, latinos, indígenas, muçulmanos: entre representantes no Senado ou mesmo govenadores de estados, além de congressistas, eles desbravam caminhos para suas comunidades em um universo institucional até então adverso. E, embora eleitos principalmente pela oposição democrata, emergem também nas fileiras governistas, quase como efeito colateral de mudanças que fermentam há décadas nas camadas mais profundas da sociedade.

O exemplo talvez mais eloquente — e, certamente, um dos mais comemorados — é o da governadora eleita da Geórgia, Keisha Bottoms. Não apenas ela é a primeira mulher a governar o estado: é também a primeira mulher negra eleita para governar alguma das 50 entidades federativas dos EUA. Representante dos descendentes de escravos que fizeram a fortuna de gerações de fazendeiros brancos, representa uma trajetória retratada, na literatura e depois no cinema, no romance *E o vento levou*, um clássico de Hollywood, ambientado justamente na Geórgia.

Erik S. Lesser/AFP



Democratas comemoram a eleição de Keisha Bottoms, primeira mulher e primeira negra a governar a Geórgia, de longa tradição escravista

Pioneirismo

Na vizinha Flórida, foi ao Partido Republicano que coube o pioneirismo racial, com a eleição de Byron Donalds. Lá, o destaque foi o fato de que a disputa real pelo governo estadual se deu com outra política negra: Angie Nixon, ligada à ala mais à esquerda do Partido Democrata. Com a eleição de Donalds e Bottoms, serão cinco os políticos negros à frente de algum dos 50 estados dos EUA, ao lado dos atuais titulares de Maryland, Wisconsin e Nevada — os três, democratas.

A oposição, arejada pelo engajamento inusitado de jovens e outros setores sociais menos representados na vida institucional, marcou pontos também na questão sensível dos povos originários, cujos remanescentes tateiam oportunidades para ocupar posições. Na histórica eleição de terça-feira, ao menos dois deles fizeram história. No Novo México, na fronteira sul do país, a democrata Deb Haaland tornou-se a primeira indígena eleita para governar um estado. No extremo oposto, onde os EUA encontram o Canadá, outra democrata Penny Flanagan, tornou-se a primeira indígena eleita para uma cadeira no Senado.

Abdul El-Sayed, médico de 42 anos, será outro pioneiro levado ao Congresso pelos democratas: ligado à ala esquerda do partido, em especial ao recém-empossado prefeito de Nova York, Zohran Mamdani, ele superou até mesmo a traição da rival nas primárias do partido, às vésperas da votação, e se elegeu senador pelo estado de Michigan. El-Sayed será o primeiro muçulmano confesso a legislar na câmara alta do Congresso norte-americano.

Jeff Kowalsky/AFP



Abdul El-Sayed, eleito no Michigan: primeiro muçulmano no Senado

Austin Johnson/AFP



Adam Hamilton, primeiro democrata pelo Kansas em um século

Também no Senado, outro democrata eleito na terça-feira fará uma estreia, em outra face do mosaico social e cultural que dá identidade aos EUA. Chris Pappas, vitorioso em New Hampshire, tornou-se o primeiro senador publicamente assumido como homossexual. Disputando uma cadeira vaga, ele derrotou nas urnas o republicano John Sununu, ex-titular do mandato que tentava recuperar para a legenda do presidente Donald Trump.

Barba e cabelo

Mas foi talvez no Texas, segundo estado mais populoso do país e território sólido do Partido Republicano que a oposição fez história de maneira mais estridente. De saída, o Partido Democrata elegeu para o senado um político jovem de origem mexicana, até então apenas um deputado no Legislativo estadual. James Talarico, educador de 37 anos, engoliu o favoritismo do titular da cadeira, Ken Paxton: com 55% dos votos, contra 43% do adversário, tornou-se o primeiro democrata eleito senador pelo estado desde 1988.

No "feudo" da família Bush, domicílio eleitoral de dois presidentes republicanos — George pai e filho —, a hostilidade de Donald Trump aos imigrantes permitiu à oposição fazer "barba e cabelo", como se diz no Brasil. Além de capturar a cadeira no Senado, elegeu a descendente de mexicanos Gina Hinojosa não apenas como a primeira mulher a governar o estado, mas também uma pioneira no cargo entre os descendentes de mexicanos.

Em matéria de quebrar tabus, no entanto, o recorde cabe a um vitorioso que fez história no Kansas, estado do centro-oeste com sólida tradição republicana. O pastor metodista Adam Hamilton é o primeiro democrata eleito ali para o Senado em quase um século. Antes, em 1932, o Partido Democrata havia elegido George McGill. Com 52% dos votos, ele destronou o republicano Roger Marshall, que saiu das urnas com 45%.

Da imigração às assembleias

Sete brasileiros saíram vencedores das eleições de meio de mandato dos Estados Unidos e atuarão nos legislativos locais de quatro estados. Todos são democratas. Quatro foram eleitos em Massachusetts, que tem a segunda maior concentração de brasileiros do país: Priscila Sousa, Rita Mendes, Lorena Betts e Danillo Sena. Três conseguiram a reeleição.

Farley Santos, de Connecticut, também foi reeleito, assim como Elaine Marzola, de Nevada. Felipe Sousa-Lazaballet disputou pela primeira vez e conquistou uma vitória difícil na Flórida, estado predominantemente republicano. Rita Mendes, reeleita para o terceiro mandato em Massachusetts, enfrentou um grande desafio: convencer eleitores brasileiros no estado onde Flávio Bolsonaro (PL) venceu a corrida presidencial.

A mato-grossense Lorena, eleita para o primeiro mandato no mesmo estado, sabe bem o que é ser imigrante. Ela chegou aos EUA para trabalhar como babá. "Sonhamos com algo, mas ganhamos muito mais. Vimos que as pessoas realmente se importam e se organizaram", conta. Entre as causas pelas quais luta, a imigração é a principal. "Há uma mensagem muito clara dessas eleições: o status atual, a forma como as pessoas e as comunidades são tratadas, não é aceitável", diz.

O fluminense Felipe Sousa-Lazaballet se elegeu na Flórida e festejou nas redes sociais. "Cheguei aqui sem documentos, sem nada em meu nome, e agora terei o privilégio incrível de lutar pelos meus amigos e vizinhos", escreveu. Ele foi beneficiado pelo programa Deferred Action for Childhood Arrivals (Daca), sigla em inglês para Ação Diferida para Chegadas na Infância, criado durante o governo do então presidente Barack Obama — do Partido Democrata. Em 2020, obteve o green card, e no ano seguinte, a cidadania norte-americana.

Será a primeira vez que o Legislativo da Flórida terá um brasileiro. Em Massachusetts, outros dois conseguiram cadeira para um mandato de dois anos, que começa em janeiro: o pernambucano Danillo Sena, reeleito, e a mineira Priscila Sousa. Em Connecticut, o mineiro Farley Santos, que chegou aos EUA ainda menor de idade e percorreu o caminho que muitos imigrantes viveram, também saiu vitorioso. Em Nevada, a fluminense Elaine Marzola ganhou novo mandato no Legislativo estadual.

Aliados e adversários saúdam a democracia

Às voltas com a ameaça de uma nova onda de ataques de grande escala por parte dos Estados Unidos e de Israel, o Irã recebeu como uma vitória o resultado das eleições legislativas norte-americanas — uma dura derrota do presidente Donald Trump. "Seja por consciência ou pelo custo de vida, os americanos disseram não à guerra, e apoiamos essa mensagem", escreveu, na rede social X, o principal negociador de Teerã nas conversações indiretas com Washington, Mohamad Bagher Ghalibaf, presidente do parlamento.

O líder supremo da República Islâmica, o aiatolá Mojtaba Khamenei, alertou os que "se enganam" esperando uma inflexão por parte dos EUA. "Aqueles que alimentam a menor esperança de ver o comportamento do sistema hegemônico mudar graças a mudanças partidárias estão gravemente enganados", declarou, em um comunicado.

Em Israel, que acaba de eleger o novo parlamento, há uma semana, o líder do bloco de oposição, Gadi Eisenkot, rival do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, comprometeu-se a fortalecer os laços com os EUA, caso se torne chefe de governo nas negociações abertas para tentar compor o novo gabinete.

"Sob a minha liderança, renovaremos e fortaleceremos essa parceria e consolidaremos as bases bipartidárias que a sustentaram por muito tempo", declarou Eisenkot, no X. O general, ex-comandante das Forças Armadas, espera "trabalhar de forma construtiva" com Donald Trump para "fortalecer a estabilidade regional" no Oriente Médio.

Europa

"O presidente Trump aceitou os resultados, e acredito que o mundo tem agora a oportunidade de se unir em torno da questão que está afetando a todos nós, que é o custo de vida", ponderou o primeiro-ministro britânico, o trabalhista Andy Burnham. "Isso será impossível enquanto não for resolvido o conflito no Oriente Médio, assim como o da Ucrânia, desencadeado pela Rússia", acrescentou.

Alfredo Estrella/AFP



Claudia Scheinbaum, presidente do México: orgulho latino

A ampla vitória dos democratas foi recebida como "uma notícia muito boa para a democracia americana" pelo ministro francês das Relações Exteriores, Jean-Noël Barrot. "É uma nova demonstração de que, em uma democracia, é o povo quem escreve a própria história", frisou. "Ninguém, nem os algoritmos, nem os interesses privados, pode fazer isso em seu lugar." O ministro alemão das Relações Exteriores, Johann Wadephul, celebrou a "mudança" e expressou a esperança de que sejam lançadas novas iniciativas para resolver os dois conflitos

A "onda extrema" está "desmoronando", comemorou o chefe de governo da Espanha, o socialista Pedro Sánchez. "Ontem, a sociedade americana votou contra políticas que só empobrecem. Contra o ódio, contra o machismo, contra o negacionismo climático e os privilégios das elites", escreveu em plena campanha para as eleições legislativas antecipadas de 29 de novembro.

Mexicanos

"Gostaria de destacar a vitória de duas pessoas de origem mexicana, que são o governador eleito da Califórnia e a governadora eleita do Texas", declarou a presidente esquerdista do México, Claudia Sheinbaum, em referência aos democratas Xavier Becerra e Gina Hinojosa.

"Independentemente do resultado da eleição, buscamos sempre a melhor relação com os EUA, garantindo o respeito à nossa soberania e à integridade territorial, em uma colaboração sem subordinação", acrescentou, em sua coletiva de imprensa diária.

Editor: José Carlos Vieira (Cidades)
josecarlos.df@dabr.com.br
Tels. : 3214-1119/3214-1113
Atendimento ao leitor: 3342-1000
cidades.df@dabr.com.br

SAÚDE

Doença contagiosa deixa especialistas em alerta. Capital do país teve 23 ocorrências em 2026, oito só em outubro. Lacen faz análises para identificar qual é a cepa do vírus. Secretaria de Saúde aguarda novas doses da vacina

Casos de mpox no DF preocupam médicos

» ANA CAROLINA ALVES

O Distrito Federal registrou um aumento recente nas notificações da mpox com a confirmação de oito casos em outubro. Até a primeira semana de novembro de 2026, a capital federal diagnosticou 23 pessoas com a doença altamente transmissível. O número se aproxima dos registros do ano passado no DF, quando foram 25 casos confirmados. Desde 2022, quando teve início a disseminação global do vírus, foram 425 confirmações em Brasília. O crescimento recente acendeu um alerta na Secretaria de Saúde (SES-DF), que investiga a origem dos casos registrados no último mês. Especialistas alertam para sintomas e sinais de atenção para a procura de atendimento médico em casos de suspeita da doença.

"Representa um sinal de alerta para a vigilância epidemiológica, pois pode indicar a manutenção da circulação do vírus. É necessário avaliar a distribuição dos casos, a situação dos vínculos epidemiológicos entre eles, os locais prováveis de exposição e a existência de transmissão comunitária", afirmou a professora de medicina do Centro Universitário de Brasília (Ceub) e infectologista, Eveline Fernandes Nascimento. Segundo ela, o registro de oito casos da doença em um mês não caracteriza, isoladamente, um surto ou transmissão descontrolada.

A mpox é uma doença infecciosa causada pelo vírus MPXV. Segundo o Ministério da Saúde, a maioria dos casos apresenta evolução de leve a moderada. A principal manifestação da doença é o surgimento de erupções cutâneas e lesões na pele, semelhantes a bolhas ou feridas, que costumam ser dolorosas.

A cepa predominante entre os casos recentes da doença no DF não foi identificada até o momento, segundo informou a SES-DF. "O Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal (Lacen-DF) está realizando análises complementares em amostras para identificação do tipo viral. Portanto, não é possível afirmar qual cepa está circulando com maior frequência no DF", informou a pasta, em nota.

Vigilância

O infectologista Daniel Paffili Prestes alertou que a identificação da cepa entre os casos recentes da doença no DF ajuda a compreender o comportamento do vírus na comunidade. "A identificação da linhagem permite entender quais variantes estão circulando no Distrito Federal, identificar a possível introdução de novas linhagens e acompanhar mudanças no comportamento da doença. Essas informações ajudam as autoridades a direcionar investigações, monitorar contatos e organizar as estratégias de prevenção", ressaltou.

O especialista destacou, no entanto, que a identificação da cepa não determina, isoladamente, a gravidade de um paciente nem significa que o tratamento será obrigatoriamente diferente. "Na prática clínica, a conduta inicial continua baseada na avaliação dos sintomas, na extensão das lesões, na presença de complicações e nos fatores individuais de risco. A maioria dos pacientes necessita de cuidados de suporte, controle da dor, hidratação e acompanhamento. Casos graves podem exigir internação e avaliação especializada", explicou.

Casos no DF

2022	308 casos
2023	23 casos
2024	56 casos
2025	25 casos
2026	23 casos (até a 1ª semana de novembro)

Fonte: Ministério da Saúde

Sinais de alerta

Facilmente confundida com outras doenças, principalmente dermatológicas por conta das lesões, a mpox tem características específicas que podem auxiliar na sua identificação, informou o infectologista Daniel Paffili Prestes. "A manifestação mais característica envolve lesões que podem começar como pequenas manchas ou elevações na pele, evoluir para bolhas ou pústulas e, posteriormente, formar crostas. Algumas apresentam aspecto mais profundo, firme e com uma pequena depressão central. Na mpox, as lesões podem ser dolorosas, inclusive na região genital, anal e na boca. Mas essa distinção não é absoluta, e somente a aparência não permite confirmar o diagnóstico", ressaltou. Além disso, febre, calafrios, dor de cabeça e inchaço nos linfonodos, popularmente conhecidos como ínguas, principalmente no pescoço, axilas ou virilhas, são sinais de alerta. A doença pode levar à morte, mas segundo especialistas, depende da cepa do vírus que está em circulação e do estado de saúde da pessoa infectada.

Médica patologista da clínica Grupo DB, Maria Gabriela de Lucca Oliveira alertou que o período de transmissão da doença ocorre desde os primeiros sintomas. "A transmissão dura enquanto houver presença do vírus nas lesões. Todo esse ciclo costuma durar de duas a quatro semanas. O critério de alta e fim de isolamento é o desaparecimento completo dos sintomas clínicos e cicatrização total da pele", ressaltou.

Segundo a diretora de Vigilância Epidemiológica da SES-DF, Juliane Maria Malta, a identificação precoce dos sinais da doença é importante para evitar novas transmissões. "Diante do aparecimento súbito de lesões nas mucosas ou erupções cutâneas agudas, como bolhas e pústulas, em qualquer parte do corpo, procure uma unidade de saúde para avaliação", orientou.

Tratamento

Embora não exista medicamento específico para tratar a mpox, há vacina destinada a grupos com maior risco de evolução grave. A imunização pode ser feita antes da exposição, para profissionais de saúde e pessoas imunossuprimidas que atendam aos critérios definidos pelo Ministério da Saúde, ou após o contato direto com um caso suspeito ou confirmado. O atendimento dos pacientes contaminados com o vírus é voltado para o alívio dos sintomas e a prevenção de complicações.

A gerente da Rede de Frio da Secretaria de Saúde, Teresa Luiz Pereira, explicou que o governo local aguarda o reabastecimento. "Atualmente, o Distrito Federal está sem estoque da vacina. Contudo, estamos em tratativas com o Ministério da Saúde para que ele nos forneça mais algumas doses. Aguardamos esse reabastecimento para que a vacina seja distribuída ao Hospital Universitário, que é a única sala no Distrito Federal que faz a aplicação", afirmou.

A gerente explicou que a aplicação depende de uma avaliação técnica de cada paciente. "Lembrando que, atualmente, a sala não está abastecida, não adianta ir até lá. Até porque a vacinação só vai ocorrer após uma avaliação de toda a área técnica para verificar se a pessoa realmente tem condições e necessidade de tomar a vacina", ressaltou.

O **Correio** procurou o Ministério da Saúde para saber se há previsão de novas remessas da vacina para o Distrito Federal, mas não teve retorno até o fechamento desta edição.

Como identificar e prevenir a doença

Transmitida principalmente pelo contato direto com pessoas infectadas, a doença provoca lesões na pele, febre e ínguas

Fonte: Ministério da Saúde

Valdo Virgo/CB/D.A Press

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Orçamento de 2027 prevê R$ 2,67 bilhões em investimento


Caio Gomez/CB

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) da Câmara Legislativa realizou, ontem, audiência pública para apresentação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027, encaminhado pelo Governo do Distrito Federal. A reunião foi conduzida pelo presidente da comissão, deputado Eduardo Pedrosa (União). O projeto estima em R$ 80,1 bilhões o orçamento do Distrito Federal para o próximo exercício. Os recursos do Tesouro Distrital e do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) somam R$ 78,1 bilhões. Houve crescimento de 7,7% no orçamento composto por Tesouro Distrital e FCDF em comparação com a Lei Orçamentária de 2026, acréscimo de R$ 5,57 bilhões. Os investimentos financiados pelo Tesouro do DF devem chegar a R$ 2,67 bilhões em 2027, alta de 38% em relação ao orçamento aprovado para 2026. Considerando também os recursos do FCDF, o volume de investimentos chega a R$ 3,03 bilhões, crescimento de 41,4%.

Justiça suspende operação que previa utilização de imóveis públicos do DF para capitalizar o BRB

Divulgação



A 2ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal julgou parcialmente procedente ação popular e declarou a nulidade de atos administrativos e societários relacionados à utilização de imóveis públicos e ativos de empresas estatais na operação de fortalecimento patrimonial do Banco de Brasília (BRB). A ação popular foi proposta pelo candidato ao GDF nas últimas eleições pelo PSB, Ricardo Cappelli, o deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), o ex-senador Cristovam Buarque (PSB), a deputada distrital Dayse Amarilio (PSB) e o presidente regional do PSB, Rodrigo Dias. Na sentença, o juiz Daniel Eduardo Branco Carnacchioni reconheceu a incompatibilidade constitucional de dispositivos da lei 7.845/2026, aprovada ela Câmara Legislativa, que autorizavam a alienação, transferência, oneração e utilização desses bens em operações destinadas à capitalização do banco.

Ed Alves/CB/D.A Press



Ministra Maria Cristina Peduzzi é finalista em prêmio de inovação na Justiça

Em sua 7ª Edição, o Prêmio de Inovação do J.Ex vai reconhecer projetos e pessoas que transformam o ecossistema de Justiça no âmbito tecnológico, de gestão e de novas metodologias. Os vencedores do prêmio serão conhecidos em 16 de novembro. Entre os finalistas está a ministra Maria Cristina Peduzzi, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), concorrendo na categoria Liderança Exponencial, junto a outros líderes com atitudes empreendedoras dentro das instituições, como o Corregedor Nacional de Justiça, Mauro Luiz Campbell Marques, e o ministro da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias. A cerimônia de premiação está programada para 16 de novembro, em São Paulo, e contará com a presença de membros do Poder Judiciário e de instituições de funções essenciais à Justiça de todo o país.

Divulgação



Bolsa de apostas

Entre aliados do presidente Lula, há uma aposta de que a senadora Leila do Vôlei (PDT) deve assumir o Ministério do Esporte. Outra avaliação é de que o educador Douglas Belchior, também conhecido como Negro Belchior, será indicado para a Igualdade Racial.

Divulgação



Pacto nacional

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) divulgaram uma carta aberta conjunta dirigida ao presidente Lula e aos governadores eleitos e reeleitos. No documento, as entidades propõem a criação de uma "Agenda Conjunta pelo Brasil" para estabelecer um pacto entre as federações em torno da qualidade do gasto público, governança, transparência, integridade e sustentabilidade fiscal.

Senadora do DF assume relatoria de MP de R$ 18,5 bi para socorrer empresas de tarifaço de Trump

Divulgação



A senadora Leany Lemos (PSB-DF) foi designada, ontem, relatora da Medida Provisória 1.379/2026, que cria a terceira fase do Plano Brasil Soberano 3. A proposta autoriza a ampliação em até R$ 13,5 bilhões dos recursos destinados a linhas de financiamento para empresas exportadoras brasileiras e seus fornecedores. Com o acréscimo, o volume total de crédito disponibilizado pelo programa poderá chegar a R$ 18,5 bilhões, com o objetivo de reduzir os impactos das barreiras comerciais e da instabilidade internacional sobre a economia nacional. O relatório elaborado pela senadora brasiliense será votado hoje pela comissão mista responsável pela análise da medida provisória. A MP foi editada em 22 de julho e já foi prorrogada. O prazo previsto para deliberação pelo Congresso Nacional termina em 18 de novembro de 2026.

Missão empresarial à China...

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Uma missão empresarial formada por 22 representantes da ADEMI-DF e do Sinduscon-DF embarca em 13 de novembro para a China, onde cumprirá uma agenda de visitas técnicas entre 17 e 30. A comitiva passará por Pequim, Xangai e Shenzhen, com o objetivo de conhecer tecnologias e modelos construtivos que possam contribuir para modernizar o mercado imobiliário e aumentar a produtividade da construção civil no Distrito Federal. A delegação será liderada pelo presidente da ADEMI DF, Celestino Fracon Júnior (foto), e contará também com a participação do presidente do Sinduscon-DF, Adalberto Valadão Júnior, e de Eduardo Aroeira, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e integrante do Conselho Consultivo da ADEMI-DF.

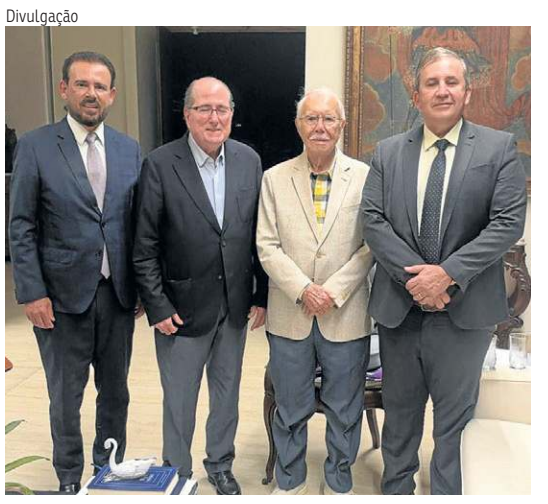
Divulgação



...e jornalística

Convidado pelo *Diário do Povo*, de Pequim, o jornalista Moacyr de Oliveira Filho, o Moa, que é diretor de Jornalismo da ABI, está em Fuzhou, na China, participando do Fórum de Cooperação Midiática do Cinturão e Rota. O *Diário do Povo*, de Pequim, tem uma tiragem de mais de 3,5 milhões de exemplares diários e uma audiência digital de centenas de milhões de usuários e seguidores em suas diversas plataformas, com 297 milhões de downloads acumulados de seu aplicativo, mais de 415 milhões de seguidores apenas no Weibo, WeChat e Douyin e 8,3 milhões de visitas mensais no site people.com.cn. Na foto, Moa com o editor-chefe do *Diário do Povo*, Chen Jianwen.

Divulgação



Visita a Sarney

O desembargador cearense e conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Paulo Régis Machado Botelho, esteve em visita ao ex-presidente José Sarney, acompanhado do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Ricardo Duailibe, e do advogado Raul Sabóia. A visita antecedeu a solenidade de outorga da Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Antônio Rodrigues Vellozo, realizada ontem, no Palácio da Justiça, em São Luís, ocasião em que o advogado Raul Sabóia Filho também foi homenageado.

Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*

INFLUENZA

Sobra de doses e meta não atingida fazem Secretaria de Saúde liberar o imunizante para todas as faixas etárias. Medida tenta frear novo pico da doença esperado com a chegada das chuvas e melhorar a cobertura contra a infecção

Vacinação contra gripe é ampliada

» BEATRIZ MASCARENHAS

Sem alcançar a meta de vacinar 90% do público prioritário contra a influenza, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) está disponibilizando 40 mil doses do imunizante para todas as faixas etárias. Nos últimos anos, a cobertura vacinal contra a gripe nos grupos de risco vem diminuindo. De acordo com a pasta, em 2024 atingiu 60,80%, no ano passado 57,40% e, neste ano, apenas 57% se vacinaram.

Os imunizantes contra a influenza pode ser encontrados em todas as salas de vacinação do sistema público do DF, desde ontem e seguirá até o fim da reserva. O intuito é aumentar a proteção dos grupos de risco — crianças, gestantes, puérperas, pessoas com comorbidades, idosos e povos indígenas fazem parte desse conjunto.

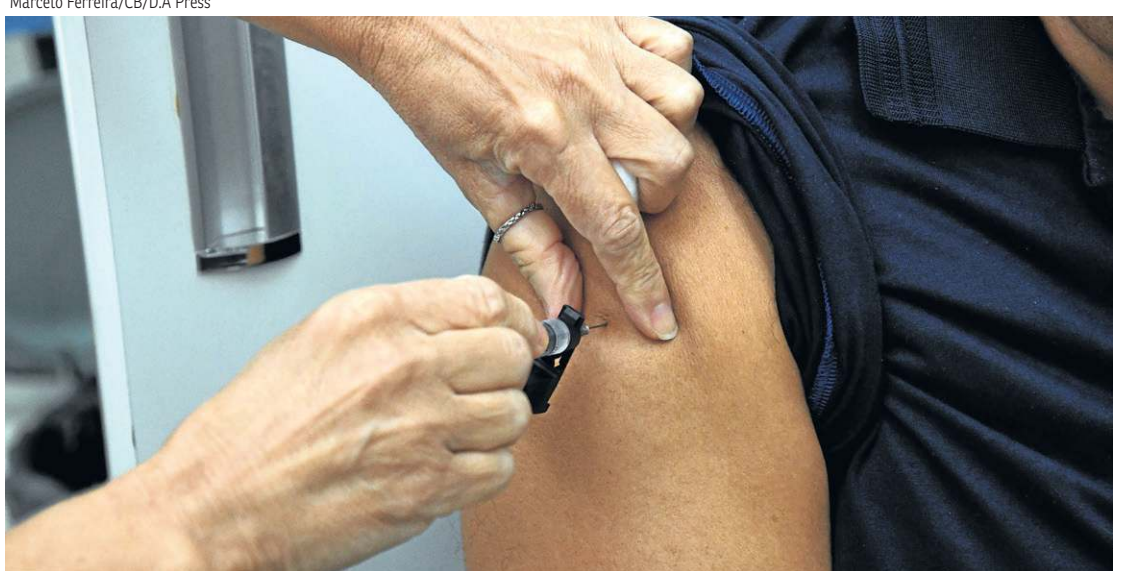
Segundo a gerente da Rede de Frios do DF, Tereza Luiza Pereira, a ampliação busca aproveitar o período de chuvas — que traz um segundo pico no número de casos — para proteger a população com as doses disponíveis. "Como o grupo prioritário não tem buscado a vacina como esperado, ampliamos a vacinação nesse período", esclarece.

A especialista alerta que crianças e idosos são os mais vulneráveis a hospitalizações, complicações graves e óbitos. A farmacêutica descreve que o objetivo da vacina não é impedir que a pessoa contraia uma gripe ou resfriado, mas sim evitar que ela desenvolva um quadro grave, precise de internação ou venha a óbito. "Quem recebe o imunizante não fica 100% livre da possibilidade de contrair a gripe, mas evita que, caso ela contraia, ela não seja hospitalizada", reforça.

De acordo com médico infectologista Erickson Blun aqueles que não se vacinam permanecem mais vulneráveis a complicações causadas pela infecção, especialmente pneumonia. Nas crianças, o risco é ainda maior devido ao sistema imunológico delas, que ainda está em desenvolvimento. "A menor experiência prévia com os vírus influenza pode dificultar uma resposta protetora eficiente. Além disso, suas vias respiratórias são menores, o que pode favorecer complicações respiratórias", adverte.

O servidor público Marcos Vinícius Silva, de 41 anos, levou as duas filhas para atualizar as carteiras de vacinação. Rebeca Moreira, 3 anos, e Nicole Moreira, de 5, foram vacinadas na manhã de ontem. A família reside no Park Sul, mas foram até a UBS da Asa Sul para conferir quais imunizantes estavam faltando. Segundo o pai, a proteção é ideal para evitar que o vírus se espalhe. "Além de dar proteção para elas, quando o vírus não se espalha, acaba protegendo todo mundo", defende Marcos Vinícius.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Neste ano, apenas 57% do público prioritário se vacinaram no DF. A meta é atingir 90%

Apesar de ter uma reação biológica diferente, os idosos também precisam estar atentos. Conforme o médico infectologista, o motivo é o processo conhecido como imunossenescência — caracterizado pelo envelhecimento do sistema imunológico pela redução da capacidade de responder adequadamente às infecções. "Soma-se a isso a maior frequência de doenças crônicas, como diabetes, cardiopatias e doenças pulmonares", descreve.

Os riscos também chamam atenção. "Nos idosos, além da pneumonia e da insuficiência respiratória, a influenza pode descompensar doenças cardiovasculares, pulmonares e metabólicas. A infecção também pode desencadear eventos cardiovasculares, agravar a fragilidade e comprometer a autonomia funcional", alerta o médico.

Quando tomar

Para continuar protegido contra a gripe causada pelo vírus da influenza, é preciso se vacinar anualmente. De acordo com o médico Erickson Blun, o vírus sofre modificações frequentes, de modo que o imunizante precisa ser atualizado periodicamente para seguir protegendo a população contra as variantes com maior probabilidade de circulação.

"Além disso, a proteção imunológica diminui com o passar do tempo, tornando necessária sua renovação", explica o diretor da Anadem (Sociedade Brasileira de Direito Médico e Bioética). Blun ainda alerta que a gripe causada pelo vírus não pode ser confundida com um "simples refriado". A condição é uma infecção respiratória que pode provocar complicações graves, mesmo em adultos saudáveis.

O estudante Erick Vinícius da Silva, de 25 anos, buscou a vacina na Unidade Básica de Saúde I, da Asa Sul, assim que soube que estava disponível. "O Brasil sempre foi um exemplo de vacinação, e precisa continuar sendo. Tivemos uma pandemia que, caso a vacina tivesse chegado mais cedo, teríamos evitado muitas mortes", defendeu o jovem. Morador de Sobradinho, ele conta que o incentivo à procura pela imunização é comum em sua família, e que sua mãe o levava aos postos desde criança para se vacinar.

O médico reforça que a vacinação é a principal medida de prevenção, e que o aumento de sua cobertura vacinal em períodos de maior circulação do vírus protege não apenas àqueles que receberam os imunizantes, mas também contribui para a proteção dos que não tomaram a vacina. "O que reduz a pressão sobre os serviços de saúde", finaliza o especialista.

Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cbnet.com.br



Todo saber é vão, exceto quando há trabalho. E todo trabalho é vazio, exceto quando há amor.
Khalil Gibran

Assista à playlist da Capital S/A no YouTube

CNC aciona o STF por mais prazo para nova jornada de trabalho

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) protocolou, no Supremo Tribunal Federal (STF), uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) com pedido de medida cautelar para adiar o cronograma de implementação da nova jornada de trabalho. A entidade esclarece que a ação não questiona o mérito da redução para 40 horas semanais nem o segundo dia de descanso remunerado, mas sim a inexequibilidade dos prazos de adaptação e a assimetria das regras de transição impostas ao setor produtivo.

Segundo a entidade, a transição de escala 6x1 para 5x2 impacta varejo, turismo e serviços, no período do Natal, crucial para a sobrevivência das empresas desses setores.



Ed Alves/CB/D.A Press

Proposta de calendário

Na petição, a CNC solicita que a primeira etapa da transição — redução para 42 horas semanais acompanhada de dois dias de descanso — passe de 16 de dezembro deste ano para 16 de outubro de 2027. Já o teto final, de 40 horas semanais, passaria a ser exigido a partir de outubro de 2028.

A entidade sustenta que o prazo de apenas 60 dias, previsto na emenda constitucional promulgada, é insuficiente para mapear postos, contratar trabalhadores, reestruturar turnos e renegociar convenções coletivas.

Tempo para renegociar convenções coletivas

A Fecomércio-DF requereu ingresso como amicus curiae na ação da CNC que questiona o prazo de adaptação à nova jornada de trabalho. A Federação apoia uma transição com tempo hábil, que permita renegociar convenções coletivas, reorganizar escalas e adequar custos, especialmente nas pequenas empresas. "O prazo vigente, no entanto, com mudanças previstas para o auge das vendas de Natal, compromete o planejamento e a sustentabilidade do comércio", frisou o presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido Freire.

CACB



Encontro de lideranças de origem libanesa

O presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, José Roberto Tadros, recebeu para um almoço, em São Paulo, lideranças empresariais e políticas descendentes, como ele, de libaneses. Entre os presentes, Michel Temer, Guilherme Afif Domingos, Gilberto Kassab e Alfredo Cutait Neto. "Um encontro enriquecedor, pautado pelo diálogo, troca de ideias e visões sobre o futuro do Brasil e de São Paulo", comentou Tadros.

"Manutenção dos juros é injustificável", reage CNI

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) definiu como equivocada e excessivamente conservadora a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de manter a taxa básica de juros, a Selic, em 13,75% ao ano. "A prolongação do aperto monetário mantém o crédito caro, prejudica empresas e famílias e trava, ainda mais, a economia", destacou a entidade.

O presidente da CNI, Ricardo Alban, defende que o Copom retome o ciclo de corte dos juros já na próxima reunião, prevista para dezembro. "A Selic permanece muito alta e isso afeta crédito, investimentos e a atividade econômica. É verdade que as expectativas para a inflação pioraram, mas o IPCA segue dentro do intervalo da meta no chamado horizonte relevante da política monetária", aponta.

CMEC promove encontro com Tereza Cristina

CACB



O Conselho Nacional da Mulher Empreendedora e da Cultura (CMEC), da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), promoveu, em Brasília (DF), um encontro com a senadora Tereza Cristina (PP-MS) para debater a presença feminina nos espaços de decisão política. Ao comentar o cenário institucional e econômico, ela afirmou que a próxima gestão terá de lidar com problemas que, em sua avaliação, foram criados pelo atual governo. "Agora ele precisa desarmar essa bomba que ele mesmo armou", declarou.

Candidatura ao Senado

Um dos principais temas do encontro foi a candidatura de Tereza Cristina à Presidência do Senado Federal. A Casa, em mais de dois séculos de história, nunca foi presidida por uma mulher. Participaram do evento a presidente do CMEC, Ana Claudia Badra Cotait; Mônica Monteiro, representante da FNME/CNI e da WBA BRICS; além de lideranças empresariais e parlamentares de diferentes partidos.

Políticas monetária e fiscal continuam desalinhadas

A reação negativa dos mercados pós-eleição, caracterizada por desvalorização cambial, elevação dos juros longos e queda na bolsa, reflete o aumento dos prêmios de risco fiscal. A CNI chama a atenção para três fatores:

- A meta de resultado primário só será cumprida devido às deduções legais;
- A dívida pública não para de crescer e boa parte dela está indexada à própria Selic, que contribui para retroalimentar o endividamento;
- O mercado percebe o risco fiscal como a principal ameaça à estabilidade financeiro-monetária.

Ed Alves/CB/DA.Press



» Entrevista | **ALEXANDRE PATURY** | SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF

"Não é justo que a pessoa cometa várias vezes o mesmo crime e esteja nas ruas", destacou ao *CB.Poder* o chefe da pasta, sobre a PEC da Segurança Pública. Mas ele ressaltou que houve avanços, como no combate ao crime organizado

Importante discutir a reincidência

» MANUELA SÁ*

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública aprovada pelo Senado, na última terça-feira, foi tema, ontem, do CB.Poder *— parceria entre o* ***Correio Braziliense*** *e a TV Brasília. Às jornalistas Sibele Negromonte e Ana Raquel Lelles, o secretário de Segurança Pública do DF, Alexandre Patury, avaliou que o texto apresenta avanços, mas que é preciso discutir a reincidência e a microcriminalidade, problemas que fazem parte da vida dos brasilienses. Ele também falou sobre os preparativos para a posse.*



Pedro Paulo Cardoso CB/DA Press

Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista

Com essa PEC, o que muda, de fato, no DF?

O DF é sui generis, até porque não temos municípios. A integração aqui é muito grande. A Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF), em vários eventos, como nas eleições, tem o Centro Integrado de Operações de Brasília (Ciob), por exemplo. Lá funcionam todos os órgãos, sejam federais, seja daqui do DF. Temos uma célula de inteligência que foi montada presencialmente desde agosto até, pelo menos, 10 de janeiro de 2027. Nela, estão funcionando Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Detran, etc. Vejo que a PEC avançou no sentido do entendimento de que a coordenação, a integração e o financiamento têm que ser feitos pela União. O projeto respeitou a autonomia dos estados.

Quais seriam esses avanços?

A PEC mexe com estrutura, com a questão do combate às organizações criminosas e assegura financiamentos. Tudo isso é importante. Mas a população não quer saber sobre estrutura. Ela quer saber se pode sair e voltar para casa com tranquilidade. Se aquela pessoa que cometeu cinco ou 10 vezes o mesmo crime vai ficar presa. Se ela pode confiar que as pessoas presas pela polícia não voltem a cometer o mesmo delito. Isso vai muito da questão da ressocialização. Segurança pública não se resolve apenas com segurança pública, resolve-se com educação, cultura, esporte, oportunidade e essa questão da reincidência. Isso é um mal que tem que ser combatido e que tem que entrar na pauta de discussão. A progressão criminosa acontece quando a pessoa comete várias vezes o mesmo crime, vê que o Estado não está respondendo como deveria e aquilo vai progredindo. Ela começa com o furto, depois ela se sente à vontade para cometer roubo, depois latrocínio, em seguida, homicídio, depois ela se associa ao Comando Vermelho, ao PCC. Então, precisamos enfrentar essa questão da microcriminalidade e dar, de alguma maneira, uma resposta. Não é justo que a pessoa cometa várias vezes o mesmo crime e esteja nas ruas.

> **Temos que enfrentar o que aflige o povo, que, muitas vezes, não é só o crime de grande magnitude. É o furto de cabos, o tráfico de drogas na esquina ou o roubo de celular"**

Em relação às organizações criminosas, a PEC vai ajudar a combater no DF crimes interligados com outros estados?

Não trabalhamos nem com alarmismo nem com ingenuidade. Dizer que não tem crime organizado aqui em Brasília seria uma falácia, mas aqui ele não toma território, não tem lugar onde a polícia não entre. Toda semana tem um combate efetivo e inúmeras prisões. Temos um sistema penal muito forte. Mas é importante o combate a nível nacional. O DF não é uma ilha. O que acontece em Goiás, em São Paulo ou no Rio de Janeiro reverbera aqui.

O senhor considera que a PEC deveria ter falado sobre a reincidência e sobre a microcriminalidade ou seria uma reforma no Código Penal?

Muitas pessoas tratam a PEC como se ela fosse resolver a maioria dos nossos problemas. Não estou discutindo se é matéria constitucional ou infraconstitucional. Não é só mudança no Código Penal ou no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Há várias legislações extravagantes que poderiam ser alteradas. A PEC avançou. Ela fala sobre estrutura, financiamento e combate ao crime organizado. No entanto, outras questões têm que ser avaliadas também, como a da reincidência, do Código de Processo Penal e da possibilidade de alteração do ECA. Se não tiver ambiente para avançar na redução da maioridade penal, particularmente, eu sou de acordo com essa redução, por que a gente não avança então para aumentar a internação que está no artigo 121 do ECA? Por que não estudar para colocar cinco ou 10 anos? Temos que enfrentar o que aflige o povo, que, muitas vezes, não é só o crime de grande magnitude. É o furto de cabos, o tráfico de drogas na esquina ou o roubo de celular. É uma discussão muito mais ampla, não só atrelada à questão da PEC, que é matéria constitucional, mas também à legislação infraconstitucional.

Como a segurança do DF está se preparando para a posse?

O nosso planejamento, que tem mais de seis meses, previa a instituição da Célula Presencial de Inteligência, junto com 22 órgãos, desde a eleição até o momento posterior à posse. Tudo já estava planejado. Agora, a gente precisa refinar, porque a própria Célula de Inteligência vai mapeando eventuais situações que podem elevar ou diminuir o nível de preocupação. Não sabíamos quem seria eleito e qual seria a movimentação. Isso, claro, está no radar. O pessoal está acompanhando a questão dos hotéis, das caravanas e quem vem. Isso é elaborado juntamente com o GSI (Gabinete de Segurança Institucional), que faz a segurança aproximada do presidente eleito e a Segurança Pública faz toda a área de perímetro e de segurança integrados com o GSI. Teremos várias reuniões a partir de agora, mas o planejamento está bem encaminhado, porque estava tudo previsto.

***Estagiária sob a supervisão de José Carlos Vieira**



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | *severinofrancisco.df@dabr.com.br*

Bets nunca mais

As bets são uma calamidade pública, provocam problemas de endividamento, vício, saúde mental e desestruturação dos indivíduos e das famílias. Se alguém se vicia, mesmo que a família não se envolva, sofre as consequências. Não faltam depoimentos, casos psiquiátricos e pesquisas para comprovar o efeito nocivo dos jogos na vida das pessoas.

Os pesquisadores associam a dependência dos jogos a outros vícios compulsivos tais como do álcool, do cigarro, da cocaína, do sexo, da alimentação ou do consumo. Tudo está disponível a um toque no celular. E menores de 18 anos também estão expostos aos jogos de azar, comprometendo o dinheiro que poderia ser utilizado de maneira mais racional e construtiva. O que amplia o perigo da vulnerabilidade e dos transtornos psicológicos.

O fato de as bets contribuírem nas contas públicas com o pagamento de impostos não é aceitável, mesmo porque os prejuízos em saúde pública são enormes. Estimativas do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (Ieps) em parceria com a Frente Parlamentar da Saúde Mental e o Umane calculam que o custo dos danos provocados pelos jogos de azar chegam a R$ 38, 8 bilhões anuais. E isso sem contabilizar outros impactos como a perda do emprego, da moradia ou a prisão.

A mesma pesquisa detalha que os danos à saúde associados ao jogam são de R$ 17 bilhões relacionados à mortes por suicídio; 13,4 bilhões, relacionados à depressão; e R$ 3 bilhões em tratamentos médicos. Além dos custos diretos para o Estado, existem perdas mais imponderáveis, do ponto de vista dos números, mas reais na perspectiva de qualidade e duração da vida. O estudo pondera que, se as bets provocam custos bilionários para o Estado, o setor de apostas on-line produz lucros bilionários. No primeiro semestre deste ano, o setor faturou R$ 17, 4 bilhões.

Apesar de a tributação sobre o setor ter passado de R$38 milhões entre janeiro e setembro de 2024 para R$ 6,8 bilhões no mesmo período de 2025, um aumento de 180 vezes, somente 1% da arrecadação foi destinado à saúde.

Os clubes de futebol reclamam que a proibição das bets vai inviabilizar o funcionamento deles. Mas eles sobreviveram, durante muito tempo, sem as bets e devem procurar outras formas de financiamento sustentável e saudável. Não podem funcionar à custa da doença e da desagregação social.

E outra alegação é a de que a proibição das bets provocariam a disseminação indiscriminada de jogos de apostas clandestinos, anulando os efeitos da interdição, pois não haveria como fiscalizar a atividade no submundo das redes sociais. Se aceitarmos esse argumento, teríamos de nos resignarmos a não mais coibir o tráfico de drogas, a lavagem de dinheiro, a falsificação de produtos ou a pedofilia. As novas tecnologias de comunicação podem ser usadas com eficácia para reprimir essa atividade altamente nociva à sociedade.

Ainda bem que a sociedade brasileira está em estado de alerta e conseguiu o recorde de 1,5 milhão de assinaturas para o abaixo-assinado Bets nunca mais. O ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux recusou a suspensão da medida provisória e deve colocar o tema para ser debatido e votado no plenário do STF. Os interesses milionários não podem estar acima da sanidade mental e da saúde pública.

Mulher morre atropelada

Vítima carregava o neto de 1 ano no colo quando os dois foram atingidos por uma moto. Condutor não tem habilitação e foi preso em flagrante. Encaminhada ao hospital para avaliação médica, a criança passa bem

» VITÓRIA TORRES

Uma mulher de 59 anos morreu após ser atropelada por uma moto, na manhã de ontem, na Quadra 304 do Recanto das Emas. Lúcia Silva Gomes Santos estava com o neto, de 1 ano, na hora do sinistro de trânsito. O atropelamento ocorreu por volta das 10h40, na avenida principal da região, e envolveu um motociclista de 25 anos que trabalhava como entregador. No momento do impacto, a avó carregava a criança no colo e foi arremessada em direção ao meio-fio.

O Corpo de Bombeiros realizou manobras de reanimação em Lúcia, mas ela não resistiu aos ferimentos e morreu no local. Segundo informações da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), a criança foi encaminhada ao Hospital Santa Lúcia para avaliação médica e passa bem.

O motociclista foi abordado pelos policiais e, durante a ocorrência, os militares constataram que ele conduzia o veículo sem possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH). O homem foi detido em flagrante. Ele foi submetido ao teste do bafômetro, que deu negativo.

De acordo com a PMDF, o condutor tem antecedentes criminais por disparo e porte ilegal de arma de fogo. Ele também possui registros de infrações de trânsito, incluindo dirigir sem habilitação e entregar veículo a pessoa não habilitada.

A mãe e a esposa do motociclista conversaram com a reportagem na delegacia. Segundo elas, ele estava a caminho de uma entrega no momento do acidente. O homem é casado e tem uma filha de 7 anos. Os familiares pediram que a identidade dele não fosse divulgada.

Após o atropelamento, a PMDF isolou e preservou a área até a conclusão dos trabalhos da perícia técnica. Em seguida, o motociclista foi encaminhado à 27ª Delegacia de Polícia, onde foi autuado em flagrante por homicídio culposo na direção de veículo automotor. O caso segue em apuração e a audiência de custódia está prevista para esta quinta-feira (5/11).

Material cedido ao Correio



Bombeiros fizeram manobras de reanimação na vítima, mas a mulher não resistiu

As duas faixas da via, no sentido de saída do Recanto das Emas, ficaram interditadas durante o atendimento da ocorrência e os trabalhos periciais. O trânsito foi liberado por volta das 12h30. O **Correio** tenta contato com familiares das vítimas, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) atendeu 1.895 ocorrências de atropelamento entre janeiro e outubro de 2026, média de 6,23 por dia. Os dados fornecidos não detalham a gravidade dos ferimentos. Segundo a corporação, também não há um balanço de quantos acidentes resultaram em mortes, pois os bombeiros não acompanham a evolução das vítimas após o transporte para as unidades hospitalares.

CRIME

Golpe do falso bancário dá prejuízo milionário

» BRUNNA RAMOS*

Uma quadrilha suspeita de aplicar golpes financeiros em diferentes estados do país e no Distrito Federal foi alvo, ontem, de uma operação da Polícia Civil (PCDF). O grupo se passava por funcionários de instituições bancárias e utilizava empresas de fachada para receber e movimentar o dinheiro das vítimas. No DF uma moradora do Guará, de 55 anos, que não quis ser identificada, perdeu R$ 230 mil, após ser convencida de que sua conta estava sob investigação. Até o momento, a polícia identificou cinco suspeitos e apura movimentações superiores a R$ 115 milhões.

A operação busca aprofundar a identificação dos envolvidos e esclarecer o caminho percorrido pelo dinheiro. Durante as diligências foram apreendidos cartões bancários, aparelhos eletrônicos e celulares, que serão submetidos à perícia. A análise do material deverá auxiliar na identificação de outros participantes.

As investigações conduzidas pela 17ª Delegacia de Polícia em Taguatinga apontam que o grupo tinha uma estrutura organizada para abordar clientes de instituições financeiras, conquistar a confiança das vítimas e induzi-las a realizar transferências. Até o momento, cinco pessoas foram identificadas, entre participantes da abordagem golpista e responsáveis pelas empresas falsas. Ainda não se sabe o número de vítimas, mas a PCDF afirma que são dezenas de pessoas.

De acordo com o delegado da 17ª DP Thiago Boeing, as empresas envolvidas eram constituídas em nome de terceiros e não apresentavam estrutura de funcionamento "As empresas eram criadas em nome de terceiros só para esse fim", explicou. Algumas delas indicavam endereços de sede na Bahia, mas não existiam de fato.

O rastreamento financeiro identificou uma empresa que recebeu R$ 180 mil do dinheiro retirado da moradora de Taguatinga e aparece relacionada a movimentações que ultrapassam R$ 115 milhões. Outra empresa apresentou registros de transações consideradas atípicas. A Justiça autorizou o bloqueio de até R$ 115 milhões em contas, além da análise de dados de aparelhos eletrônicos que foram apreendidos.

O primeiro contato dos golpistas com a mulher de Taguatinga ocorreu por telefone. Uma falsa funcionária do Itaú afirmou que estelionatários teriam acessado os dados bancários dela. A vítima só percebeu o que estava acontecendo quando entrou no aplicativo e encontrou movimentações que não reconhecia. Segundo seu relato, o dinheiro que mantinha aplicado em um Certificado de Depósito Bancário (CDB) havia sido transferido para a conta-corrente, além de outras alterações que não havia autorizado. Também identificou a contratação de um empréstimo de mais de R$ 20 mil. "Comecei a entrar em desespero quando vi as movimentações que não tinham sido feitas por mim." relata.

PCDF/Divulgação



Operação cumpriu cinco mandados de busca e apreensão

Assustada com o que via, ela passou a acreditar que precisava seguir as orientações para proteger o patrimônio. Os criminosos afirmavam que ela e o gerente da instituição estavam sendo investigados e que, por isso, não poderia comentar o caso com ninguém. "Eles conseguem entrar na mente da gente. Eu pensei que nunca ia cair num negócio desse e acabei caindo", contou.

A abordagem, segundo ela, era marcada por cobranças constantes e pela urgência em executar as operações financeiras. Os criminosos permaneciam ao telefone, orientavam como realizar as transferências e exigiam o envio dos comprovantes. "Eles ficam o dia inteiro com você ao telefone, te obrigando a fazer as coisas, porque você tem que fazer o quanto antes possível. Ficam te pressionando, te cobrando: 'Você já fez? Manda o comprovante'", relatou.

Ao todo, foram realizadas três transferências para duas pessoas, além de pagamentos com cartão de crédito. O prejuízo inicialmente contabilizado chegou a R$ 229.997, sendo R$ 200 mil enviados por Pix para uma empresa e outros R$ 29.997 relacionados a operações com cartão. A vítima também identificou um empréstimo de R$ 26.027, parcelado em 60 vezes que, segundo ela, foi posteriormente bloqueado pelo banco.

Mesmo após perceber que havia sido enganada, a vítima disse ter sentido medo de procurar o banco. Os criminosos tinham demonstrado conhecer informações pessoais sobre sua vida, o que aumentou a sensação de insegurança. "Eu fiquei com medo até de entrar em contato com o banco e de acontecer alguma perseguição, alguma coisa, porque eles tinham dados meus. É incrível, eles sabem coisas da minha vida pessoal", relatou.

A mulher contou que o dinheiro perdido representava uma reserva construída ao longo dos anos para garantir uma aposentadoria mais tranquila. "Era meu dinheirinho de uma aposentadoria tranquila. Você batalha por muitos anos para guardar e, em menos de uma hora, duas horas, tiram tudo de você", desabafou.

***Estagiária sob a supervisão de Márcia Machado**

Obituário / Sepultamentos realizados em 4 de novembro de 2026

» Campo da Esperança

Beraldo Dias Vieira, 84 anos
Maria Aparecida Silva Coury, 71 anos
David dos Santos Mendes, 64 anos
Eliel Alves Bezerra, 69 anos
Francisca da Silva, 58 anos
Francisco da Silva, 60 anos
Justina de Souza Martins, 89 anos
Marco Antônio Constantino, 75 anos
Maria Aparecida Barbosa de Carvalho, 82 anos
Maria da Cruz Alves de Oliveira, 72 anos
Maurício Cerri dos Santos, 53 anos
Nadir dos Santos, 86 anos
Olival Dantas de Morais, 87 anos
Patrícia Bobrov Lopes, 54 anos
Tereza Andrade de Aguiar, 83 anos
Valter Aguiar Paixão, 71 anos
Vera Lúcia Araújo Cunha, 60 anos
Welington Luís Heringer, 68 anos

» Taguatinga

Anderson da Silva Pereira, 24 anos
Antônio Barreira Borges, 66 anos
Antônio de Jesus Lopes, 64 anos
Antônio Rufino de Almeida, 68 anos
Carmosina Mota de Araújo, 87 anos
Charles Moreira Viana, 25 anos
Cirano Borges Paes Landim, 83 anos
Clodoaldo Alves de Moura, 88 anos
Elsa Barbosa dos Santos, 77 anos
Evalina Lopes Lima, 80 anos
Joana d'Arc Rodrigues, 58 anos
José Paulo dos Santos Neto, 67 anos
José Pereira Lima, 70 anos
Paulo César Santos, 68 anos
Renata Ferreira da Rocha, menos de 1 ano
Severino Marcelino de Freitas, 80 anos
Wanderli Neves de Oliveira, 44 anos

» Gama

Antônio Erminio Sobrinho, 71 anos
Inácia Maria da Conceição, 99 anos
Maria Juracy de Lacerda Almeida, 81 anos
Teresinha Alves Duarte, 91 anos

» Planaltina

Davi Ferreira da Conceição, 17 anos
Edgar Moreira da Silva, 84 anos
Olívia Silva dos Santos, 79 anos

» Sobradinho

Adelmo Izidoro Silqueira, 64 anos
Euripidina de Oliveira Mello, 79 anos
Maria Mendes da Costa Oliveira, 87 anos

» Jardim Metropolitano

Edson Domingos Ferrão, 67 anos (cremação)
Emerson Pires Leal, 83 anos (cremação)
Francisca Dilma Sombra de Abreu, 62 anos
Idalice Sampaio Carvalho, 80 anos
Igor de Oliveira Barbosa, 34 anos
Maria Belirdes de Morais, 84 anos

Passos para uma redação nota mil

Com a proximidade do exame, que tem a primeira etapa no domingo, candidatos contam como estão se preparando. Veja orientações para o dia da prova, e dicas de professora e de aluna que tirou 980 na redação para um bom desempenho

» MARIANA NIEDERAUER
» ANNA JÚLIA CASTRO*

Os mais de cinco milhões de candidatos inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2026 encaram, no próximo domingo, uma das etapas mais temidas: a redação. O início da maratona é ao meio-dia, com a abertura dos portões. Às 13h os locais de prova por todo o Brasil fecharão as portas para que o exame comece pontualmente às 13h30.

O primeiro passo, portanto, é garantir a chegada no horário e com os documentos e materiais necessários para responder à prova, que também terá questões de Linguagens e Ciências Humanas. A principal diferença entre o primeiro domingo de provas e o segundo é a gestão do tempo, segundo reforça a professora de redação do Colégio Bernoulli Sidinéia Azevedo.

"Nas disciplinas de linguagem, por exemplo, os candidatos não devem se basear na ordem cronológica, mas, sim, na ordem pedagógica, ou seja, verificar o grau de dificuldade que o assunto apresenta", sugere. Importante que o estudante leia o enunciado — antes mesmo de ler o texto motivador — e, caso se trate de uma questão mais fácil, siga para a resolução.

Ela sugere ainda que os candidatos comecem a prova já com uma análise da proposta de tema da redação, assim que forem autorizados a abrir o caderno de provas. A partir daí, a orientação é que se monte um plano de texto, levantando quais desafios o tema proposto exige que sejam respondidos. Em seguida, o estudante pode intercalar a leitura dos textos motivadores da prova com a resolução de exercícios e a montagem desse plano. Esses insumos podem ajudar a construir a argumentação.

Sidinéia explica que o plano de texto, por si só, pode ser suficiente para que o candidato siga direto ao texto final, sem precisar escrever um rascunho antes e, com isso, economizar tempo de prova, mas essa decisão vai depender da preparação de cada um. "Se ele não se sente seguro, aí deve fazer um rascunho, mas cuidando para que o tempo seja adequado e não comprometa o restante da prova", sinaliza. A professora enfatiza ainda que o estudante não precisa recorrer apenas a filósofos ou pensadores conhecidos. Filmes, séries, músicas e livros podem enriquecer a argumentação, desde que tenha relação com o tema. "Não basta que o participante coloque um repertório na sua redação. É fundamental que esse repertório seja pertinente", avisa.

As regras gerais também precisam ser lembradas na hora de escrever o texto final: tem que respeitar a margem; não ultrapassar o limite de 30 linhas; e caso de erro, passe um traço suave por cima e escreva o trecho correto logo em seguida; escreva de forma legível; evite transcrições dos textos motivadores, eles podem servir de inspiração. "Uma pergunta que sempre os alunos fazem é se desconta nota se errar e passar um traço ou fazer um borrão. Não há desconto. Entretanto, é preciso ter cuidado para que o texto fique limpo, e não sobrecarregado de rasuras, de forma que comprometa a leitura e avaliação", afirma Sidnéia.

Debates sobre o vicaricídio e os desafios para combater a violência contra crianças e adolescentes; o uso da inteligência artificial no ambiente escolar; COP30 e outros temas relacionados ao meio ambiente; e o ECA Digital são algumas das apostas da professora para os temas que podem ser cobrados este ano.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Redação do Enem de 2025 teve como tema "Perspectivas acerca do envelhecimento na sociedade brasileira"

EU, ESTUDANTE

Como usar a nota

A nota do exame pode ser usada para ingressar em universidades públicas e institutos federais por meio de seleções próprias ou do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Algumas instituições de ensino particulares também selecionam pelo Enem. Nesse caso, o Programa Universidade para Todos (Prouni) é uma das possibilidades, e a nota pode ser usada para pleitear um financiamento pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Fique atento

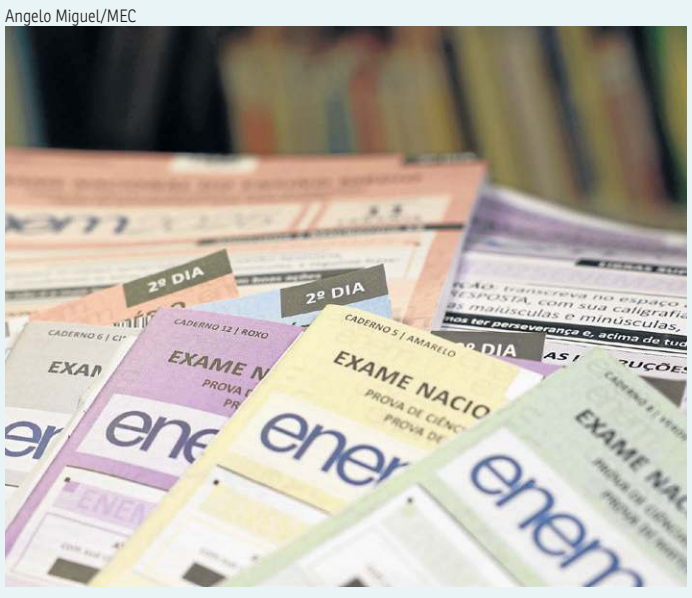
Horários da prova
» Abertura dos portões: 12h
» Fechamento dos portões: 13h
» Início das provas: 13h30
» Término das provas: 19h

Obrigatório
» Documento oficial de identificação com foto (documentos digitais serão aceitos, mas precisam ser apresentados nos respectivos aplicativos oficiais ou no aplicativo Gov.Br)
» Caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.

É bom levar...
» Cartão de Confirmação de Inscrição
» Lanche e água, em garrafa feita de material transparente

Proibido
» Óculos escuros, boné, chapéu, viseira, gorro ou similares

Angelo Miguel/MEC



» Caneta de material não transparente, lápis, lapiseira, borrachas, réguas, corretivos.
» Livros, bula, manuais, impressos, anotações.
» Protetor auricular
» Relógio de qualquer tipo
» Dispositivos eletrônicos

**Esses itens devem ser colocados no envelope porta-objetos entregue na porta da sala*

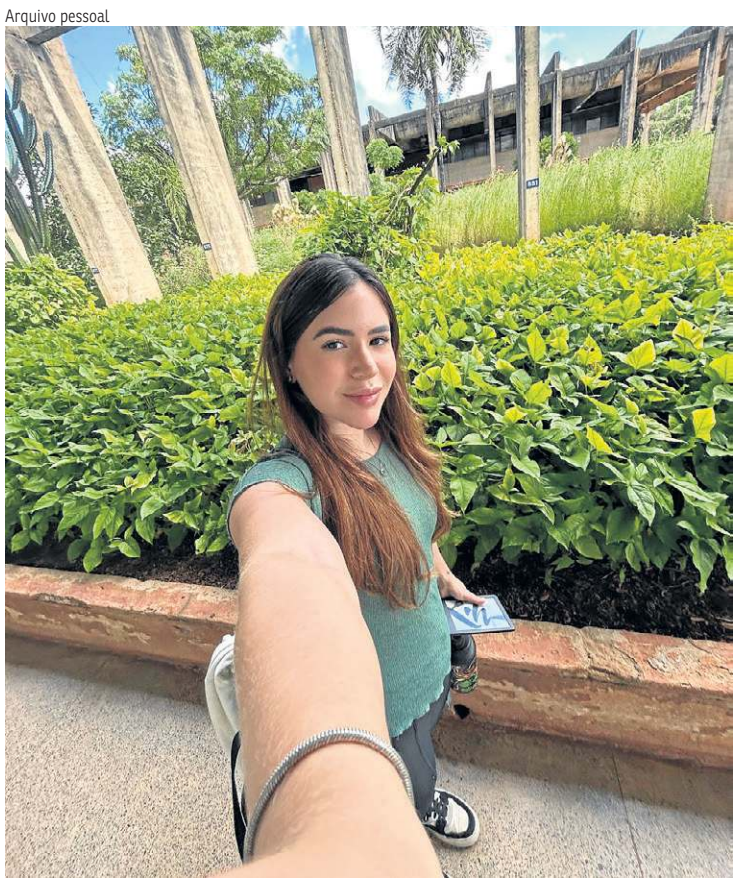
Dicas de quem brilhou

Aos 22 anos, Ana Beatriz de Luna veio do Ceará para estudar publicidade na Universidade de Brasília (UnB), depois de tirar 980 pontos na redação do Enem, nota que contribuiu para a seleção. "O que eu fiz foi construir uma base de raciocínio crítico que funcionasse para qualquer tema" revela. Para se preparar, a estudante buscou compreender conceitos fundamentais da sociedade brasileira. Entre as estratégias, leu os cinco primeiros artigos da Constituição Federal e procurou entender princípios como o da dignidade da pessoa humana.

Segundo Ana Beatriz, o diferencial foi relacionar os conhecimentos teóricos com situações da vida real. Para isso, ela destaca a importância de ouvir histórias, observar as experiências de outras pessoas e se aprofundar nos problemas estruturais da sociedade. Ela também aconselha a não transformar a redação em uma disputa por repertórios difíceis ou palavras elaboradas: o importante é ter curiosidade sobre o mundo ao redor, conversar com outras pessoas e procurar compreender diferentes realidades.

***Estagiária sob supervisão de Mariana Niederauer**

Arquivo pessoal



Ana Beatriz de Luna tirou 980 na prova e garantiu vaga na UnB

PREVISÃO

Vem mais chuva nos próximos dias

» IAGO MAC CORD

A continuidade das chuvas no Distrito Federal tem provocado graves transtornos na infraestrutura urbana e na mobilidade da população, registrados principalmente na forma de quedas de árvores, interrupção no fornecimento de energia elétrica e bloqueio de vias por lama. Na madrugada de ontem, galhos atingiram veículos e a fiação elétrica no Cruzeiro Velho, enquanto moradores de Sobradinho 2 reclamam do isolamento provocado pelo atoleiro em uma obra de pavimentação inacabada na DF-150.

Ao mesmo tempo, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) alerta que o tempo instável persistirá durante toda a semana, com pancadas de chuva, trovoadas e temperaturas que chegam a 34°C, sob a influência direta do fenômeno climático El Niño.

No caso específico do Cruzeiro Velho, o incidente ocorreu no Setor de Residências Econômicas Sul (SRES), Quadra 7, Bloco I, quando a queda de galhos de uma árvore atingiu dois automóveis que estavam estacionados e danificou a fiação da rede pública de energia. O Corpo de Bombeiros Militar (CBMDF) foi acionado às 2h42 e deslocou três viaturas ao endereço para isolar e sinalizar o trecho, evitando riscos de acidentes e choque elétrico com a vegetação energizada.

Para permitir os procedimentos técnicos com segurança, a concessionária Neoenergia Brasília fez o desligamento temporário da eletricidade na quadra afetada. O fornecimento de energia e a liberação da pista foram totalmente restabelecidos às 12h12 do mesmo dia, após ação conjunta do CBMDF, da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) e da Administração Regional do Cruzeiro, sem registro de pessoas feridas. Os bombeiros reforçam a orientação para que a população mantenha distância de árvores caídas em contato com a rede elétrica e aguarde o atendimento dos órgãos especializados.

Paralelamente aos estragos causados pelos temporais, moradores da região entre a Chácara Buritis e o Parque Canela de Ema, em Sobradinho 2, enfrentam dificuldades de acesso aos condomínios situados às margens da DF-150 e à região do Versalhes devido a um suposto abandono de uma obra de pavimentação. Procurado pelo **Correio**, o Departamento de Estradas e Rodagens (DER-DF) informou que a obra não está parada.

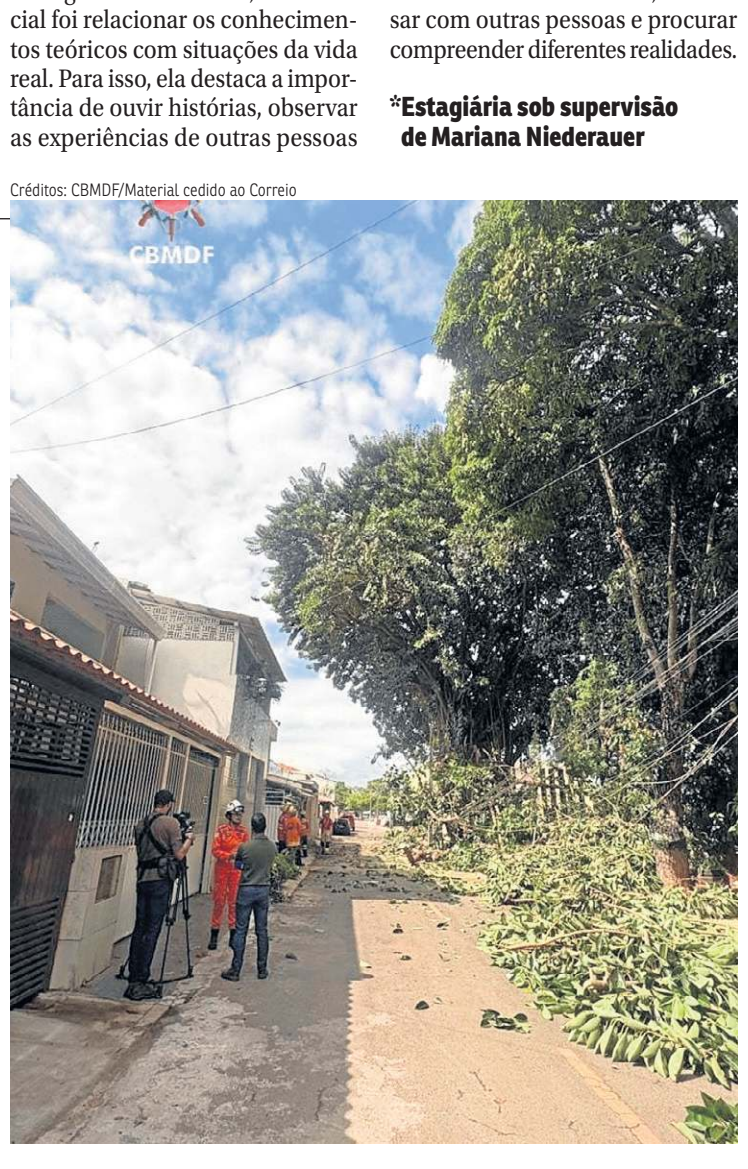
"Em razão do período chuvoso, houve uma diminuição no ritmo dos trabalhos que estão nas fases de escavação e terraplenagem. Atualmente, o DER trabalha nos bordos da pista e o tráfego está liberado. Quando o serviços forem realizados na pista propriamente dita, as intervenções serão realizadas visando impactar o menos possível o trânsito na região", destacou o departamento em nota.

Instabilidade

Em relação ao panorama meteorológico detalhado pelo Inmet, a previsão para o DF indica que a elevada umidade e as pancadas de chuva com trovoadas isoladas acompanharão a rotina brasiliense diariamente. Hoje, o tempo inicia com chuva isolada pela manhã, evoluindo para pancadas à tarde e trovoadas isoladas à noite, com mínima entre 20°C e 21°C e máxima atingindo o pico de 34°C, além de umidade entre 40% e 95% e ventos fracos.

As instabilidades continuam nesta sexta-feira com chuvas e trovoadas mais fortes, temperaturas entre 21°C e 34°C e umidade alta, podendo chegar a 100%. No fim de semana, o sábado será de céu encoberto com tempestades e termômetros de 21°C a 32°C, enquanto o domingo mantém o tempo instável com pancadas de chuva e máxima de 30°C. Todo esse volume de chuva acima da média para o trimestre (novembro de 2026 a janeiro de 2027) é impulsionado pela atuação contínua do El Niño no Centro-Oeste.

Créditos: CBMDF/Material cedido ao Correio



No Cruzeiro Velho, galhos atingiram veículos e a fiação elétrica

Pedro Paulo Cardoso CB/DA Prees



Fábricas de São Paulo, Alemanha e China fornecem para a Cei Norte Decorações

Carlos Vieira/CB/D.A Press



O trenzinho é um dos clássicos na decoração do Pátio Brasil

Comércio se preparou com antecedência para atender aos clientes que mantêm a tradição das decorações natalinas

» JÚLIA COSTA*

Pedro Paulo Cardoso CB/DA Prees



Fátima Gonçalves aguarda ansiosa o ano inteiro pelo Natal

Proprietária de uma loja em Taguatinga, Cremilda Zerneri começa a planejar e comprar os produtos que serão vendidos na época do Natal em outubro do ano anterior. As decorações vêm de todas as partes: São Paulo, Alemanha e China são países de alguns dos fornecedores. "Trabalhamos no Natal o ano todo, termina um e já começa o outro. Por exemplo, meu filho está na China comprando para o Natal de 2027, então, nós já estamos com a linha pronta e sabemos o que vamos vender ano que vem", conta.

A expectativa de Zerneri é que, com o fim do período eleitoral, a venda de decorações para as festas de fim de ano aumente — na Cei Norte Decorações, o cálculo é de um crescimento de 20% em relação ao Natal de 2025. "Foi um ano eleitoral, com muito conflito, então, o comércio estava bem devagar, mas passou a política e agora ele alavancou", comemora. A lojista trabalha com três linhas: popular, média e alta, de forma a atender todos os públicos.

De acordo com a comerciante, outra dificuldade para atender a demanda por decorações natalinas foram as enchentes na China, no Nepal e no Tibete em agosto de 2026. As fábricas que fornecem fitas e renas para a loja, por exemplo, alagaram, o que atrasou o fornecimento desses itens.

Mesmo com desafios, a loja contratou 50 funcionários temporários para atender o movimento do comércio e recebe clientes que buscam comprar decorações para as festas de fim de ano com antecedência. Uma delas é a funcionária pública Fátima Gonçalves, de 64 anos, que se define como "a louca do Natal". "Eu espero o ano inteiro para chegar esse momento, apreciá-lo e absorvê-lo, porque acho mágico", diz. Ela busca laços e ursos para acrescentar à decoração de casa e da árvore: "Já é do tamanho de uma de shopping" .

A professora aposentada Maria Ester Bonfim, 59, compartilha do amor por essa época. "Impossível a gente não se encantar com a decoração natalina, porque é tudo muito bonito. O Natal tem uma magia, faz a gente se encher de esperança e continuar acreditando que vale a pena lutar", ressalta. Para o Natal de 2026, procurava guizos, sinos e bolas.

Natal

COMEÇA A TOMAR CONTA DA CIDADE

Cores

A Stock Lar, na Asa Norte, tradicionalmente começa a vender decorações de Natal em setembro. A festa muda toda a organização do estabelecimento. Com a chegada dos produtos natalinos, passam a operar em horário estendido. Para atender aos consumidores, a loja abre aos domingos e feriados, com equipe reduzida. "Nós temos clientes em agosto já perguntando pelo Natal. Um movimento considerável por conta da expectativa do nosso próprio cliente que já está aguardando", conta a proprietária Ailce Miranda.

Para atender a demanda, a equipe começa a comprar as decorações de Natal ainda em janeiro, em exibições ao redor do país. "Nossas compras são feitas 70% em janeiro e o restante em maio, em uma feira em São Paulo", explica.

A aposta deste ano são produtos com padrão xadrez, em azul e vermelho, e na cor marsala. "Temos clientes cativos para essa cor, esse ano ela está super em alta junto com o vermelho aberto", afirma.

A analista de sistemas Márcia Amaro, 49, busca a Stock Lar para montar a decoração de casa. "Hoje, vim fazer minha guirlanda. Aqui, encontramos bolas, laços e capas de almofada e só vamos trocando todos os anos, isso é muito bacana."

O sentimento associado à data começa antes mesmo de dezembro. "Na minha casa, estamos nesse ritmo e encanto natalino. Para mim, Natal é família", define.

A dona de casa Lenize Landim, 51, brinca que a casa dela está "decorada até demais", com bonecos de neve e um Papai Noel com um metro de comprimento. "Só está faltando a árvore. Eu queria que adiantássemos a preparação mais ainda, porque esperamos até novembro, mas, por mim, podia ser em agosto."

Júlia Costa/CB/D.A Press



A Stock Lar, na Asa Norte, deu início à venda de enfeites em setembro

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Público começa a visitar decorações de Natal para o registro em fotos

Pedro Paulo Cardoso CB/DA Prees



Pátio Brasil inaugurou decoração natalina no último sábado

Otimismo

Nos grandes centros comerciais de Brasília, a expectativa para o fim de ano se mantém positiva. Augusto Brandão, superintendente do Pátio Brasil Shopping, considera que novembro apresenta dois pontos fortes para aumentar o fluxo de consumidores no local: a chegada da Black Friday, que traz promoções em diversas lojas ao longo do mês, unida à proximidade com o Natal.

A união dessas duas datas também impulsiona o número de vagas temporárias para reforço das equipes. "Sabemos que esse é um período importante para a geração de empregos e renda, além de representar uma oportunidade para muitos profissionais ingressarem no mercado de trabalho", destaca.

Para atender a clientela, o shopping aposta na diversificação entre lojas e experiências que tornem a visita ao local mais interessante. "Nossa aposta é que essa combinação contribua para movimentar o empreendimento, estimular o consumo e fortalecer o desempenho dos lojistas durante uma das datas mais aguardadas pelo varejo", diz Brandão. O Pátio Brasil inaugurou a tradicional decoração de Natal no último sábado com a presença do Papai Noel, atrações interativas para as crianças e a árvore.

Reforçando a visão dos comerciantes, as estimativas do Sindicato do Comércio Varejista (Sindivarejista) apontam consumidores mais otimistas e economia estável após as eleições. O órgão espera o crescimento de 6,4% das vendas de Natal no DF, em comparação ao aumento de 5,7% do mesmo período em 2025, e a criação de 4,7 mil vagas temporárias para o fim de ano, o equivalente a 1,4 mil postos de trabalho a mais em relação ao ano passado.

"Roupas, calçados, objetos de decoração e brinquedos serão os presentes mais vendidos por lojas de rua e de shoppings. O gasto médio por presentes poderá se situar entre R$ 264 e R$ 392, a depender da capacidade de compra de cada consumidor", antecipa Sebastião Abritta, presidente do Sindivarejista.

***Estagiária sob a supervisão de Malcia Afonso**

CORREIO BRAZILIENSE

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - **Subeditor:** Marcos Paulo Lima E-mail: *esportes.df@dabr.com.br* Telefone: (61) **3214-1176**

Seleção corta Danilo

A Seleção Brasileira sofreu uma baixa importante para os próximos amistosos, contra Japão e Singapura, marcados na Data Fifa: o volante Danilo Santos, do Botafogo, foi cortado, conforme anunciado pela CBF, ontem. O motivo é uma lesão no adutor que o vem afetando desde o confronto contra o Internacional. Mesmo com 10 dias para a partida com a equipe oriental, a entidade afirmou que nenhum atleta será convocado para substituí-lo.

BRASILEIRÃO Sem dificuldades, Flamengo faz o dever de casa e ganha bem do desfalcado Grêmio no Maracanã. Vitória faz o rubro-negro atingir 76 pontos, número historicamente atrelado à conquista do título nacional, e pressionar o Palmeiras

Margem segura

DANILO QUEIROZ

O Flamengo deu mais um passo importante na caminhada rumo ao décimo título da Série A do Campeonato Brasileiro. A vitória por 3 x 1 sobre um desfalcado Grêmio, ontem, no Estádio do Maracanã, pela 34ª rodada, levou o rubro-negro aos 76 pontos e ampliou a margem de segurança na liderança. Com gols de Samuel Lino e Pedro (dois), o time carioca abriu seis pontos de vantagem sobre o Palmeiras, segundo colocado, e colocou uma marca histórica a favor da conquista nacional.

Levantamento do **Correio** mostra o peso da pontuação alcançada pelo Flamengo. Nas 20 temporadas de pontos corridos com 20 clubes, entre 2006 e 2025, apenas uma equipe chegou aos 76 pontos sem terminar campeã: justamente o Palmeiras, vice no ano passado, com a mesma marca. Em todas as outras ocasiões nas quais um clube atingiu ou superou essa pontuação, a campanha terminou com a taça. O retrospecto não entrega o título antecipadamente, mas coloca o rubro-negro em um território historicamente favorável.

A vantagem também ganha relevância diante da perseguição alviverde. Com 70 pontos, o Palmeiras joga contra o Remo **(leia mais na página 20)** para tentar impedir a confirmação antecipada do título, mas precisa tirar a diferença nas cinco rodadas restantes. Ao mesmo tempo, a disputa de 2026 pode produzir uma nova marca para o vice-campeonato. Independentemente de quem terminar na segunda colocação, a pontuação de 76 estabelecida pelo clube paulista em 2025 está ameaçada: o perseguidor ainda tem margem para ultrapassá-la, mesmo sem alcançar a liderança.

Desde a largada do jogo, desenhou-se um ataque contra defesa. O Grêmio chegou a marcar com todos os atletas atrás da linha da bola. Mesmo assim, o Fla construiu o resultado na qualidade individual. Samuel Lino fez o primeiro na insistência após passe de Arrascaeta. Ainda no primeiro tempo, Pedro anotou mais dois, o primeiro com grande jogada de Carrascal. A vantagem freou o ímpeto rubro-negro na etapa final.

Adriano Fontes/Flamengo



Pedro foi o personagem do primeiro tempo avassalador do rubro-negro: marcou dois gols, chegou a 20 e está a um de Viveros na artilharia

As marcas de pontuação

2006
São Paulo - campeão (78)

2007
São Paulo - campeão (77)

2008
São Paulo - campeão (75)

2009
Flamengo - campeão (69)

2010
Fluminense - campeão (71)

2011
Corinthians - campeão (71)

2012
Fluminense - campeão (77)

2013
Cruzeiro - campeão (76)

2014
Cruzeiro - campeão (80)

2015
Corinthians - campeão (81)

2016
Palmeiras - campeão (80)

2017
Corinthians - campeão (72)

2018
Palmeiras - campeão (80)

2019
Flamengo - campeão (90)

2020
Flamengo - campeão (71)

2021
Atlético-MG - campeão (84)

2022
Palmeiras - campeão (81)

2023
Palmeiras - campeão (70)

2024
Botafogo - campeão (79)

2025
Flamengo - campeão (79)
Palmeiras - vice (76)

Com menor senso de urgência, o time flamenguista criou menos e perdeu gols importantes. O cenário deu margem para o tricolor diminuir. De falta, Amuzu anotou uma pintura no Maracanã, mas insuficiente para ameaçar o resultado construído pelo adversário.

Seis pontos de frente, uma marca histórica alcançada e a possibilidade de ampliar mais o recorde do vice, a depender do desempenho do perseguidor Palmeiras: o Flamengo constrói uma reta final com números capazes de reforçar a confiança na conquista. A taça ainda exige confirmação em campo nos quatro compromissos derradeiros (um deles contra o alviverde), mas o líder abriu uma margem quase sempre teve endereço certo nas últimas décadas. No caminho para o décimo título, o rubro-negro começa a enxergar a linha de chegada cada vez mais perto.

Botafogo ganha do Galo em casa

Com o Atlético-MG concentrado na semifinal da Copa do Brasil, o Botafogo não perdeu a oportunidade de respirar mais aliviado na Série A do Campeonato Brasileiro. Diante de um time mesclado do adversário mineiro, o Glorioso fez valer o fator casa para ganhar por 1 x 0, no Estádio Nilton Santos, somar pontos valiosos na luta contra o rebaixamento e ampliar a série negativa do Galo nas partidas mais recentes da temporada 2026.

Edenílson marcou o gol da vitória carioca ainda no primeiro tempo, após jogada de Vitinho pela direita. Com os três pontos de ontem, o Botafogo chegou aos 42 e abriu cinco para Corinthians e Grêmio, atualmente na zona de rebaixamento do Brasileirão. Agora, a equipe do técnico Tite precisa, basicamente, de uma vitória para atingir o número mágico de 45 e terminar 2026 mais tranquilo. Depois da Data Fifa, os botafoguenses duelam contra os corintianos.

Finalista da Sul-Americana e com a semifinal da Copa do Brasil pela frente diante do Grêmio, no sábado, o Atlético-MG vive uma fase bastante instável, na contramão dos feitos já conquistados nos gramados. O Galo acumulou a quinta derrota consecutiva — três delas em jogos do Brasileirão — e atravessa o maior período sem vitórias na temporada de 2026. O tempo de resposta é curto. Precisando marcar pelo menos dois gols de diferença para seguir com chance de eliminar os gremistas no mata-mata nacional, os atleticanos colhem os cacos em busca da retomada do bom futebol.

Majestoso fica zerado na Vila

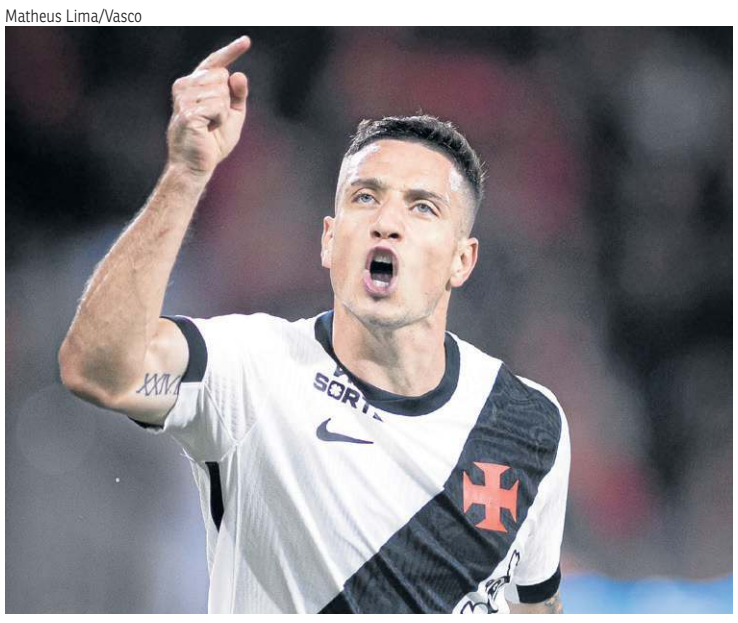
Não foi por falta de tentativa, mas a rede não balançou no clássico de ontem entre São Paulo e Corinthians. Disputado em uma Vila Belmiro bastante castigada pela forte chuva, o Majestoso da 34ª rodada da Série A do Campeonato Brasileiro entregou vontade dos dois lados. No entanto, as equipes ficaram devendo no quesito assertividade e apenas empataram por 0 x 0, ficando longe do objetivo de conquistar pontos traçado para o duelo.

Ninguém deixou o gramado do estádio do Santos — cedido ao tricolor por causa da sequência de shows no Morumbis — satisfeito. O tricolor segue estacionado no meio da classificação. Embora não sofra mais com o risco de rebaixamento, também não entrega desempenho suficiente para lutar por Libertadores. Com o ponto somado, o Corinthians passará todo o período de Data Fifa na zona de rebaixamento.

O Corinthians chegou a marcar um gol com Matheus Bidu, mas o lance foi impugnado por impedimento de Yuri Alberto na origem da jogada. O São Paulo ficou no quase em lance com Pedro Lima. Hugo Souza saiu errado do gol e deixou o atacante tricolor livre. Ele finalizou, mas Angileri salvou de forma heróica, quase em cima da linha. Com um a menos após a expulsão de Yuri Alberto, o alvinegro cedeu a bola para o rival e se concentrou na marcação. Apesar de ocupar o campo de ataque, o time são-paulino pouco fez para evitar a noite zerada de gols na Vila Belmiro.

Vasco vira no modo relâmpago e abre do Z-4

Matheus Lima/Vasco



Bruno Duarte fez um e ajudou Vasco a reverter placar em cinco minutos

O Vasco estreou uma nova formação com três zagueiros, pensando na decisão da Copa do Brasil e funcionou na segunda etapa. Depois de ir para o intervalo com a derrota parcial, fez alguns ajustes no vestiário e conquistou uma virada relâmpago, em cinco minutos, para derrotar o Athletico-PR por 3 x 1, ontem, na Arena da Baixada, pela 34ª rodada. De quebra, além de ganhar moral para a decisão contra o Palmeiras, o time carioca abriu distância da zona de rebaixamento do Brasileirão.

Com o resultado, o Vasco chegou a 41 pontos, próximo da nota de corte dos 45 pontos para escapar de vez do perigo do rebaixamento. Já o Atheltico-PR vive má fase, chegando ao quarto jogo sem vencer, estacionado com 54 pontos e podendo sair da zona da Libertadores ao fim da rodada. O resultado ainda comprovou o poder de reação dos vascaínos no Brasileirão: foi a sexta vez que os cruzmaltinos reverteram vantagens construídas pelos adversários.

De início, o novo sistema tático dos vascaínos até funcionou, com mais posse de bola, mas com o ataque desencaixado. O Athletico-PR demorou para entender a formação adversária e na primeira chance que encontrou espaço, abriu o marcador. Mendoza recebeu com liberdade na entrada, girou e bateu rasteiro para marcar, aos 21 minutos.

O gol deu confiança aos donos da casa, que passaram a arriscar mais e obrigou boas defesas de Léo Jardim em chutes da intermediária. O time carioca seguiu sem se encontrar ofensivamente, pouco agrediu e abusou de erros técnicos, deixando o duelo truncado no meio de campo. Na reta final protestou bastante de um pênalti em cima de Brenner, após Mycael dar rebote.

Na volta do intervalo, o Vasco não abriu mão dos três zagueiros, mas retornou com três atacantes e a resposta foi imediata. Com mais presença ofensiva, Cuiabano cruzou e Aguirre acabou anotando contra aos 16. Na sequência, novamente explorando os lados do campo, Puma cruzou na medida para Bruno Duarte testar para as redes. E não parou por aí. Colídio cobrou falta na área e Gabriel Pereira, de cabeça, anotou o terceiro, em uma virada relâmpago em cinco minutos.

O apagão do Athletico seguiu e por pouco não viu Andrés Gómez transformar o placar em goleada, perdendo uma grande chance na pequena área. Para piorar a situação, Viveros foi expulso após pisão em Cuiabano. Com um a mais e a boa vantagem, o Vasco ficou tranquilo em campo para trocar passes e ditar o ritmo. Vendo que o time da casa não esboçava mais reação, apenas administrou o placar à espera do apito final.

O Vasco agora vira as atenções para o segundo jogo da semifinal da Copa do Brasil, contra o Palmeiras, no domingo, às 17h, em São Januário. Na ida, em São Paulo, foi derrotado por 1 x 0 e precisa de dois gols de diferença para ir à final em Brasília. Já o Atheltico-PR volta a campo somente após a Data Fifa, em visita ao Flamengo.

SÉRIE A

		P	J	V	E	D	GP	GC	SG
LIBERTADORES	1º Flamengo	76	34	23	7	4	71	29	42
	2º Palmeiras	70	33	20	10	3	56	22	34
	3º Cruzeiro	57	33	17	6	10	52	46	6
	4º Fluminense	54	33	15	9	9	52	42	10
	5º Athletico-PR	54	34	15	9	10	51	43	8
	6º Bahia	53	33	14	11	8	48	42	6
	7º Atlético-MG	50	34	14	8	12	44	40	4
	8º Bragantino	47	34	13	8	13	44	39	5
	9º Santos	47	34	12	11	11	50	49	1
	10º São Paulo	44	34	12	8	14	39	39	0
	11º Botafogo	42	34	11	9	14	46	53	-7
	12º Coritiba	42	34	11	9	14	40	51	-11
	13º Vasco	41	33	11	8	14	43	50	-7
	14º Mirassol	40	34	10	10	14	39	48	-9
	15º Vitória	38	33	10	8	15	35	48	-13
	16º Internacional	38	34	9	11	14	38	42	-4
REBAIXADOS	17º Corinthians	37	34	9	10	15	36	42	-6
	18º Grêmio	37	34	9	10	15	38	47	-9
	19º Remo	29	33	6	11	16	36	51	-15
	20º Chapecoense	21	33	4	9	20	33	68	-35

34ª RODADA

Segunda-feira
Bragantino 2 x 1 Santos

Terça-feira
Chapecoense 1 x 2 Mirassol
Internacional 1 x 0 Coritiba

Ontem
Flamengo 3 x 1 Grêmio
Athletico-PR 1 x 3 Vasco
Botafogo 1 x 0 Atlético-MG
São Paulo 0 x 0 Corinthians

Hoje
19h30 Palmeiras x Remo
21h30 Cruzeiro x Bahia

Amanhã
20h Vitória x Fluminense

ESPORTES

BRASILEIRÃO Palmeiras desperdiçou oito pontos contra os cinco últimos colocados e precisa bater o Remo

Perigo que vem de baixo

VICTOR PARRINI

Cesar Greco/Palmeiras



O zagueiro e capitão do Palmeiras, Gustavo Gómez, deve fazer, contra o Remo, a oitava partida como titular depois da Data Fifa de outubro

Para o Palmeiras, parece mais fácil vencer Flamengo e Athletico-PR e empatar com o Cruzeiro, integrantes do G-4, do que superar os desesperados na luta contra o rebaixamento. A classificação do Brasileirão ajuda a explicar o paradoxo: o alviverde deixou escapar oito pontos diante dos cinco times mais afundados na tabela. Pontos preciosos, sobretudo diante da distância de seis para o líder Flamengo. Hoje, às 19h30, no Nubank Parque, o time de Abel Ferreira terá a chance de corrigir a rota contra um desses adversários: o Remo, responsável por arrancar um empate por 1 x 1 no Mangueirão, no primeiro turno.

Contra o Grêmio, o Palmeiras empatou sem gols e venceu por 2 x 1. O arquirrival Corinthians segurou o 0 x 0 no primeiro turno, mas não resistiu à goleada por 4 x 1 no segundo. O Internacional foi valente no Nubank Parque e agarrou-se, também, ao 0 x 0. Depois, perdeu por 3 x 1. Matematicamente rebaixada, a Chapecoense foi derrotada por 1 x 0. O Remo deu trabalho no Mangueirão e comemorou o empate por 1 x 1.

O Remo pode aproveitar as atenções do Palmeiras voltadas para a semifinal da Copa do Brasil. O time paulista enfrenta o Vasco no domingo, pelo jogo de volta, e monitora o desgaste do elenco antes do compromisso desta noite. Embora ainda tenha chances matemáticas de título no Brasileirão, o alviverde pode poupar alguns titulares.

No discurso, Abel Ferreira garante que não abrirá mão de nenhuma competição, especialmente diante da possibilidade de seguir na cola do Flamengo e de enfrentá-lo diretamente na 36ª rodada. "Desde que cheguei, nunca estive tão bem com minha equipe a competir por todas as competições. Nos seis anos, nunca me viu chegar a esta altura e estar em aberto em tudo. Vamos ter que lutar por elas e não há como. Usar todos os recursos que temos", analisou o treinador.

Desde a Data Fifa, o goleiro Carlos Miguel, o zagueiro Barboza e o meia Lucas Evangelista são os jogadores mais utilizados entre os titulares. Na sequência, aparecem Murilo, Gustavo Gómez e Flaco López. O centroavante, inclusive, tem recebido atenção especial no controle de carga. Começou como titular em sete dos últimos oito jogos, mas permaneceu em campo durante os 90 minutos apenas contra o Vasco.

Abel não poderá contar com Sosa. O paraguaio ainda não se recuperou de uma lesão na coxa direita e também pode ser prejudicado pela falta de ritmo de jogo.

Cruzeiro recebe o Bahia em duelo direto pelo G-4

Embalado por três vitórias consecutivas, o Cruzeiro recebe o Bahia, às 21h30, no Mineirão, pela 34ª rodada do Campeonato Brasileiro. O confronto coloca frente a frente dois concorrentes à classificação direta para a Copa Libertadores de 2027 e pode mudar a distância entre ambos nesta reta final.

Terceiro colocado, com 57 pontos, o Cruzeiro tem a oportunidade de chegar aos 60 e abrir sete de vantagem sobre o adversário. O Bahia, que entrou na rodada em sexto, com 53, tenta reduzir a diferença para apenas um ponto e aumentar a pressão sobre os primeiros colocados.

Os dois chegam de resultados importantes. A Raposa venceu o rival Atlético-MG por 1 x 0, fora de casa, enquanto o Esquadrão superou o São Paulo por 3 x 2, na Arena Fonte Nova. Agora, o desafio é transformar o embalo em vantagem diante de um concorrente direto. No primeiro turno, o Cruzeiro venceu o Bahia por 2 x 1, mesmo atuando em Salvador.

A vitória no clássico fortaleceu o Cruzeiro, mas deixou problemas para Artur Jorge. O treinador terá de modificar pelo menos quatro peças: William, Lucas Villalba e Matheus Pereira cumprem suspensão pelo terceiro cartão amarelo, enquanto João Marcelo está lesionado.

O Bahia chega a Belo Horizonte com uma situação mais favorável na montagem da equipe. O técnico Rogério Ceni não tem jogadores suspensos e recupera Kanu, que cumpriu punição na vitória sobre o São Paulo.

O retorno reabre a disputa por uma vaga ao lado de David Duarte. Marco Moreno começou a partida anterior e também é opção, enquanto Kanu busca reassumir o posto em mais um confronto direto fora de casa.

FÓRMULA 1

Antonelli lidera grid de homenagens a Ayrton Senna

ED ALVES

Fotos: Ed Alves CB/DA Press.



O casal brasiliense Marcelo Luis e Euridete Diniz visita o túmulo



Fernando Brozitkovic e a família estão vão a Interlagos torcer por Colapinto



O campeão Kimi Antonelli também esteve no Cemitério do Morumby

São Paulo — O fim de semana do Grande Prêmio do Brasil de Fórmula 1 costuma começar a 14km do Autódromo de Interlagos. A visita ao túmulo do tricampeão mundial Ayrton Senna, no Cemitério Parque Morumby, é uma romaria turística de fãs e pilotos da ativa. Campeão antecipado da temporada, o jovem italiano Kimi Antonelli, de 20 anos, esteve lá pela segunda vez ontem. O **Correio** também encontrou brasilienses prestando homenagens.

O casal Marcelo Luis Silva e Euridete Diniz mora no Park Sul. De passagem por São Paulo para apoiar o filho vestibulando e assistir ao GP do Brasil pela segunda vez, eles visitaram o túmulo de Ayrton Senna ontem pela manhã. "Eu sempre fui fã. Parava aos domingos de manhã para assistir às corridas. Foi o nosso ídolo. Eu tinha parado de assistir Fórmula 1 por um tempo, mas o meu filho é apaixonado, torce pelo Max Verstappen, e me fez reviver essa emoção", conta ao **Correio** o economista de 56 anos.

Marcelo e Euridete desejavam visitar o túmulo de Aryrton Senna, mas chegaram ao cemitério por acaso. Faziam uma viagem de táxi, conversavam com o motorista sobre Fórmula 1 e foram alertados por ele de que estavam próximos de onde o piloto foi sepultado. "Ele disse: 'Vocês querem conhecer? É aqui pertinho.' Respondemos que sim, era uma oportunidade de conhecer. Pena que nós perdemos o Kimi (Antonelli) por 10 minutos", lamentou.

O italiano havia passado por lá antes do casal e reverenciou Ayrton pela segunda vez. "A gente, que é brasileiro, se arrepia de estar aqui. É inspirador para a gente, e o que nos faz seguir essa paixão pela Fórmula 1, e o Kimi é muito fã do Ayrton", disse a advogada Euridete Diniz, na torcida por Antonelli. "Devido à história dele com o Brasil." Marcelo vai além e profetiza uma dobradinha de Lewis Hamilton e Antonelli, ambos fãs do tricampeão.

Argentino de Santa Fe, Fernando Brozitkovic estava no cemitério no lugar certo e na hora certa com a família. Visitava o túmulo quando Kimi Antonelli apareceu. "Estávamos aqui quando, coincidentemente, o campeão passou por aqui", testemunhou. "Estamos aqui, também, para torcer pelo nosso piloto. Franco Colapinto nos representa", disse o argentino.

Enquanto os fãs prestavam homenagens, o Autódromo de Interlagos recebia os últimos retoques para uma prova na qual o Brasil terá dois pilotos. O país voltará a ter dois pilotos no grid depois de 10 anos. Gabriel Bortoleto e o estreante Rafael Câmara encerram o jejum iniciado no GP de Abu Dhabi em 2016, quando Felipe Massa (Williams) e Felipe Nasr (Sauber) representaram o país na categoria.

BASQUETE



Matheus Maranhão / CAIXA Brasília

Garrafão bem protegido foi trunfo do Flamengo no DF

Flamengo vence o Brasília

Pode haver clima de playoff no início da temporada? Brasília e Flamengo mostram que sim. O clássico do Novo Basquete Brasil (NBB), disputado ontem, no Ginásio Nilson Nelson, correspondeu à expectativa e entregou um grande jogo, com festival de bolas de três, disputas por rebotes e muita emoção. No fim, vitória rubro-negra por 91 x 87.

A derrota foi a terceira consecutiva do Brasília neste início de temporada, depois de a equipe abrir a campanha com três triunfos. O Flamengo começou o NBB com derrota para o Bauru, mas alcançou a quarta vitória seguida.

Para os amantes dos arremessos de três, a partida foi um prato cheio: 28 bolas convertidas, 14 para cada lado. Mas foram as infiltrações e o domínio dos rebotes que fizeram a diferença para os cariocas. O Flamengo converteu 19 arremessos de dois pontos, contra 14 do Brasília, e terminou com 47 rebotes, diante de 36 dos anfitriões.

O cestinha da partida foi o ala-armador Buiú, do Brasília, com 24 pontos. Yago subiu a nota de corte do Flamengo, com 22. O pivô americano da equipe carioca, Freeman, fez a diferença com 12 rebotes.

O Brasília retorna à quadra do NBB no sábado, às 17h, quando visita o Caxias do Sul na Serra Gaúcha.

O primeiro tempo foi de muita intensidade ofensiva, com amplo domínio do Flamengo. A equipe carioca explorou os rebotes ofensivos, ganhou segundas oportunidades e conseguiu quebrar o ritmo de contra-ataques do Brasília. Também apresentou maior variedade nas ações ofensivas, enquanto os donos da casa insistiram nas bolas de três, mas tiveram baixo aproveitamento e dificuldade para atacar o garrafão.

O Flamengo jogou com mais leveza, enquanto a equipe da capital tentou explorar as falhas defensivas do adversário no perímetro. Porém, encontrou dificuldades para transformar essas oportunidades em pontos. O volume de arremessos do time carioca chamou a atenção: foram 40 tentativas a mais, reflexo de uma equipe que buscava constantemente a cesta e sabia que, mesmo em caso de erro, poderia ter uma segunda chance nos rebotes ofensivos.

A vantagem do Flamengo, que chegou a 17 pontos, caiu para apenas dois no segundo tempo. A reação do Brasília, porém, esbarrou novamente nos rebotes ofensivos. Os cariocas chegaram a ter 20 contra apenas cinco dos donos da casa no fundamento, uma diferença de 15 segundas oportunidades.

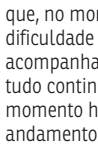
A menos de quatro minutos do fim, o Brasília mantinha a desvantagem em apenas dois pontos, em uma demonstração de resiliência. O técnico ajustou a leitura de jogo e buscou alternativas no garrafão para dar mais variedade ao ataque. Quando a equipe parecia prestes a assumir a liderança, porém, o nervosismo pesou e selou o destino.

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua Vazia até 11h39 HBr, quando ingressa em Libra. Pretender que algo aconteça de acordo com nossos intuitos durante a Lua Vazia é apostar contra o destino, porque a Lua Vazia desconsidera as pretensões objetivas de nossa humanidade agregando um fator de imprevisibilidade a tudo. O resultado do primeiro turno das eleições, por exemplo, ocorreu durante a Lua Vazia e, como a história comprova, não se repetiu no segundo turno. Hoje tu despertas para um novo dia com a Lua Vazia e, como todas as manhãs, repassarás a lista de atividades objetivas que pretendes fazer dar certo, enquanto o astrólogo aqui te sugere que desistas e que substituas tua pretensão objetiva por uma atitude despreocupada, porque o céu te outorga uma licença para tanto. Se tu aproveitas essa licença ou não, é onde se demonstra a fibra do teu ser.

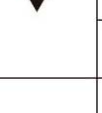


ÁRIES
21/03 a 20/04

Assumir alguns riscos parece inevitável, porém, mesmo assim você precisa tomar todas as iniciativas que estiverem ao seu alcance para minimizar o impacto desse movimento. Riscos sim, porém, com bastante controle.

TOURO
21/04 a 20/05

Para você evitar estresses desnecessários, fique ciente de que, no momento, você encontrará dificuldade para se sentir bem acompanhado. Nada mudou, tudo continuará em paz, mas no momento há contrariedades em andamento.

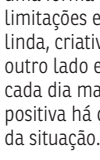


GÊMEOS
21/05 a 20/06

Tome cuidado com essas pessoas que são rápidas para se livrar das responsabilidades que elas deveriam administrar, porque se elas forem bem-sucedidas será você quem terá de arcar com o peso das tarefas. Melhor não.

CÂNCER
21/06 a 21/07

Aquilo que você pretende não é fácil de realizar, mas há uma janela de oportunidade disponível, a qual, mesmo sendo estreita pode ser aproveitada, mas que você só perceberá fazendo uso de sua clássica sensibilidade.



LEÃO
22/07 a 22/08

O futuro que sua alma visualiza não está distante, mas tampouco está ao alcance de suas mãos por enquanto. É melhor você aceitar que levará um bocado de tempo a mais do que imagina você realizar suas pretensões.

VIRGEM
23/08 a 22/09

A vontade de encontrar uma forma de transcender as limitações e surgir com a alma linda, criativa e maravilhosa do outro lado está se tornando a cada dia mais forte. Alguma coisa positiva há de resultar da situação.



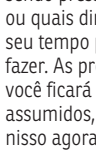
LIBRA
23/09 a 22/10

Suas certezas podem ser muito bem fundamentadas, mas se as pessoas se ativessem ao que é racional o mundo não estava tão dividido quanto agora. Tenha isso em mente para não se surpreender com a dificuldade de relacionamento.



ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

Antes de sair por aí em disparada tentando fazer mil coisas divertidas e excitantes, procure organizar tudo que seja da ordem cotidiana, porque talvez assim você perceba que não é tempo de fazer loucuras.

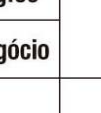


SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

Para que tudo corra mais ou menos dentro de suas expectativas e pretensões será necessário você atuar com máxima discrição, evitando assim dar de cara com as atitudes inesperadas e contrariadas de certas pessoas.

CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Por mais que sua alma esteja sendo pressionada em tais ou quais direções, respire e tome seu tempo para decidir o que fazer. As pressões passarão e você ficará com compromissos assumidos, pense nisso agora.



AQUÁRIO
21/01 a 19/02

Tudo que você precisa administrar cotidianamente consome o tempo que teria de ser dedicado a colocar em prática anseios mais elevados. Isso há de ser administrado com sabedoria, isto é, com muita presença de espírito.



PEIXES
20/02 a 20/03

As ideias são lindas e maravilhosas, mas se não estiver dentro do seu alcance as colocar em prática, melhor descartar nem que seja temporariamente, porque neste momento seria mais sábio se ater ao possível.

CRUZADAS

BANCO 4/beer. 5/guapo. 6/avalon. 7/sevilha. 8/bracejei.

© Ediouro Publicações — Licenciado ao **Correio Braziliense** para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

SUDOKU DE ONTEM

9	7	6	8	3	2	5	4	1
8	1	2	4	5	6	9	3	7
4	3	5	9	7	1	6	8	2
2	5	3	6	8	4	7	1	9
1	6	4	7	9	3	8	2	5
7	9	8	1	2	5	3	6	4
5	2	1	3	6	9	4	7	8
6	4	7	5	1	8	2	9	3
3	8	9	2	4	7	1	5	6

MÚSICA

Diversidade no Conic

» MARINA BORELA



Ariel Cavotti

Rita Benneditto em *Technomacumba*

O festival Bocadim chega à Arena Conic (Birosca), de hoje a sábado, em 11ª edição. Ao longo dos três dias, a programação reúne apresentações de Rita Benneditto (MA/RJ), Getúlio Abelha (CE/SP), Bruna Mendez (GO) e Siamese (PR), além de nove artistas da cena local do Distrito Federal. O evento também contará com sets de DJs entre os shows e atividades formativas gratuitas.

Entre as atrações nacionais, Rita Benneditto apresenta *Tecnomacumba*, espetáculo que aproxima música eletrônica, ritmos afro-brasileiros, ancestralidade e espiritualidade. Com mais de duas décadas de trajetória, o trabalho revisita referências da cultura e das religiões de matriz africana. Rita conta que teve a ideia de trazer para o público geral os elementos da música dessas religiões durante uma visita ao terreiro em 1997, ao escutar o ponto da Caboca Jurema. "Eu tive um insight sobre a força que tem a música e a dança como catalisadores de energia no transe de um terreiro", conta a artista.

Hoje, ela tem a oportunidade de levar a proposta para diversos cantos do país, mas destaca que se sente em casa na capital. Para ela, Brasília tem um público atento a novas propostas musicais e aberto a experimentações. Ela espera que a apresentação seja uma festa para celebrar a democracia, a soberania nacional e a força ancestral do povo brasileiro.

Ao longo das 11 edições, o Bocadim passou por transformações. A primeira edição do festival ocorreu em 2014, quando reuniu aproximadamente 2,5 mil pessoas. O público chegou a 9 mil em 2022, mas a busca por eventos cada vez maiores deu lugar a outra perspectiva. A partir de 2024, a organização decidiu trabalhar com espaços de capacidade entre 3 mil e 5 mil pessoas, priorizando a proximidade entre os artistas e a plateia. "O Bocadim passou muitos anos tentando ser grande. Hoje, estamos experimentando a grandeza de ser pequenos", explica a idealizadora e curadora do festival, Dayse Hansa.

A "grandeza de ser pequeno" também orienta a curadoria. Das 201 inscrições recebidas neste ano, foram priorizados artistas do Distrito Federal para compor a programação. Segundo Dayse, a intenção é ampliar a circulação da produção brasiliense, que ainda encontra dificuldades para chegar a outros mercados. "Não queremos que Brasília seja apenas uma cidade receptora de grandes apresentações, mas que sua produção musical seja reconhecida e estabeleça diálogos com outras cenas", afirma.

Hoje, a proposta também prioriza a presença de mulheres, pessoas queer e pessoas negras na composição de todos os aspectos do festival. Há pelo menos cinco edições, o festival mantém equipes técnicas e line-up composta majoritariamente por estes grupos sociais. "Não queremos apenas um festival com mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e pessoas negras no palco. Queremos que essas pessoas também estejam operando o som, desenhando a luz, dirigindo o palco, realizando a produção, participando da curadoria e tomando decisões", diz Dayse.

Além dos shows, o Bocadim oferece oficinas gratuitas de produção de festivais e produção musical independente. A iniciativa busca aproximar os participantes dos processos de criação e organização de eventos e ampliar o acesso à formação profissional no setor cultural.

FESTIVAL BOCADIM

De quinta-feira a sábado (5 a 7 de novembro), a partir das 19h, na Arena CONIC (nova Birosca). Entrada gratuita, mediante retirada de ingressos pela plataforma on-line Shotgun. Classificação indicativa: 18 anos. Mais informações sobre a programação no Instagram @bocadimfestival.

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

CAROS AMIGOS

Bem que eu sempre os soube raros.
Mas, o tempo guardou-me das suas.
Invisível, inerte nos poros das coisas.
Outrora, comuns no acaso dos dias.

Neste momento, vento, passarinhos,
Ruídos, aviões cerzem mapa-múndi.
Súbito, paz, intermezzo das cigarras.
Nem mesmo os zumbidos auditivos.

Receita de ir longe, cisma quântica.
Eu os visito, um a um, mas pasmo.
Melhor recado, estarão ocupados.

Uma vez, mico, congelei-me no ar:
— Meu Deus, quem foi desta vez!?
— Não, é que deu pau na telepatia.

Luiz Martins da Silva

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

						2		
		8		3			9	5
9		2		1	8		3	7
			3					1
2	1					7	5	8
	6	7						
	8							9
			5	8	7		4	

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

FEITO PIPA, *VICENTINA PEDE DESCULPAS* E *ASSALTO À BRASILEIRA* CHEGAM ÀS TELAS NO DIA DO CINEMA BRASILEIRO

UM BOOM NACIONAL

Divulgação



Teca Pereira e Yuri Gomews protagonizam o longa *Feito pipa*

» MARIANA REGINATO

Em 5 de novembro de 1896, ocorreu a primeira exibição cinematográfica pública no país, no Rio de Janeiro. O dia marca a celebração do cinema nacional e, mais de um século depois, a produção brasileira tem se destacado pelo mundo. Hoje, três longas nacionais chegam aos cinemas: *Feito pipa*, *Assalto à brasileira* e *Vicentina pede desculpas*.

Feito pipa, dirigido por Allan Deberton e escrito por André Araújo, é o representante da Academia Brasileira de Cinema para concorrer ao Oscar no ano que vem. Na trama, o pequeno Gugu precisa lidar com o avanço do Alzheimer em sua avó Dilma. A conexão dos dois é ponto central na trama e guia as escolhas do pequeno protagonista, interpretado por Yuri Gomes. Chegando às salas brasileiras, o filme participou de mais de 50 festivais e conquistou dois importantes prêmios no 76º Festival de Cinema de Berlim, na mostra oficial Generation Kplus: Melhor Filme, concedido pelo Júri Jovem e Grande Prêmio do Júri Internacional.

O longa é o primeiro filme cearense a representar o Brasil no maior prêmio do cinema mundial. "Vejo a escolha do filme como representante do Brasil como um reconhecimento da força e da diversidade do cinema brasileiro e, também, do potencial do nosso estado em promover, criar e sustentar políticas públicas de valorização da cultura local. É muito significativo ver uma produção nascida no Ceará ocupando esse espaço e levando consigo não apenas um filme, mas toda uma cadeia de pessoas que inspira a forma de pensar e fazer o cinema nordestino", afirma o diretor.

DUAS PERGUNTAS // ANDRÉ ARAÚJO, ROTEIRISTA DO FILME *FEITO PIPA*

O filme aborda temas delicados, como a perda de memória, o preconceito e o medo da separação. Como encontrar o equilíbrio entre a dureza dessas questões e a delicadeza com que elas são apresentadas?

Eu acredito que esse equilíbrio entre a dureza das questões que o filme trata e a delicadeza com que ele aborda esses temas se dá pela decisão de contar a história pelo olhar do Gugu. Porque, para uma criança, mesmo as situações mais difíceis e complexas podem ser vistas atravessadas pela imaginação, pela brincadeira, pela fantasia e pelo lúdico. Eu não queria negar a dureza dessas questões, mas também não queria que elas sequestrassem o filme ou que definissem completamente quem são aqueles personagens. A Dilma, por exemplo, não é apenas uma mulher que está perdendo a memória: ela é cheia de desejos, de vaidade, de alegria, gosta de dançar, namorar e tem uma pulsão pela vida, assim como o próprio Gugu. O gênero e a sexualidade não são tratados como problemas que precisam ser resolvidos; o Gugu é apenas uma criança que quer existir com liberdade e está experimentando o mundo da sua maneira. Então, a delicadeza vem desse olhar de entender que, mesmo diante da perda, do medo ou das dificuldades, a vida continua acontecendo com humor, afeto e beleza, e para a gente é isso que importa.

Qual a sensação de ser o escolhido para representar o Brasil na corrida pelo Oscar?

Quando comecei a escrever o *Feito Pipa*, estava contando uma história muito particular que nasce das minhas experiências e memórias do meu território, e não imaginava que ela pudesse chegar tão longe. Para mim, é uma mistura de alegria, surpresa e um sentimento muito grande de realização. Acho que tem algo muito emocionante nisso: perceber que uma história sobre um menino e sua avó no interior do Ceará pode atravessar tantas fronteiras e encontrar identificação em pessoas de culturas tão diversas. É muito simbólico ver o cinema brasileiro sendo representado por um filme que vem do Nordeste e apresenta um sertão cheio de cores, afetos e possibilidades. Mais do que a corrida pelo Oscar, o que me emociona é pensar que essa escolha permite que o filme chegue a mais pessoas, porque, no fim das contas, é para isso que vamos ao cinema: para contar histórias e para que essas histórias encontrem o seu público.

RETRATO DE UM ASSALTO

Com elenco de grandes nomes como Murilo Benício, Paulo Miklos e Christian Malheiros, Assalto à brasileira, dirigido por José Eduardo Belmonte, chega aos cinemas nacionais. Com narrativa baseada em uma história real, um jornalista se vê no meio de um assalto a mão armada na maior agência bancária de Londrina. Durante o contexto de grave crise econômica, grande parte da população simpatiza com os criminosos e torce pelo sucesso do roubo.

O longa, que venceu três prêmios no Festival de Brasília, incluindo Melhor filme pelo júri popular, surgiu pelo interesse de Belmonte com o roubo em Londrina em 1987. "O que me interessou foi perceber que, por trás de um assalto, havia uma história de pessoas, desejos, contradições e circunstâncias que dizia muito sobre o Brasil atual. O assalto é, naturalmente, o motor da narrativa, mas não é o todo. Gosto de histórias em que um acontecimento extraordinário acaba revelando algo bastante ordinário, e, às vezes, doloroso, às vezes engraçado, tenso, sobre a condição humana", explica.

Galeria Films



Assalto à Brasileira: história de pessoas e de contradições detrás do roubo

A relação do diretor com Brasília vem antes mesmo de estrear qualquer filme, já que foi aluno de Audiovisual na Universidade de Brasília. "Voltar ao Festival de Brasília com um filme é reencontrar uma parte importante da minha história. Existe algo de afetivo nesse retorno, mas também de muito concreto: é um festival que tem memória, que conhece o cinema brasileiro e que não se furta a discutir seus filmes. A recepção de Assalto à Brasileira, o prêmio e as conversas que surgiram em torno dele foram uma alegria enorme. É muito especial quando um filme encontra uma plateia que se dispõe a olhar para ele, discutir", ressalta.

Com a chegada do longa nas telonas, Belmonte acredita que o filme tem uma vocação popular pela trajetória dele até aqui. "É um filme que pode encontrar o público, que tem humor, tensão, personagens e uma história capaz de despertar curiosidade e de falar muito com o presente. Minha expectativa é que ele consiga chegar às salas e ser visto. Porque fazer um filme é apenas uma parte do trabalho. A outra, que não deveria ser menos importante, é permitir que ele encontre as pessoas", finaliza.

CRÍTICA // *VICENTINA PEDE DESCULPAS* / ★★★★

UM DOCE AMANHÃ?

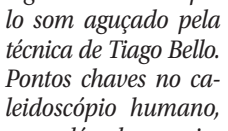
» RICARDO DAEHN

Cordialidade e nobreza de caráter imperam no rude universo e nas duras circunstâncias que cercam a maternal Vicentina (Rejane Faria, em interpretação superlativa), neste filme de Gabriel Martins. Depois de administrar um tratado de sonhos e frustrações, em Marte Um *(selecionado pelo Brasil a concorrer ao Oscar), Gabriel aposta numa trama de responsabilidade e empatia.*

Dúvidas e dívidas se avolumam depois de um evento com mortes coletivas envolvendo um ônibus que transitava no centro de Belo Horizonte. Vicentina (a mãe do motorista do coletivo, Wesley) arca com o sofrimento e com robustas especulações sobre o dúbio comportamento do filho. Sororidade e o peso da solidão na terceira idade revestem o drama que, pouco a pouco, ganha os moldes de uma elaborada e vistosa colcha de retalhos. No cenário, Bruno (Renato Novaes) e Joana (Maíra Azevedo) são os entes mais próximos; ele, filho e ela, melhor amiga. Mas, numa espécie de lei do retorno (posta em prática) a íntegra Vicentina fará uma espécie de recenseamento particular, a fim de reparar estragos do filho. Mas, mais do que isso, repará-los.

O longa, uma coprodução entre a mineira Filmes de Plástico e a Netflix, chega balizado pela excelência na fotografia de Leonardo Feliciano, pela música exemplar de Tiganá Santana e pelo som aguçado pela técnica de Tiago Bello. Pontos chaves no caleidoscópio humano, para além da agraciada presença de Rejane, estarão em Giovanni Venturini (o misterioso roqueiro Fred), Fábio Leal, contido na medida (na pele do calejado Vitor) e na empática Bárbara Colen (a doce Amélia). Perfeita na imperfeição humana, a jornada de Vicentina encerra decência e subtramas formosas coroadas por atores como Flavio Bauraqui, Karine Teles e Carlos Francisco. A poesia de Gilberto Gil entra, soberana, como golpe final.

Netflix

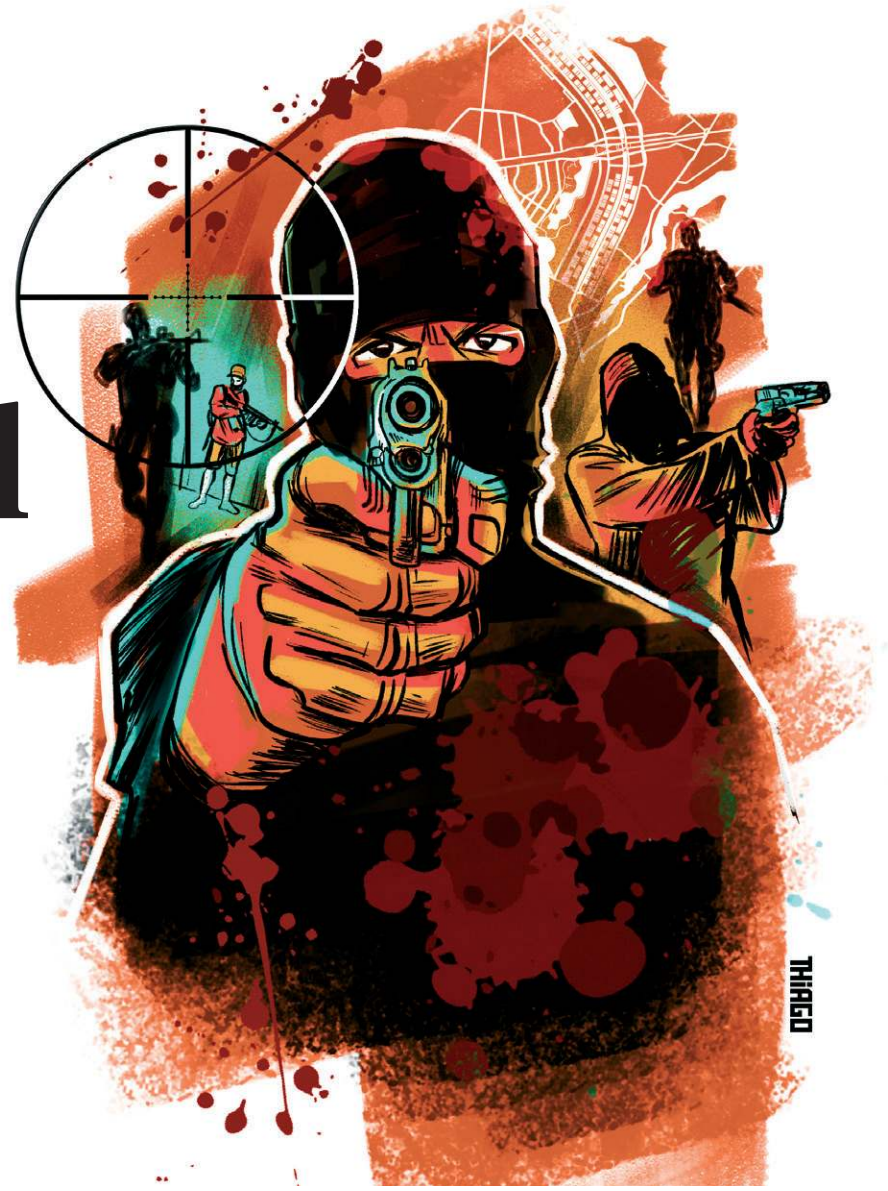


***Vicentina pede desculpas*: suprema em cena, Rejane Faria**

Direito & Justiça

Editora
Ana Maria Campos
anacampos.df@dabr.com.br
Tel. 3214-1344

Aprovada a PEC, falta o plano nacional de segurança



Ana Maria Campos

Passada a eleição e o debate sobre os melhores caminhos para combater o crime organizado, o Senado aprovou nesta terça-feira (03/11) a PEC 18/2025, conhecida como PEC da Segurança Pública, com 73 votos favoráveis em primeiro turno e 75 em segundo turno. A emenda constitucional será promulgada. Mas ainda há, segundo especialistas, um percurso longo para alcançar a eficiência para avançar contra organizações complexas, com infiltrações no Poder Público, no sistema financeiro e com conexões internacionais.

Entre os principais pontos da proposta aprovada está a inclusão do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) na Constituição. A PEC também amplia a participação do governo federal no setor. Essas são algumas das medidas consideradas mais positivas. "Pela primeira vez o governo federal, ao tornar o Susp uma obrigação constitucional, assume a responsabilidade pela segurança pública, até agora, comodamente para o presidente da República, restrita aos Estados. A novidade ganha maior importância por se tratar de um governo de esquerda. Tradicionalmente a esquerda se limitava a afirmar que as questões sociais eram a causa da violência", analisa o criminalista Mario de Magalhães Papaterra Limongi, ex-promotor de Justiça e secretário-adjunto de Segurança Pública de São Paulo na gestão de Mário Covas e Geraldo Alckmin.

Para Limongi, a ampliação das atribuições da Polícia Federal, a possibilidade de realização de forças-tarefas e o aumento das funções da Polícia Rodoviária Federal vão colocar o governo federal como protagonista da segurança pública. "E ao mesmo tempo como vidraça", ressalta.

Para o criminalista Antônio Gonçalves, pós-doutor pela PUC-SP, a inclusão do Susp na Constituição cria a possibilidade de elaboração de um plano nacional de segurança pública, ainda que a emenda não tenha essa previsão expressa. "A parte importante do Sistema Único de Segurança Pública é a unificação de diretrizes, planejamento de operações conjuntas envolvendo União, Distrito Federal, estados e municípios, além da parte principal: a integração de dados e serviço de inteligência entre as polícias", afirma.

Gonçalves ressalta que, até o momento, os estados e municípios têm planos individuais de segurança pública e cada um obedece às suas diretrizes e interesses regionais e locais, o que pode gerar embates. "Na luta contra as facções criminosas, há conflitos, porque temos estados como o Rio de Janeiro que prefere um conflito e um enfrentamento físico e, claramente, isso não tem surtido um efeito prático relevante contra as facções criminosas. E tem estados que preferem o serviço de inteligência, como São Paulo", diz.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) declarou que, só em 2026, foram realizadas mais de 300 operações deflagradas com informações de inteligência. "Quando não tem um serviço integrado e uma previsão normativa acerca de um plano nacional, respeitadas as peculiaridades dos municípios e dos estados, há a possibilidade de continuar tendo planos individuais com diretrizes não muito claras, não específicas e sem efeito prático, como nós temos visto atualmente", acrescenta o criminalista Antônio Gonçalves.

Outras novidades da PEC da Segurança são o estabelecimento de regras para a criação de polícias municipais e medidas mais rigorosas contra integrantes de facções criminosas e milícias, proteção às vítimas e mais recursos para a segurança pública. "Embora seja um anseio da população e da classe política, vejo com preocupação a atuação das polícias municipais. Atualmente não há treinamento adequado e, no mais das vezes, atende interesses eleitoreiros e menores dos prefeitos. A PEC sugere um controle externo, o que parece um avanço e necessita ser bem explicitado", afirma Limongi.

Algumas das medidas previstas na PEC dependem de complementação por meio de leis que o Congresso ainda deverá discutir e aprovar. "É preciso dar o procedimento processual penal de tudo o que a PEC instituiu, e essa é a missão do Congresso. Se não, haverá um endurecimento penal puro e simples, como a supressão de direitos dos membros das organizações criminosas, a dificuldade de progressão de regime e a obrigação de cumprimento de pena em regime de segurança máxima", afirma Gonçalves.

Veja as principais medidas:

- Institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) na Constituição, com possibilidade de cooperação entre a União, estados, municípios e o Distrito Federal.
- Integra as forças policiais com criação de forças-tarefa, compartilhamento de informações e integração dos sistemas de informação.
- Amplia as atribuições da Polícia Rodoviária Federal, que poderá atuar no policiamento de ferrovias e hidrovias federais.
- Endurece as regras aplicáveis a integrantes de facções, milícias e organizações paramiliares.
- Cria a possibilidade de cumprimento de penas em presídios de segurança máxima para líderes de organizações criminosas.
- Possibilidade de criação de polícias municipais para policiamento ostensivo e comunitário.

ENTREVISTA— CAMILA LOURENÇO, advogada nas áreas cível, comercial, direito societário e contratual

Precatórios: novas regras do CNJ podem mudar mercado de cessões

Ana Maria Campos

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) propõe novas regras para a cessão de créditos de precatórios, com padronização dos procedimentos nos tribunais e criação de uma central nacional para prevenir fraudes e transferências duplicadas. A iniciativa busca ampliar a segurança das negociações, mas também levanta questões sobre burocracia e custos das operações. Em entrevista, Camila Pereira Lourenço, sócia do Willeman Advogados, analisa os impactos da proposta para credores, investidores e empresas do setor.

Divulgação



"O sucesso da iniciativa dependerá da capacidade de conciliar a necessidade de fiscalização com a preservação da autonomia privada e da liberdade de negociação"

Na sua avaliação, qual é o objetivo do CNJ ao propor regras nacionais uniformes para a cessão de créditos de precatórios?

O objetivo do CNJ é dar ao mercado de cessão de precatórios mais transparência, rastreabilidade e controle mediante o estabelecimento de procedimentos nacionais uniformes para a formalização, o registro e o reconhecimento das cessões de créditos de precatórios perante os tribunais. Embora a cessão seja expressamente admitida pelo art. 100, §§ 13 e 14, da Constituição Federal, a diversidade de procedimentos administrativos dificulta a verificação da titularidade dos créditos e a identificação de transferências anteriores. Para superar esse cenário, a proposta prevê a criação de uma Central Nacional de Cessões de Créditos de Precatórios, vinculada ao Sistema Nacional de Precatórios (SisPreq), e estabelece requisitos cumulativos para a eficácia da cessão perante os tribunais, como lavratura de escritura pública, registro eletrônico da operação em entidade registradora autorizada, comunicação à central nacional, notificação ao ente devedor e homologação judicial. Com essas medidas, pretende-se ampliar a rastreabilidade das operações e prevenir fraudes, cessões duplicadas e pagamentos a terceiros que não sejam os legítimos titulares, sem impedir a livre circulação desses créditos. A intenção, portanto, não é impedir a circulação desses ativos, mas garantir que as transferências sejam identificáveis, verificáveis e produzam efeitos perante o sistema judicial de maneira segura.

A proposta representa um avanço na regulamentação desse mercado?

A proposta representa um avanço relevante, sobretudo porque procura enfrentar uma das principais fragilidades do mercado secundário de precatórios que é a ausência de uma infraestrutura nacional integrada de controle das operações. A disciplina normativa existente, especialmente nos arts. 42 a 45 da Resolução CNJ 303/2019, tratava da cessão de maneira relativamente sucinta, sem estabelecer um sistema abrangente de rastreabilidade das transferências. A nova proposta busca conferir maior detalhamento aos procedimentos e às exigências para que as cessões produzam efeitos perante os tribunais. É necessário ponderar, contudo, o tratamento conferido ao deságio, à disciplina da representação, especialmente pelas restrições ao uso de procurações, e ao prazo de resposta dos tribunais. A minuta impõe prazos e exigências aos particulares, mas não estabelece prazo para que os tribunais analisem e homologuem as cessões, o que pode deixar operações regulares suspensas por períodos indeterminados. Há, ainda, o risco de aumento dos custos de transação, uma vez que a obrigatoriedade de escritura pública, registro eletrônico e comunicação à Central acrescenta etapas e despesas que poderão repercutir na precificação dos créditos. Vale lembrar, por fim, que a proposta ainda não foi aprovada e que, portanto, poderá ser objeto de aperfeiçoamentos.

A ausência de procedimentos uniformes entre os tribunais tem contribuído para a ocorrência de irregularidades?

Sim. Embora seja autorizada pela Constituição e disciplinada pelo Código Civil, a cessão ainda é processada de maneiras muito diferentes pelos tribunais brasileiros. Quando cada tribunal adota fluxos administrativos e exigências documentais próprios, a verificação da situação de determinado precatório pode ficar limitada às informações disponíveis naquele órgão, dificultando a identificação de operações realizadas ou registradas em outros sistemas. Nesse contexto, podem ocorrer situações como a venda do mesmo crédito a mais de um adquirente, a negociação de créditos anteriormente penhorados ou oferecidos em garantia e a transferência de parcelas que já tenham sido cedidas a terceiros. A fragmentação das informações também dificulta a atuação dos órgãos de controle, que precisam reunir dados dispersos para reconstruir o histórico das operações. Embora a falta de uniformidade não seja, por si só, a causa das fraudes, ela cria um ambiente mais suscetível a inconsistências, falhas de comunicação e dificuldades de fiscalização.

Como as novas regras podem contribuir para prevenir fraudes, cessões duplicadas e pagamentos a titulares incorretos?

A principal contribuição está na criação de um sistema centralizado que permita acompanhar o histórico de cada crédito, desde sua titularidade original até eventuais transferências, constituições de garantias e pagamentos. A proposta prevê a formalização da cessão por escritura pública, o registro eletrônico da operação em entidade registradora autorizada, a comunicação à Central Nacional de Cessões, a notificação ao ente público devedor e a homologação judicial. A combinação desses mecanismos permitirá estabelecer uma cadeia documental e registral mais confiável e transparente. Para evitar conflitos de interesse, a resolução ainda veda a cessão a advogados que representaram o cedente no processo, estendendo a proibição a sociedades de advogados e fundos ligados ao profissional. É importante observar, contudo, que o registro não torna automaticamente válida uma cessão que apresente vícios de consentimento, problemas de representação ou outros defeitos jurídicos. A Central funcionará como instrumento de controle e rastreabilidade, complementando a análise jurídica realizada pelos tribunais.

As novas regras podem tornar a negociação de precatórios mais burocrática?

Sim. Esse é um dos pontos que merecem maior atenção na proposta. A exigência cumulativa de escritura pública, registro eletrônico, comunicação à Central Nacional, notificação ao ente devedor e homologação judicial representa um aumento das formalidades necessárias para que a cessão produza efeitos perante os tribunais. Embora cada uma dessas etapas tenha uma finalidade legítima, sua implementação poderá gerar aumento dos custos com escrituras e registros, maior tempo para a conclusão das operações e necessidade de adaptação dos procedimentos internos das empresas adquirentes. Também poderão surgir dificuldades relacionadas à integração dos sistemas e ao aumento da demanda administrativa dos tribunais responsáveis pela análise e homologação das cessões. Esse aspecto merece atenção especialmente nas cessões parciais e nas operações realizadas por empresas que adquirem grandes volumes de créditos, uma vez que a multiplicidade de etapas pode comprometer a agilidade das negociações.

Como equilibrar a necessidade de fiscalização com o direito do credor de negociar livremente seu precatório?

O equilíbrio deve partir da premissa de que a fiscalização deve assegurar a regularidade da cessão, mas não pode se transformar em uma restrição indevida à liberdade de disposição patrimonial do credor, afinal, a cessão de precatórios a terceiros independentemente da concordância do devedor é expressamente prevista pela Constituição Federal. O Judiciário deve verificar a legitimidade das partes, a existência de consentimento válido, a titularidade do crédito e a ausência de impedimentos jurídicos à cessão, sem interferir injustificadamente no preço negociado ou na decisão do credor de aceitar determinado deságio. Também é fundamental que os procedimentos sejam proporcionais e eficientes, evitando exigências documentais repetitivas e formalidades que não acrescentem efetiva segurança à operação. A regulamentação não deve criar obstáculos que, na prática, inviabilizem a cessão ou tornem sua realização economicamente desvantajosa. O sucesso da iniciativa, portanto, dependerá da capacidade de conciliar a necessidade de fiscalização com a preservação da autonomia privada e da liberdade de negociação.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

maurenilson



O impacto da proibição das bets

O Supremo Tribunal Federal (STF) realizou, nesta terça-feira (3/11), a segunda audiência pública convocada pelo ministro Luiz Fux, relator das ações que tratam da Medida Provisória que proibiu as bets no país. O encontro foi marcado para discutir os impactos das apostas on-line no Brasil, um mercado que movimenta R$ 62 bilhões por ano e provoca uma inadimplência de cerca de 40%, especialmente entre os jovens. A audiência reuniu representantes de clubes de futebol e entidades esportivas, órgãos do governo federal, integrantes do setor econômico, associações ligadas às apostas e especialistas em regulação. Logo na abertura, Fux defendeu que as bets sejam banidas do país.

Ludopatia

Ao participar de audiência, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, destacou que a procura por atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) relacionada à ludopatia cresceu mais de 200% entre 2018 e 2026, e 40% do 1,2 milhão de pessoas que pediram a autoexclusão das plataformas relataram perda de controle sobre as apostas.



João Risi / MS

Mais alimentos nos lares

A proibição das bets já tem reflexos positivos no consumo de alimentos pelas famílias. O presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Asbra), João Carlos Galassi, afirmou o acompanhamento de consumo nos lares brasileiros, feito pela entidade há mais de 20 anos, mostra um crescimento real no consumo dos alimentos em outubro,em comparação com 2025.

Mais fiscalização contra lavagem

O secretário nacional de Segurança Pública, Francisco Lucas Costa Veloso, apresentou dados significativos sobre a utilização de plataformas de apostas pelo crime organizado. Entre janeiro de 2022 e setembro de 2026, as polícias Civil e Federal realizaram 236 ações, com mais de 480 prisões e 1,6 mil mandados de busca e apreensão envolvendo criminosos que utilizam esse meio para lavagem de dinheiro. Para o secretário, a proibição das bets facilita a identificação de operações ilegais e amplia os instrumentos de fiscalização.

Proteção aos apostadores

O representante da Associação Brasileira de Advogados Criminalistas (Abracrim), Milton Jordão, ressaltou que a proibição das bets pode prejudicar os próprios apostadores. A medida, segundo ele, pode empurrar os jogadores para plataformas clandestinas e expô-los a práticas criminosas, como a lavagem de dinheiro, sem oferecer um período de adaptação ou mecanismos de proteção. Para a entidade, a proibição pode enfraquecer o mercado regulado e abrir espaço para o crime organizado.

Prejuízo para atletas



O consultor jurídico do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Pedro Mendonça, alertou que a proibição das bets teria consequências para todo o esporte nacional, e não apenas para o futebol e pode comprometer a preparação de atletas para competições futuras. Segundo Mendonça, os repasses das empresas de apostas representavam no orçamento de 2027 cerca de R$ 130 milhões,equivalente a 20% do planejamento.

"Eu me convenci de que a ludopatia é um problema de saúde pública, é um problema econômico e que deveria ser banido do cenário dos esportes nacionais"



Antonio Augusto/STF

Ministro Luiz Fux, relator das ações que tratam da proibição das bets em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF)

Suspense no Amapá



Ed Alves/CB/D.A Press

O Amapá tem um governador eleito no primeiro turno, mas a situação ainda depende da conclusão de um julgamento pelo TSE. Eleito com 62,75% dos votos válidos, Dr. Furlan (PSD) teve o registro da candidatura deferido pelo Tribunal Regional Eleitoral do estado, mas um recurso do Ministério Público Eleitoral ainda está pendente de julgamento, graças a um pedido de vista do ministro André Mendonça **(foto)**, vice-presidente do TSE, ocorrido em 24 de setembro. O relator, Dias Toffoli, votou contra o indeferimento do registro, sob o fundamento de que Furlan renunciou à prefeitura de Macapá não apenas para disputar o governo estadual, mas também para evitar um processo que poderia levar à cassação de seu mandato. É a mesma tese de que levou à cassação do mandato de Deltan Dallagnol, então deputado federal, pelo TSE, por unanimidade em 2023.

Adversários



Reprodução

O destino de Deltan Dallagnol (Novo-PR), eleito com com mais de 2,9 milhões de votos para o Senado, também é incerto. O TSE vai julgar o registro da candidatura do ex-coordenador da Lava-Jato no Paraná e os adversários trabalham para mantê-lo fora do Congresso, especialmente depois que ele esteve no debate presidencial da Band com o "powerpoint do Lula" estampado na camiseta.

Homenagem



Divulgação

O desembargador José Ribamar Oliveira Lima Júnior será homenageado na próxima quinta-feira (12) com a aposição de sua foto na galeria de presidentes do TRT-10ª Região. O magistrado concluiu em março seu mandato à frente da Corte pelo biênio 2024-2026 e foi sucedido pelo desembargador José Leone Cordeiro Leite, que preside a solenidade a ser realizada na sala de sessões Desembargador Herácito Pena Júnior, no edifício-sede do TRT-10.

Visão do Direito



José Eduardo Sabo Paes
Procurador de Justiça do MPDFT. Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão

O Mapa Social do Distrito Federal: dados a serviço da cidadania

A crescente complexidade das políticas públicas exige que instituições e gestores disponham de instrumentos capazes de transformar dados em conhecimento. A efetivação dos direitos fundamentais depende não apenas de recursos e normas jurídicas, mas, também, da capacidade de identificar desigualdades, compreender demandas sociais e orientar decisões com base em evidências. Foi nesse contexto que surgiu o Mapa Social do Distrito Federal, desenvolvido no âmbito da Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). (1)

A iniciativa nasceu da percepção de que informações relevantes para o acompanhamento das políticas públicas encontravam-se dispersas em diferentes bases governamentais, muitas vezes de difícil acesso e interpretação. O objetivo passou a ser reunir esses dados em uma plataforma única, capaz de oferecer uma visão integrada da realidade social do Distrito Federal e subsidiar tanto a atuação do Ministério Público quanto o exercício da cidadania.

O primeiro painel desenvolvido foi o Mapa da Educação, criado para reunir informações do Censo Escolar, indicadores de desempenho e metas educacionais. A experiência demonstrou que a organização inteligente dos dados ampliava significativamente a capacidade de monitoramento e fiscalização das políticas públicas. A partir desse êxito, o projeto foi gradualmente ampliado para novas áreas de interesse social.

Na saúde, o Mapa Social alcançou seu maior desenvolvimento. Destaca-se o Mapa da Regulação, que tornou transparentes informações sobre filas de consultas, exames e procedimentos especializados, permitindo o acompanhamento da demanda por serviços do Sistema Único de Saúde. Em seguida, foram incorporados painéis voltados à atenção primária, ao funcionamento das unidades de urgência e emergência e ao acompanhamento individual dos usuários do SUS.

O projeto também avançou sobre uma dimensão fundamental para o controle social: a execução orçamentária. O Mapa do Orçamento passou a disponibilizar informações sobre receitas, despesas, empenhos e emendas parlamentares, contribuindo para uma gestão pública mais transparente e acessível ao cidadão.

Com sua consolidação institucional, o Mapa Social expandiu-se para áreas como assistência social, segurança alimentar, proteção da pessoa idosa e judicialização da saúde. Mais recentemente, novos projetos passaram a contemplar temas como mobilidade urbana, habitação, medicamentos, creches e acolhimento institucional, ampliando o potencial da plataforma como ferramenta de governança pública.

Mais do que um conjunto de painéis eletrônicos, o Mapa Social representa uma nova forma de compreender e acompanhar as políticas públicas. Sua principal contribuição consiste em democratizar o acesso a informações que, embora públicas, permaneciam restritas a especialistas ou dispersas em diferentes sistemas. Ao transformar grandes volumes de dados em conhecimento acessível, a ferramenta fortalece a transparência, estimula o controle social e aproxima o Estado da população.

Em uma sociedade cada vez mais orientada por informações, o Mapa Social consolidou-se como importante instrumento de cidadania, transparência e gestão baseada em evidências. Sua trajetória demonstra que a inovação tecnológica pode servir diretamente à promoção dos direitos fundamentais, permitindo que decisões públicas sejam mais qualificadas, que recursos sejam melhor direcionados e que a sociedade participe de forma mais consciente do acompanhamento das ações governamentais. Assim, o Mapa Social do Distrito Federal tornou-se um exemplo de como o conhecimento produzido a partir dos dados pode contribuir para a construção de políticas públicas mais eficientes, transparentes e comprometidas com o interesse coletivo.

[1]Fique por dentro das informações sobre saúde, educação, assistência social e orçamento. Basta acessar o Mapa Social no link mpdft.mp.br/portal/index.php/mapa-social-do-df.

Visão do Direito



Og Pereira de Souza
Advogado, especialista em direito e jurisdição pela Escola da Magistratura do Distrito Federal (ESMA-DF), foi procurador da Infraero. É presidente do Sindicato Nacional dos Advogados e Procuradores de Empresas Estatais (Sinape)

Banco de Talentos das Estatais: reaproveitar quem já provou seu valor

Os Correios abriram um Banco de Oportunidades para que empregados interessados possam atuar em outros órgãos e entidades da Administração Pública. A iniciativa, parte do plano de reestruturação da empresa, é louvável e aponta para algo maior: o Estado precisa de um mecanismo permanente para reaproveitar empregados públicos concursados atingidos por extinções e reestruturações.

O tema foi levado pelo Movimento Reaproveita Brasil (MRB) e entidades que o integram, pela ANPEPF e pelo Sinape ao ex-Ministro Gilberto Carvalho, coordenador de campanha do presidente Lula, que reconheceu a dimensão social da pauta. A proposta agora dirigida ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) é a criação de um Banco de Talentos das Estatais, sob coordenação da Sest.

Poderiam se cadastrar, voluntariamente, empregados celetistas que ingressaram por concurso em empresas públicas, sociedades de economia mista e subsidiárias, na ativa ou já desligados, como os do setor elétrico após a desestatização da Eletrobras, desde que o desligamento decorra de extinção, privatização ou redimensionamento da empresa ou do Estado. Um aplicativo gerido pelo MGI cruzaria, com regras claras e objetivas, o perfil de cada profissional com as vagas abertas ou prestes a abrir. Uma norma adequada determinaria que as estatais, antes de lançar concursos, consultassem o banco e dessem preferência a esses empregados nas vagas decorrentes de aposentadorias e outros desligamentos.

Há espaço para isso. Segundo o "Panorama das Estatais", do próprio MGI, as dez maiores estatais federais somam atualmente entre 25 mil e 30 mil postos abaixo do limite máximo de quadro autorizado. Parte dessas vagas poderia ser ocupada por quem já conhece a cultura e os controles do setor público, com economia em seleção e treinamento, respeitadas a autonomia de cada empresa e a compatibilidade entre os cargos.

A experiência internacional reforça o argumento. Na Alemanha, o Código Social (SGB III, §§ 110 e 111) prevê as "Transfergesellschaften": acordo pelo qual trabalhadores atingidos por reestruturações passam por uma empresa de transição, com subsídio público complementado pelo antigo empregador, enquanto se requalificam e são encaminhados a quem precisa contratar. O modelo, voltado para a iniciativa privada, mostra que uma das maiores economias do mundo trata a preservação de emprego e renda como questão social, não apenas contábil, e pode inspirar uma solução para reaproveitamento de empregados públicos brasileiros. Nossas desigualdades muito mais profundas tornam essa dimensão ainda mais relevante.

Dispensar profissionais concursados, experientes e formados com recursos públicos para, em seguida, abrir concursos para funções equivalentes é desperdício de capital humano e de dinheiro do contribuinte. O Banco de Talentos não cria privilégio nem afasta o concurso: valoriza quem já foi aprovado em concurso público e ganhou experiência prática e treinamento dentro de uma empresa estatal. As entidades estão abertas a sentar com o MGI, ouvir sugestões e construir outras formas de reaproveitamento. Os Correios deram o primeiro passo; o MGI pode transformá-lo em política de Estado.

Visão do Direito



Alexander Ladislau Menezes

Advogado, autor do livro *Abuso do Poder Religioso Eleitoral*, especialista em direito eleitoral e mestre em direito constitucional pelo IDP



Miguel Dunshee de Abranches Fiod

Advogado e presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/DF

Registro de candidatura: julgamento antes da largada

A cada eleição, uma parcela dos eleitores vai às urnas sem saber se o voto que digita será contado ou não. São os votos dados a candidatos sub judice: com o registro de candidatura contestado na Justiça que, mesmo assim, fazem campanha, aparecem na propaganda, têm nome e foto na urna e ainda gastam recursos públicos ao longo do processo. Se, ao final, o registro for negado, esses votos são anulados, e o resultado da eleição pode mudar.

Como diria o ex-comentarista de arbitragem Arnaldo Cezar Coelho, a regra é clara: votos de candidato com registro indeferido são nulos e não se transferem a ninguém. A pergunta que não quer calar, porém, é: até quando a Justiça vai tolerar que candidaturas controversas atravessem a campanha sem uma resposta definitiva?

A eleição de 2026 ofereceu um retrato quase didático do problema. Pablo Marçal, que tentou a Presidência, foi contido rapidamente: cinco dias após o fim do prazo de registro, o TSE o proibiu, por unanimidade, de usar os fundos públicos, a propaganda gratuita e os debates. José Roberto Arruda, por sua vez, teve o registro indeferido pelo TRE-DF, mas o TSE só confirmou a decisão dez dias antes do pleito. Àquela altura, as urnas já estavam sendo lacradas e o prazo para o partido substituí-lo vencera.

Anthony Garotinho, candidato ao governo do Rio de Janeiro, chegou ao dia da votação sub judice. Quatro dias depois do primeiro turno, o TSE anulou seus mais de 274 mil votos, e o segundo turno que se desenhava deixou de existir. Três casos de inelegibilidade, três ritmos diferentes. O que separou os desfechos não foi a gravidade das condenações, mas o tempo de resposta da Justiça Eleitoral.

O calendário explica a distorção. As convenções partidárias ocorrem entre 20 de julho e 5 de agosto; o prazo para o registro de candidatura vai até 15 de agosto; e a campanha eleitoral começa no dia seguinte. Registro e campanha, portanto, correm juntos. Além disso, o art. 16-A da Lei das Eleições permite que o candidato com registro impugnado faça campanha, ocupe a propaganda gratuita e tenha o nome na urna enquanto recorre de eventual decisão que negue o registro.

A própria lei determina que todos os registros estejam julgados até 20 dias antes do pleito, mas a realidade tem mostrado que esse prazo não é cumprido e o resultado é um eleitor que vota no escuro.

Há um risco ainda mais grave: o modelo atual abre espaço para a má-fé. O candidato sabidamente inelegível, ou o partido que o lança, pode apostar na lentidão dos processos e no volume de demandas que se acumulam durante o período eleitoral para se manter no jogo até o fim. A candidatura deixa de ser um projeto e vira estratégia: atrair votos que nunca serão contados, dividir o eleitorado, forçar ou impedir um segundo turno. O eleitor não é apenas confundido; é completamente enganado. E quem lucra com a confusão raramente paga por ela.

O legislador até criou um instrumento para antecipar essa discussão: o Requerimento de Declaração de Elegibilidade (RDE), previsto na Lei Complementar 219/2025 e regulamentado pelo TSE em março de 2026. Mas o RDE é facultativo, depende da anuência do partido e perdeu o efeito vinculante na regulamentação final. Quem mais precisaria dele é justamente quem menos tem interesse em usá-lo. Sem ser obrigatório para quem carrega condenação colegiada, ou ao menos condição para fazer campanha sub judice, tende a virar letra morta.

Imagine-se uma maratona. Nenhum atleta tem a inscrição pendente de análise no momento em que o tiro de largada é disparado, muito menos cruza a linha de chegada para só então descobrir se ela era válida. A inscrição é prévia: quando a prova começa, todos os atletas estão confirmados, com as taxas pagas, as declarações preenchidas e nenhuma pendência. A eleição merece a mesma lógica.

Uma proposta a ser analisada é transformar o registro de candidatura em fase prévia ao período eleitoral. Logo após as convenções, abre-se o prazo de registro. Em seguida, a Justiça Eleitoral julga os pedidos, com as impugnações e os recursos cabíveis. Só então é dada a largada da campanha, com todos os registros julgados.

Na prática, exigiria antecipar as convenções em algumas semanas, sem alongar a campanha em si. O ganho seria enorme. Todos os competidores largariam em igualdade de condições. O dinheiro público do fundo eleitoral deixaria de financiar candidaturas que jamais poderiam vencer ou sequer competir. E o eleitor terá a certeza de que seu voto será efetivamente contado.

A Justiça Eleitoral não pode tolerar que o eleitor descubra, só depois das eleições, quem de fato podia ser eleito. É preciso garantir que, antes de votar, todos saibam quais candidaturas são válidas. Uma candidatura que nasce inviável consome dinheiro público, tempo de tela e esperança de gente comum, e devolve apenas um resultado em disputa. Numa maratona, ninguém cruza a linha de chegada para descobrir que a prova não valeu. Na eleição, que o voto de cada cidadão chegue à urna com a mesma certeza: válido na largada, válido na chegada.

Visão do Direito



Ivaldo Lemos Júnior

Procurador de Justiça do MPDFT

Pela validade jurídica das promessas de campanha eleitoral

A presente proposta não é fruto improvisado das eleições gerais que acabaram de se encerrar. O assunto me vem atormentando desde o pleito após o regime militar, que foi o primeiro do qual participei, ao lado de milhões de compatriotas. O derradeiro sufrágio havia ocorrido em 1960, de modo que o cidadão teria de ter quase 50 anos em 1989 para já ter votado alguma vez na vida. Eu tinha 18.

Todos sabem, o vencedor foi Fernando Collor. Ele era jovem e desconhecido, mas conseguiu encarnar a maior qualidade que o país buscava naquele momento: a novidade. O Brasil queria algo diferente, que virasse a página da história — o que vinha ocorrendo, gradualmente, com a anistia, as Diretas Já e a Constituição — e fosse o oposto de generais monótonos e carrancudos, e até de políticos vetustos como Dr. Ulysses ou Aureliano Chaves. Collor era o futuro: audacioso, dinâmico, fogoso, boa pinta.

No dia seguinte ao da posse, o governo federal anunciou uma medida que chamou de "bloqueio de liquidez", mas que ficou conhecida como "confisco da poupança". Esta expressão não é perfeita, dinheiro algum foi confiscado, mas ficou retido, sem que os titulares das contas bancárias (os seja, seus donos) pudessem movimentá-lo a partir de certo limite, que era modesto. É verdade que a inflação galopava na estratosfera e algo precisava ser feito com urgência e dureza, mas a iniciativa foi demasiado agressiva em termos de negócios, contratos, casamentos, cirurgias, viagens, despesas do dia a dia.

Sobretudo, o pacote econômico não foi anunciado durante a campanha, nem sequer insinuado. Talvez com raras exceções, todos foram pegos de surpresa. Eis o ponto: escrutínio não pode ser uma caixinha de surpresas e sim um instrumento de previsibilidade e segurança na experiência da vida pública.

Se o candidato ao Executivo disser que vai fazer alguma coisa, ele deve ser obrigado a fazer — ou ao menos tentar. Se disser que não vai fazer, é obrigado a não fazer. Se nada disser, deve ser obrigado a dizer. Uma função mais relevante da Justiça Eleitoral consistiria na apreciação dos programas dos postulantes, providenciar sabatinas, quantas fossem necessárias, com consultores especializados nas mais diversas áreas (tributação, orçamento, transportes, tecnologia etc.) a fim de que esclarecimentos minuciosos fossem prestados, sem gritos, sem blefes, sem discursos ocos e enviesados ideologicamente. Os candidatos poderiam levar assessores, pedir prazo para oferecer complementos e adaptações. Tudo seria público, registrado em áudio, vídeo e ata, e o mais importante, teria vinculação jurídica no curso da investidura.

Hipóteses de obscuridade, erro ou contradição poderia ser objeto de explicações, sob pena de o Tribunal homologar o plano com a restrição de que os itens x e y são inconsistentes (ou, em um nível mais avançado, não homologar), em um estilo parecido com os tribunais de contas que aprovam as prestações com ressalvas. Ou então como embargos de declaração no direito processual. Os canais de comunicação fariam os debates que quisessem, mas a arguição por excelência seria a autêntica, perante a Justiça Eleitoral, uma de cada vez.

Sem querer incorrer em utopias ou ingenuidades mas, se assim não for, as palavras valem tão pouco que não valem é nada. As campanhas não podem ser uma encenação que premiam quem mente mais, quem manipula mais, quem consegue insultar melhor, quem faz mais rivais cometerem gafes, em uma espiral de hostilidades que se multiplica nas ruas e nas redes sociais. Nessas bases, o certame tem nula dimensão intelectual, moral e legal. A noção de "discutir propostas" vaga no terreno do ridículo, da bisbilhotice (na diferença entre "studiositas" e "curiositas", na linguagem tomista), do absurdo. Se Collor baixasse o "confisco da poupança" ou "bloqueio de liquidez", como preferir, tendo anunciado às claras que o faria assim que ganhasse nas urnas, isso é democracia. Se não, é um arremedo de democracia, uma paródia, uma corrupção.

Visão do Direito



Juliana Raffo
Sócia da área cível do Briganti Advogados

Engenharia social, bancos e aplicativos de mensagem: a nova fronteira da responsabilidade civil

Os golpes de engenharia social ganharam complexidade deixaram de ser eventos isolados ou de menor risco financeiro, e passaram a representar um risco sistêmico para empresas, e empresários, por estarem amparadas, não necessariamente, na invasão de sistemas e vazamento de informações, mas explorando confiança, urgência e aparência de legitimidade.

Dois golpes mais comuns têm sido recorrentes de defesa dos empresários nos escritórios de advocacia, o chamado "golpe do falso advogado" e o do "falso gerente" ou da "falsa central".

No primeiro, criminosos utilizam dados públicos de processos judiciais, imagens de profissionais, linguagem jurídica e aplicativos de mensagem para convencer vítimas a transferir valores sob a falsa promessa de liberação judicial. Nas outras modalidades, falsos atendentes bancários simulam áreas de segurança e induzem a vítima a fornecer dados, autorizar operações ou permanecer em linha enquanto terceiros movimentam recursos, simulando o contato de um profissional que se anuncia como integrante da segurança bancária e alerta para movimentações suspeitas.

Com o fluxo de transações e limites existentes nas empresas, os cuidados e a análise devem distinguir operações efetivamente autorizadas sob engano daquelas executadas sem autorização, investigando também eventuais alterações prévias de limites e favorecidos.

De forma geral, há três responsabilidades que cabem analisar em situações como essa, para identificar se a parte prejudicada pode se valer de uma ação indenizatória, quais seja, a responsabilidade do banco detentor dos valores (de onde sai o dinheiro), dos bancos destinos, ou seja, de onde estão as contas fraudulentas e, por fim, das próprias plataformas de mensagem.

Com relação aos bancos, discute-se não a obrigação de impedir toda abordagem criminosa, mas a falha concreta em detectar e interromper operações suspeitas, ou até as evidências de que os criminosos somente conseguem convencer as vítimas por estarem na posse de informações bancárias sigilosas. Também cabe investigar os controles cadastrais das contas receptoras, sob pena de estarem sendo utilizadas como ferramenta para aplicação de conduta fraudulenta.

Quanto aos aplicativos de mensagem, especialmente quando perfis falsos utilizam nome, imagem, número profissional ou dados de terceiros, a discussão envolve dever de segurança, dever de cooperação e eficácia dos canais de denúncia. Também não parece suficiente tratar esses episódios como meros acidentes individuais.

A escala das ocorrências, o uso de dados reais e a repetição de roteiros fraudulentos indicam uma vulnerabilidade previsível da economia digital e das plataformas, o que demanda uma resposta jurídica equilibrada: não se pode transformar bancos e plataformas em seguradores universais de todo comportamento fraudulento, mas, tampouco, se pode admitir que fornecedores altamente lucrativos transfiram integralmente ao usuário o custo de riscos que integram seu próprio modelo de negócio.

Na avaliação de diversos casos milionários de golpes que têm chegado ao Briganti Advogados, o êxito em obter a indenização tem se centrado na prova do nexo causal: alertas ignorados, canais ineficazes, uso de contas laranja, transações incompatíveis com o perfil do cliente, demora no bloqueio, falta de preservação de logs ou manutenção de perfis fraudulentos após notificação. No ano de 2026, um volume financeiro aproximado de 6 milhões de reais em golpes foi judicializado pelo escritório em demandas indenizatórias propostas a favor das empresas vítimas.

Para empresas e empresários, diante do dano, a reação jurídica deve ser rápida, com boletim de ocorrência, comunicação às instituições envolvidas, pedido de bloqueio, preservação de dados e avaliação estratégica dos réus. Cabe, sem prejuízo, um trabalho de conscientização e treinamento das equipes financeiras das empresas, para que estejam mais alertas no dia a dia das transações, como forma preventiva da ocorrência das fraudes.

A engenharia social desses golpes é compatível com as estruturas empresariais mais desenvolvidas, e a fronteira da responsabilidade civil, hoje, está em exigir que bancos e aplicativos assumam o ônus de prevenir, detectar e interromper fraudes que já deixaram de ser excepcionais para se tornarem previsíveis, sem privilegiar, de outro lado, usuários e correntistas que sejam descuidados com seus padrões de segurança.

Visão do Direito



Valdilene Ângela Rabelo Balbino
Professora de direito do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF)

Fim da escala 6x1 amplia debate sobre direitos e desafios

O debate sobre o fim da escala 6x1 tem ganhado destaque no cenário trabalhista brasileiro, trazendo à tona questões relacionadas à qualidade de vida dos trabalhadores, à dignidade humana e à organização das atividades empresariais.

O modelo tradicional, caracterizado por seis dias de trabalho para um dia de descanso, é questionado diante da necessidade de garantir maior equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

A ampliação do período de descanso pode contribuir para a saúde física e mental dos empregados, favorecer o convívio familiar e proporcionar mais tempo para o lazer, os estudos e a qualificação profissional.

Sob a perspectiva constitucional, a discussão relaciona-se aos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, especialmente à limitação da jornada, ao repouso semanal remunerado, à saúde e à dignidade da pessoa humana.

Entretanto, a mudança também apresenta desafios significativos para as empresas. Entre os principais estão a reorganização das escalas, a redistribuição das tarefas, a necessidade de novas contratações e o possível aumento dos custos operacionais. Setores que funcionam continuamente, como comércio, hospitais, restaurantes, hotelaria e transporte, precisarão planejar cuidadosamente suas equipes para manter a prestação dos serviços sem comprometer a qualidade do atendimento.

Outro aspecto relevante é a necessidade de adequação dos controles de jornada, dos sistemas de compensação de horas e dos instrumentos coletivos. As empresas deverão observar as normas legais aplicáveis, respeitando os limites de duração do trabalho e os períodos de descanso.

Nesse cenário, o planejamento preventivo e a assessoria jurídica trabalhista tornam-se importantes para reduzir riscos de passivos trabalhistas e garantir segurança jurídica nas relações de emprego.

Já a redução da jornada não deve ser compreendida apenas como um custo adicional para os empregadores. Trabalhadores com melhores condições de descanso podem apresentar maior disposição, concentração e motivação, fatores que contribuem para um ambiente organizacional mais saudável. Embora os resultados dependam das características de cada atividade, a valorização do trabalhador pode integrar uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, o principal desafio consiste em conciliar a proteção dos direitos trabalhistas com a sustentabilidade econômica das empresas. A transição exige diálogo entre empregadores, trabalhadores, sindicatos e poder público, além de planejamento e soluções adequadas às particularidades de cada setor.

Portanto, o debate sobre o fim da escala 6x1 representa uma oportunidade de repensar a organização do trabalho no Brasil. O desenvolvimento econômico não deve ser avaliado exclusivamente pelos resultados financeiros, mas também pelas condições em que o trabalho é realizado e pelos efeitos sobre a vida dos trabalhadores.

Garantir mais tempo para descansar, conviver com a família e desenvolver projetos pessoais não significa desvalorizar a produtividade, mas reconhecer que o trabalho deve servir à vida, e não consumi-la integralmente. O desafio é construir um modelo equilibrado, no qual a dignidade humana, a eficiência empresarial e a segurança jurídica caminhem juntas.

Visão do Direito



Marcelo Almeida
Especialista em direito penal e direito militar

Auxílio-reclusão e crime organizado: os limites jurídicos da nova lei

A sanção da Lei 15.358/2026, conhecida como Lei Antifacção, trouxe mudanças para o enfrentamento do crime organizado no Brasil e reacendeu o debate sobre os efeitos das medidas de segurança pública sobre os dependentes de pessoas presas. Entre as disposições da nova legislação está a restrição ao pagamento do auxílio-reclusão em situações específicas relacionadas aos crimes nela previstos. A mudança exige uma análise que considere tanto os objetivos da política criminal quanto as regras que disciplinam a concessão do benefício previdenciário.

O debate público sobre o tema ganhou força diante das declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a respeito das consequências dos crimes praticados por pessoas ligadas a organizações criminosas. Entretanto, para compreender o alcance da medida, é necessário separar o posicionamento político sobre a responsabilidade familiar dos efeitos concretos estabelecidos pela legislação. O texto legal determina em quais situações o benefício não pode ser concedido, e sua aplicação deve respeitar os limites previstos na norma.

O auxílio-reclusão é um benefício previdenciário destinado aos dependentes de segurados de baixa renda que preencham os requisitos legais. Portanto, não se trata de um pagamento feito diretamente à pessoa encarcerada, mas de uma prestação voltada aos dependentes que atendam às condições exigidas pela legislação previdenciária. Essa distinção é essencial para compreender a controvérsia, já que a pessoa que recebe o benefício não é, necessariamente, responsável pelo crime que levou o segurado à prisão.

A nova regra estabelece uma restrição vinculada a determinadas situações criminais previstas na Lei Antifacção. Isso significa que a mudança não deve ser interpretada como uma extinção geral do auxílio-reclusão para todos os dependentes de pessoas presas.

O enquadramento jurídico do caso concreto e a observância dos requisitos legais são fundamentais para determinar se a vedação se aplica.

Sob a perspectiva do direito penal, a medida integra um conjunto mais amplo de iniciativas voltadas ao combate às organizações criminosas ultraviolentas, aos grupos paramilitares e às milícias privadas. O Estado dispõe de instrumentos legais para investigar, processar e punir condutas criminosas, respeitando as garantias constitucionais e os procedimentos previstos no ordenamento jurídico. A discussão sobre o auxílio-reclusão, contudo, também alcança o direito previdenciário, pois envolve as condições para a concessão de um benefício aos dependentes do segurado.

Um dos pontos centrais dessa discussão é a diferença entre a responsabilização criminal individual e os efeitos que uma norma pode produzir sobre terceiros. A responsabilização penal deve observar a conduta atribuída a cada pessoa, enquanto a concessão de benefícios previdenciários segue critérios próprios. Por isso, a análise da restrição exige atenção à finalidade da lei, às hipóteses expressamente previstas e às consequências práticas de sua aplicação.

Também é importante evitar interpretações generalizadas de que todos os familiares de pessoas envolvidas com o crime organizado perderão automaticamente o direito ao benefício. A legislação estabelece situações específicas, que precisam ser examinadas conforme o enquadramento jurídico correspondente. A divulgação correta dessas informações contribui para que a população compreenda a diferença entre uma mudança pontual nas regras e a eliminação de um direito em todas as circunstâncias.

Do ponto de vista da política criminal, a restrição pode ser analisada dentro do debate sobre os instrumentos utilizados pelo poder público para enfrentar organizações criminosas. A efetividade dessas medidas depende não apenas da previsão legal, mas também da aplicação adequada pelas autoridades competentes, da segurança jurídica e da clareza dos critérios utilizados. Ao mesmo tempo, as consequências previdenciárias devem ser compreendidas à luz das normas que regulam o benefício e dos direitos dos dependentes.

A discussão sobre o auxílio-reclusão demonstra como medidas de combate ao crime podem repercutir em diferentes áreas do direito. Para avaliar a nova regra, é necessário considerar o texto legal, as circunstâncias em que a vedação se aplica e a distinção entre a punição do responsável pelo delito e os efeitos jurídicos que alcançam seus dependentes. Mais do que resumir a mudança à ideia de corte do benefício, compreender seus limites é essencial para um debate público informado sobre segurança, responsabilidade e legislação.

Visão do Direito



Fabrício Medeiros
Professor da Fundação Getulio Vargas (FGV), especialista em vendas, negociação e liderança

Demissão por ideologia: quando a paixão política assalta o caixa da empresa

Misturar ideologia partidária com a gestão de negócios nunca foi uma boa estratégia. Mas demitir colaboradores por causa do voto recebido nas urnas ultrapassa a irracionalidade, é uma verdadeira sabotagem ao próprio caixa.

O segundo turno acabou, mas o ressentimento continua alimentando atitudes inconsequentes no meio corporativo. O reflexo não é apenas moral, é jurídico. O Ministério Público do Trabalho registrou centenas de denúncias de assédio eleitoral em um único dia logo após as eleições.

No entanto, o que mais assusta nesse fenômeno não é apenas o risco trabalhista, é o completo analfabetismo econômico de quem toma essa decisão.

Estamos no olho do furacão do varejo. A Black Friday de 2026 deve movimentar R$ 13,3 bilhões no e-commerce brasileiro, um salto de 20,7%, demandando a circulação de quase 70 milhões de produtos em apenas quatro dias. Logo em seguida, vem o Natal.

Para transformar esse volume brutal de demanda em faturamento real, as empresas precisam de operação de alta performance: vendedores afiados, logística sem gargalos, gerentes alinhados e atendimento ágil.

É exatamente no momento em que o mercado exige força máxima que alguns empresários decidem rasgar dinheiro, abrindo mão de talentos treinados para fazer 'vingança política.'

Quem demite por birra eleitoral esquece a conta elementar do mundo corporativo. O custo visível: a conta rescisória, verbas trabalhistas e potenciais indenizações por assédio e discriminação. O custo invisível: O rombo do recrutamento emergencial, a curva de aprendizado do substituto e a perda imediata de produtividade em pico de vendas.

Nenhuma planilha de metas tem uma linha reservada para o 'custo do ego.'

Ninguém vende mais porque o vendedor votou no mesmo candidato do dono. Clientes não compram convicção partidária; compram solução, eficiência e bom atendimento. Equipes de alta performance não são formadas por cópias ideológicas do líder, mas por profissionais capazes de entregar resultados sob pressão.

A urna já fechou. As contas da sua empresa, não.

O papel de um verdadeiro líder não é converter o CNPJ em um comitê partidário, mas garantir a perpetuidade e a rentabilidade do negócio. É hora de engolir a frustração das urnas, desligar a paixão e voltar a fazer o que um empresário deve fazer de melhor, que é vender e gerar valor.

Visão do Direito



Tiago Lopes Dionísio
Advogado inscrito na OAB/DF. Atua no setor cível do escritório Ferraz dos Passos Advocacia e Consultoria. É pós-graduado em direito processual civil

Airbnb redefine obrigações nas locações por temporada

A partir de 20 de novembro, o Airbnb passará a aplicar uma política que restringe as tarefas que anfitriões podem exigir dos hóspedes antes do check-out. A regra, válida para reservas realizadas a partir dessa data, impede, em geral, exigências que demandem esforço ou tempo significativo ou que normalmente seriam executadas por profissionais de limpeza, como retirar roupas de cama, lavar e guardar louças e levar o lixo para fora do imóvel.

As regras da casa e as solicitações de saída deverão constar do espaço específico do anúncio, sem que o anfitrião possa acrescentar novas exigências por mensagens, avisos no imóvel ou outros meios depois da reserva. A política também proíbe que o anfitrião imponha multas ou outras penalidades próprias pelo descumprimento dessas regras, embora a plataforma possa adotar medidas contra violações de suas condições de uso.

As condições estabelecidas pelo Airbnb disciplinam a utilização da plataforma e podem fundamentar medidas internas contra anfitriões que as descumpram, mas não substituem as normas legais aplicáveis ao contrato celebrado. A locação por temporada, prevista nos artigos 48 a 50 da Lei 8.245/1991, tem disciplina própria, enquanto outras modalidades de hospedagem podem apresentar características contratuais distintas.

A relação entre o Airbnb e seus usuários deve ser examinada conforme os serviços efetivamente prestados e os requisitos da legislação consumerista. Já a relação direta entre anfitrião e hóspede exige verificar se o proprietário atua como fornecedor de serviços ou se a contratação corresponde a uma locação submetida predominantemente à legislação civil e locatícia. A utilização de uma plataforma não transforma, por si só, todas essas relações em uma única relação de consumo.

Quando aplicável, o CDC impõe deveres de informação e transparência, pois os artigos 6º, inciso III, 30 e 31 asseguram informações claras sobre as condições da contratação e vinculam o fornecedor à oferta suficientemente precisa. O artigo 46 impede que o consumidor seja obrigado por disposições contratuais cujo conteúdo não tenha tido oportunidade de conhecer previamente ou cuja redação dificulte a compreensão. Assim, exigências relativas à limpeza, à conservação do imóvel e à devolução das chaves precisam ser apresentadas de maneira clara antes da reserva, sem alterações unilaterais posteriores que ampliem as obrigações inicialmente assumidas.

Em outro aspecto, a cobrança da taxa de limpeza não é, por si só, abusiva, pois pode remunerar a preparação ordinária do imóvel entre estadias, incluindo serviços como lavagem de roupas de cama, aspiração e higienização dos ambientes. O problema surge quando o custo não é informado previamente ou quando as tarefas exigidas do hóspede contradizem as condições anunciadas e transferem a ele atividades que deveriam integrar o serviço de limpeza contratado. A política do Airbnb determina que as taxas relativas a itens anunciados sejam incorporadas ao preço exibido no momento da reserva, ressalvadas as condições previstas para serviços opcionais.

O pagamento da taxa não dispensa o hóspede de utilizar o imóvel adequadamente e de devolvê-lo sem sujeira excessiva ou danos que ultrapassem o desgaste normal. A própria plataforma distingue a limpeza ordinária entre reservas das situações que exigem limpeza extraordinária, como louças com mofo, manchas ou sujeira incomum. Por outro lado, o dever de conservação não pode servir de justificativa para transferir ao hóspede tarefas profissionais que a política proíbe exigir. A análise deve considerar o estado do imóvel na entrada e na saída, as condições contratadas e a extensão de eventual sujeira ou dano.

A proibição de multas impostas pelo anfitrião não elimina a possibilidade de cobrar prejuízos efetivamente causados pelo hóspede. Se houver dano ao imóvel, desaparecimento de bens ou despesa extraordinária de limpeza atribuível à conduta do ocupante, o ressarcimento poderá ser buscado mediante demonstração do prejuízo e de sua relação com o fato ocorrido. Nas relações de consumo, o artigo 51, inciso IV, do CDC também impede cláusulas que imponham obrigações abusivas ou coloquem o consumidor em desvantagem exagerada. Não se deve confundir, portanto, uma penalidade unilateral por descumprimento de uma tarefa com a reparação de um dano comprovado.

O Airbnb prevê mecanismos próprios para tratar pedidos de ressarcimento, inclusive por meio do AirCover para anfitriões e dos procedimentos de resolução de problemas da plataforma. Esses mecanismos organizam a análise das reclamações no serviço, mas não afastam automaticamente os direitos e deveres previstos na legislação brasileira. Para fundamentar uma cobrança, é importante documentar as condições do imóvel, registrar o dano ou a sujeira extraordinária e apresentar comprovantes dos gastos, permitindo que a responsabilidade seja avaliada com base em elementos objetivos.

Para proprietários e administradores, a mudança recomenda a revisão dos anúncios, das instruções de check-out, da formação dos preços e dos procedimentos de ressarcimento. É necessário separar as solicitações simples de conservação das tarefas de limpeza profissional e definir critérios claros para identificar situações extraordinárias. Os hóspedes, por sua vez, devem observar as regras válidas que tenham sido informadas antes da contratação e responder pelos danos que efetivamente causarem. A clareza das condições reduz conflitos e facilita a apuração de responsabilidades.

A autonomia contratual permite estabelecer regras razoáveis para o uso e a conservação do imóvel, mas não autoriza a imposição de obrigações incompatíveis com a oferta, alterações unilaterais ou penalidades sem fundamento válido. A nova política do Airbnb reforça a importância de informar previamente as condições da estadia e distinguir o dever de conservar o imóvel da obrigação de executar serviços de limpeza. Para o mercado de locação por temporada, contratos e anúncios claros são instrumentos de prevenção de litígios e de distribuição adequada das responsabilidades entre as partes.



Danielle Casanova
Advogada associada em compliance e governança corporativa do Salles Nogueira Advogados

Consultório Jurídico

Reputação empresarial na era digital: até onde vai o direito de reclamar e o dever de moderar?

Uma reclamação publicada na internet pode alcançar milhares de pessoas e afetar diretamente a imagem de uma empresa. Plataformas como o Reclame Aqui dão voz ao consumidor e aumentam a transparência nas relações de consumo, mas também levantam uma dúvida: quando a crítica passa do limite, a plataforma pode ser responsabilizada?

Em setembro de 2026, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), por ocasião do julgamento do REsp 2.225.111/SP, enfrentou o tema. A Corte entendeu que o Reclame Aqui não responde automaticamente pelo conteúdo das reclamações feitas por consumidores. Nos termos do art. 19 do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), o provedor pode ser responsabilizado por danos decorrentes de conteúdo de terceiros quando, após ordem judicial específica, deixa de adotar as providências necessárias para tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente. Para o STJ, exigir que o site confirme previamente a veracidade de cada reclamação poderia levar à censura e comprometer a finalidade do serviço, que é, justamente, permitir a troca de informações entre consumidores.

No caso analisado, a Corte Superior também ressaltou que não havia indicação de que a empresa tivesse solicitado previamente a remoção do conteúdo pelos canais da plataforma, que dispunha de direito de resposta no próprio site.

A decisão, porém, não concede imunidade total. O STJ reforçou que a plataforma pode ser responsabilizada por condutas próprias, como falhas no sistema, moderação deficiente, associação errada de reclamações a uma empresa, divulgação indevida de dados pessoais ou descumprimento de ordem judicial. Não basta a mera existência de uma reclamação negativa, é preciso examinar o que a plataforma fez ou deixou de fazer.

As empresas devem evitar respostas impulsivas e pedidos de remoção em massa. O ideal é ter um protocolo interno para registrar as reclamações, guardar provas, verificar os fatos e responder de forma objetiva e respeitosa. Se houver sinais concretos de abuso ou ilegalidade, é preciso documentar os fundamentos, usar os canais de moderação da plataforma e, com apoio jurídico, avaliar medidas extrajudiciais ou judiciais a serem adotadas. Proteger a reputação não é eliminar toda e qualquer crítica, mas saber distinguir a insatisfação legítima do abuso; e, sobretudo, agir com proporção e embasamento jurídico. O desafio é equilibrar o direito de se manifestar com a proteção da honra e da imagem da empresa, e isso começa por uma gestão reputacional cuidadosa e responsável.

DIÁRIOS ASSOCIADOS | **Diretora de Redação:** Ana Dubeux; **Edição:** Ana Maria Campos; **Repórter**: Maria Eduarda Lavocat; **Diagramação:** Arthur Filho; **Arte e Ilustrações:** Kleber Sales

CORREIO BRAZILIENSE

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira, 5 de novembro de 2026

Para anunciar ▸ 3342-1000

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA
2 IMÓVEIS ALUGUEL
3 VEÍCULOS
4 CASA & SERVIÇOS
5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES
6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1 IMÓVEIS COMPRA E VENDA

1.1 Apart Hotel
1.2 Apartamentos
1.3 Casas
1.4 Lojas e Salas
1.5 Lotes, Áreas e Galpões
1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Express and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários,despachante,Departamentojurídico.Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíite, 1 vaga 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
R 03 Lux Home Boulevard 2 e 3qtos coberturas 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
R 36 Ouro Branco VI 2 e 3qtos pronto p/morar. Alto padrão 99557-8243

ACHEI IMÓVEIS DF
R 36 Ouro Branco VI 2 e 3qtos pronto p/morar. Alto padrão 99557-8243

1.2 ÁGUAS CLARAS

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
R 24 Sul Unite 3 suítes pronto p/;morar 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE

QUITINETES

PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui:lugarcerto.com.br

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

1.2 ASA SUL

ASA SUL

2 QUARTOS



J RIBEIRO VENDE
208 BLOCO K apto reformadíssimo 2qts ste c/ closet cj5211 33223443

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

****PARTICULAR****
SQS 312, 4 qtos, 4 suítes, DCE, reformado, mobiliado, ár. priv. 339,53 m², 2gar, 6199985-8313

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QE 48 3q lazer compl sinal 50mil 99557-8243

QI 23 Guará Nobre 3qts garagem elevador desocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

1.2 GUARÁ

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SAMAMBAIA

2 QUARTOS



TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

1.2 SUDOESTE

SUDOESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada , garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

TAGUATINGA

3 QUARTOS

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários,despachante,Departamentojurídico.Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

1.3 CASAS

ÁGUAS CLARAS

4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

CRUZEIRO

4 OU MAIS QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QD 12 vdo cs 5 stes quintal c/churrasq. e banh. ávaga p/ 4 carros. 99418-8477 cj21694

GAMA

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

1.3 NÚCLEO BANDEIRANTE

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qtos 1suite 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários,despachante,Departamentojurídico.Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 SUDOESTE

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. › tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. › tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitacion al V.Pires , localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE

SMHN Ed Crispim Nova 34m² Nascente andar alto phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

1.4 SUDOESTE

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

GUARÁ

SR. IMÓVEIS CJ 9417

QI 08 Oportunidade ! R$ 1.250.000,00 Lotes de 400 metros , contrói três vezes, residencial e comercial Contato: 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

REGINA NEVES CONSULTORA IMOBILIÁRIA CRECI 19395
OS MELHORES IMOVEIS DE GOIÂNIA

QUER MORAR OU INVESTIR EM GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES OPÇÕES PRA VOCÊ!
(62) 98280-1111

PARA CADA MOMENTO DA VIDA EXISTE UM LUGAR CERTO

Acesse e encontre o seu.



+ de 200 mil ofertas

LUGARCERTO.COM.BR
O portal de imóveis para quem quer comprar ou alugar.

CONFIRA TAMBÉM OFERTAS NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE.

lugarcerto .com.br
CORREIO BRAZILIENSE
Você à frente de tudo

1.6 DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

VENDO CHÁCARA
CORUMBÁ IV 20.984 m2 quit cs poço artesiano energia solar, frutíferas, tanque peixe 345 mil. Ac imóvel no DF/ carro (61) 9 8621-4352

VENDO CHÁCARA
CORUMBÁ IV 20.984 m2 quit cs poço artesiano energia solar, frutíferas, tanque peixe 345 mil. Ac imóvel no DF/ carro (61) 9 8621-4352

2 IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel
2.2 Apartamentos
2.3 Casas
2.4 Lojas e Salas
2.5 Lotes, Áreas e Galpões
2.6 Quartos e Pensões
2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ASA NORTE

3 QUARTOS

STN SOF Norte Qd 02 Bl B lt 13 ap 101 al ap 3q ref a.emb sl cz wc $ 1.400 991577766 c9495

STN SOF Norte Qd 02 Bl B lt 13 ap 101 al ap 3q ref a.emb sl cz wc $ 1.400 991577766 c9495

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.2 SUDOESTE

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
LUGARCERTO.COM.BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

TAGUATINGA

2 QUARTOS

QSE 19 AE 11 TAG SUL
COND Varandas do Parque Alugo apto 2qts suite arms, wc social, sala 2 ambts, varanda gourmet , porcelanato, coz americana, ár/serv , garagem, pisc churrasq. Qd poliesportiva etc Whatsapp: (61) 98127-1580

QSE 19 AE 11 TAG SUL
COND Varandas do Parque Alugo apto 2qts suite arms, wc social, sala 2 ambts, varanda gourmet , porcelanato, coz americana, ár/serv , garagem, pisc churrasq. Qd poliesportiva etc Whatsapp: (61) 98127-1580

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su çite Tr: 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 ASA NORTE

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS CJ 9417

SCLRN 713 Bl A Loja de frente W3 com térreo e subsolo, 120 metros. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS CJ 9417

SCRN 704 Norte c/ 3 pavimentos subsolo térreo e primeiro andar c/ 200m2 de parea de frente para W3 Tr. 99109-6160 SR Imóveis cj9417

ASA SUL

SR. IMÓVEIS CJ 9417

SCRS 513 Loja c/ 200 metros, sendo 100 metros de térreo e 100 de subsolo, de frente W3 Sul Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3 VEÍCULOS

3.1 Automóveis
3.2 Caminhonetes e Utilitários
3.3 Caminhões
3.4 Motos
3.5 Outros Veículos
3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

AUTOCRED
Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi flex S-tronic revisada ún. dono 99288-9231

CHERY

AUTOCRED
TIGGO/22 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

3.1 VOLKS

VOLKS

AUTOCRED
VRUM.COM.BR Acesse nosso pátio e confira as melhores ofertas disponíveis para você!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

JEEP

AUTOCRED
RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

4 CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma
4.2 Moda, Vestuário e Beleza
4.3 Saúde
4.2 Comemorações, e Eventos
4.5 Serviços Profissionais
4.6 Som e Imagem
4.7 Diversos

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

ADVOCACIA

SOARES NETO
ASSESSORIA Jurídica em todo Brasil. E-mail: caetanojose1414@gmail.com (61) 99318-7858 (62) 99630-0702

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária
5.2 Comunicados, Mensagens e Editais
5.3 Infomática
5.4 Oportunidades
5.5 Pontos Comerciais
5.6 Telecomunicações
5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

PAI AKAYRAN
JOGA-SE BÚZIOS e trabalhos em geral. Aqui tiramos todas suas dúvidas com assertividade, e realizamos qualquer tipo de trabalho com segurança e resposta imediata. (61) 98160-2275

CODÓ DO MARANHÃO
A MÃE de Santo do Codó do Maranhão traz seu amor de volta arrastando em poucas horas, faz trabalhos , também p/ saúde , financeiro , tira vício de drogas, faz passar em concurso, resolve problemas de justiça, afasta rivais. Zap: (61) 99149-8430 Tenho milhares de testemunhos.

BENÇÃO ESPIRITUAL
DONA PERCILIA Renove sua vida , resolva seus problemas. Seu sofrimento tem solução. Trabalhamos c/ as forças e auxílio dos Espíritos de luz. Fazemos e desfazemos qualquer tipo de trabalho, Amarração p/ o Amor. Abertura de caminhos, Proteção Espiritual, União de Casais, Afastamento de Rivais, Passes, rezas e benzimentos p/ Brigas, Separação, Vícios,Depressão,Ansiedade , Inveja, Dificuldades. Afasta quem te perturba, Frigidez sexual e p/Filhos Problemáticos. Búzios Cartas Tarot. QSA 07 casa 14 Taguatinga Sul, Rua Colégio Guiness 3971-2575 ou 98363-5506 (Zap)

5.7 TURISMO E LAZER

NEGÓCIOS

CLUBE

BRASÍLIA COUNTRY CLUB
VENDO Título Patrimonial, quitado em dia, Documentação ok. Transferência imediata na Secretaria. Aceito proposta à vista. Tratar com o proprietário: 61 99981-2145

OUTROS

ACOMPANHANTE

LUANA LINDA LOIRA
ALTA E MAGRA Mass Anti-stress+Relax 1H Taguatinga 61 99230-2525

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego
6.2 Procura por Emprego
6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AJUDANTE MECÂNICO c/exp 1.700 + passag almoço 99903-3085

AJUDANTE MECÂNICO c/exp 1.700 + passag almoço 99903-3085

6.1 NIVEL BÁSICO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

COM EXPERIÊNCIA em limpeza. Salário +prêmio, +Vale Transporte, +Vale Alimentação. Enviar currículo para: rh@germana.com.br

HOTEL FAZENDA CLAT SELECIONA

AUXILIAR DE SERVIÇOS Gerais Interessados enviar currículo p/e-mail: clat@clat.com.br

CASEIRO Que saiba tirar leite Tratar: 61 3367-0108

CASEIRO PARA Serviços Gerais, p/morar, só casal . Tr. 99976-4334.

CONTRATA-SE

AUXILIAR DE COSTURA e Costureira c/ experiência em costura reta . Local: Lago Sul. Informações: (61) 99304-1563

DOMÉSTICA COM REFERÊNCIA que Saiba cozinhar, p/todo serviço. R$ 2.500. Apto Asa Sul (61) 99986-4935.

DOMÉSTICA

COM REFERÊNCIAS de segunda à sexta, das 8h às 15h., para serviços gerais e cozinha. Salário à combinar. Tratar: (61) 98100-0291.

6.1 NIVEL BÁSICO

DOMÉSTICA p/ família pequena. P/ todo serviço de seg. à sexta, caprichosa, saiba cozinhar. Não precisa dormir. 99977-0045 Asa Norte.

HOTEL FAZENDA CLAT SELECIONA

ENCARREGADO DE HOTELARIA Interessados enviar currículo p/e-mail: clat@clat.com.br

POLIDOR AUTOMOTIVO c/ experiência que saiba preparar. $3.000 +VT Tr: 61 99903-3085

CONTRATA-SE 1

VAQUEIRO Casado p/ Fazenda c/ experiência. Tr:(61) 99233-7557/ (61) 99939-4445

LANCHONETE CONTRATA - Vagas com iniciais a partir de R$12 por hora vários horários, em Sobradinho. Enviar CV para: sobr2010@gmail.com

MECÂNICO c/ Experiência 3.500 + Passagem e almoço Tr. 99903-3085

6.1 NÍVEL MÉDIO

NÍVEL MÉDIO

AUXILIAR DE ALMOXARIFE

PARA TRABALHAR em Indústria de alimentos em Samambaia. Salário, +prêmio, +Vale Transporte, +Vale Alimentação. Enviar currículo para: rh@germana.com.br

AUXILIAR DE PRODUÇÃO

10 VAGAS Para trabalhar em Industria de Alimentos em Samambaia. Não é necessário experiência. Salário, +prêmio, +Vale transporte + Vale alimentação. Enviar currículo para: rh@germana.com.br

CONTRATA-SE

COZINHEIRA , Atendente e Sushiman. Que seja pró-ativo. Local de trabalho em Taguatinga . Enviar CV para e-mail: curriculum.guara@gmail.com

GERENTE E CAMAREIRA p/ hotel contrata. Enviar currículo p/ hotellider.hotel@gmail.com ou 99318-7858.

6.1 NÍVEL MÉDIO

INSTALADOR

SEM EXPERIÊNCIA de cortinas e persianas, c/ CNH. Sal.R$ 1.680,00 + 500,00 AL + VT. CV p/: rh@sublimes.com.br

CONTRATA-SE

MOTOBOY PARA ENTREGA de Massa de Pastel. Salário R$ 1.750,67 + 30% periculosidade R$ 525,20 + produtividade 87,53 + refeição e passagem. Total R$ 2.964,40 CV p/: Whats (61) 98210-3807 ou japanfoods.df@gmail.com

CONTRATA-SE

COZINHEIRA , Atendente e Sushiman. Que seja pró-ativo. Local de trabalho em Taguatinga . Enviar CV para e-mail: curriculum.guara@gmail.com

---

SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
Contratação nº 329/2026

OBJETO: Fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia visando adequações de acessibilidade, rotas de fuga e sistemas de combate a incêndio dos Blocos 2 ao 20 do Senado Federal.
ABERTURA: 26/11/2026, às **09h30**, pelo sistema Compras.gov.br.
EDITAL E INFORMAÇÕES: www.senado.leg.br (Portal da Transparência do Senado Federal/Licitações e Contratos), **www.compras.gov.br** ou na COPEL, Bloco de Apoio 16, 1º andar, telefone (61) 3303-3036.

PAULA PARENTE CANTUÁRIA RAMOS
Pregoeira

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n. 220/2026

OBJETO: Aquisição de audioguias, dedicados e com capacidade de reprodução de, no mínimo, dez idiomas, e de conjunto de carregamento simultâneo de cem audioguias, em estação coletiva, novos e para primeiro uso, destinados à realização de visitas espontâneas à Câmara dos Deputados
DATA DA ABERTURA: 17/11/2026, às 10h.
EDITAL E INFORMAÇÕES: 14º andar do Edifício Anexo I - fone (61) 3216-4906, bem como nos endereços eletrônicos: www.camara.leg.br e www.gov.br/compras.

DANIEL DE SOUZA ANDRADE
Pregoeiro

SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
Contratação nº 324/2026

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de solução integrada de tecnologia da informação para o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle do Senado Federal, na modalidade de serviço em nuvem (Software as a Service - SaaS), juntamente com plano de sustentação (suporte técnico), migração de dados, integrações mínimas necessárias, customização do novo tema e, sob demanda, manutenção evolutiva e treinamentos respectivos para Instituto Legislativo Brasileiro do Senado Federal.
ABERTURA: 24/11/2026, às **09h30**, pelo sistema Compras.gov.br.
EDITAL E INFORMAÇÕES: www.senado.leg.br (Portal da Transparência do Senado Federal/Licitações e Contratos), **www.compras.gov.br** ou na COPEL, Bloco de Apoio 16, 1º andar, telefone (61) 3303-3036.

SUZANA MARTINS MENDES
Pregoeira

EDITAL
7º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

RICARDO RODRIGUES ALVES DOS SANTOS, titular do 7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, situado na Quadra 05, Área Reservada 01, Ed. Mirante da Serra, Loja 01, Sobradinho-DF, nos termos do art. 19, caput, da Lei federal nº 6.766/79, FAZ SABER aos que virem o presente EDITAL, ou dele tomarem conhecimento, que a URBANIZADORA PARANOAZINHO S/A, com sede nesta Capital, CNPJ nº 09.615.218/0001-25, depositou nesta Serventia, nos termos do art. 18 da Lei federal nº 6.766/79, o memorial do LOTEAMENTO urbano denominado **"VILA CENTRO SUL"**, com definição de 34 unidades imobiliárias, situado no Setor Habitacional Contagem, Região Administrativa de Sobradinho II, dentro do perímetro de uma gleba de terras na Fazenda Paranoazinho, objeto da matrícula nº 22.224 desta Serventia. A área a ser loteada, que totaliza 1,0141 hectares, confronta ao norte com a matrícula nº 22.224 e a ocupação denominada Vila Rosada; ao leste com a ocupação denominada Vila Verde e com a matrícula nº 22.224; ao oeste com a ocupação denominada Morada; e ao sul com via pública e com a ocupação denominada Bem Estar; e se encontra dentro dos seguintes limites: inicia-se a descrição desse perímetro no vértice P-01, de coordenadas E=195.665,2820 e N=8.267.982,8076; deste segue com as distâncias e azimutes de 19,816m e 158°45'34,9" até o vértice P-02=A0D-M-9011 de coordenadas E=195.672,4650 e N=8.267.964,3273; 118,098m e 245°22'49,8" até o vértice A0D-M-9010 de coordenadas E=195.565,0400 e N=8.267.915,1000; 13,576m e 245°22'49,8" até o vértice P-03 de coordenadas E=195.552,6912 e N=8.267.909,4412; 12,142m e 154°55'27,8" até o vértice P-04 de coordenadas E=195.557,8401 e N=8.267.898,4373; 11,975m e 155°53'47,8" até o vértice P-05 de coordenadas E=195.562,7332 e N=8.267.887,5004; 22,945m e 156°38'05,3" até o vértice P-06 de coordenadas E=195.571,8381 e N=8.267.866,4251; 13,470m e 155°53'35,9" até o vértice P-07 de coordenadas E=195.577,3429 e N=8.267.854,1228; 20,199m e 157°59'08,2" até o vértice P-08 de coordenadas E=195.584,9186 e N=8.267.835,3858; 8,162m e 157°59'09,2" até o vértice P-09 de coordenadas E=195.587,9799 e N=8.267.827,8142; 8,443m e 159°04'23,9" até o vértice P-10 de coordenadas E=195.590,9974 e N=8.267.819,9232; 16,852m e 156°21'06,1" até o vértice P-11 de coordenadas E=195.597,7611 e N=8.267.804,4772; 19,620m e 154°31'56" até o vértice P-12 de coordenadas E=195.606,2026 e N=8.267.786,7534; 27,091m e 156°42'48,6" até o vértice P-13 de coordenadas E=195.616,9187 e N=8.267.761,8548; 17,106m e 155°45'05,8" até o vértice P-14 de coordenadas E=195.623,9482 e N=8.267.746,2487; 4,940m e 193°03'21,6" até o vértice P-15 de coordenadas E=195.622,8315 e N=8.267.741,4332; 29,301m e 242°09'08,3" até o vértice P-16 de coordenadas E=195.596,9088 e N=8.267.727,7381; 27,905m e 334°52'59,9" até o vértice P-17 de coordenadas E=195.585,0571 e N=8.267.753,0196; 29,298m e 334°35'58,2" até o vértice P-18 de coordenadas E=195.572,4827 e N=8.267.779,5006; 35,120m e 334°18'19,4" até o vértice P-19 de coordenadas E=195.557,2466 e N=8.267.811,1665; 23,305m e 334°27'04,7" até o vértice P-20 de coordenadas E=195.547,1899 e N=8.267.832,2048; 8,042m e 334°00'39,6" até o vértice P-21 de coordenadas E=195.543,6640 e N=8.267.839,4375; 29,686m e 328°59'24,0" até o vértice P-22 de coordenadas E=195.528,3614 e N=8.267.864,8952; 10,783m e 326°01'29,6" até o vértice P-23 de coordenadas E=195.522,3319 e N=8.267.873,8427; 27,648m e 328°45'07,2" até o vértice P-24=P-01 de coordenadas E=195.507,9812 e N=8.267.897,4938; 0,196m e 37°15'19,1" até o vértice P-25 de coordenadas E=195.508,1000 e N=8.267.897,6500; 50,798m e 37°14'52,8" até o vértice P-26 de coordenadas E=195.538,8643 e N=8.267.938,1101; 11,131m e 153°44'28,3" até o vértice P-27 de coordenadas E=195.543,7917 e N=8.267.928,1222; 18,449m e 66°55'31,1" até o vértice P-28 de coordenadas E=195.560,7747 e N=8.267.935,3572; 24,251m e 66°55'32,2" até o vértice P-29 de coordenadas E=195.583,0982 e N=8.267.944,8672; 9,915m e 65°41'34,4" até o vértice P-30 de coordenadas E=195.592,1394 e N=8.267.948,9508; 0,757m e 335°47'55,7" até o vértice P-31 de coordenadas E=195.591,8287 e N=8.267.949,6421; 10,130m e 66°08'29,8" até o vértice P-32 de coordenadas E=195.601,0986 e N=8.267.953,7419; 15,367m e 65°16'39,7" até o vértice P-33 de coordenadas E=195.615,0654 e N=8.267.960,1725; 45,186m e 65°37'35,8" até o vértice P-34 de coordenadas E=195.656,2482 e N=8.267.978,8308; e 9,865m e 66°14'25,1" até o vértice P-01, ponto inicial da descrição, sendo que as coordenadas estão representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 45°WGr e georreferenciadas ao sistema SIRGAS2000. Ficam os documentos do citado memorial à disposição dos interessados. Aqueles que se sentirem prejudicados pelo registro do loteamento poderão impugná-lo fundamentadamente no prazo de quinze dias corridos, contados da terceira e última publicação deste edital, ao qual foi anexado desenho de localização da área. Findo o referido prazo sem impugnações, será feito imediatamente o registro. Dado e passado nesta Capital em 28 de outubro de 2026.

Ricardo Rodrigues Alves dos Santos
Oficial de Registro



LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL
REGISTRADORA
RAFAEL ARAUJO HORTA COSTA
HELDER PEREIRA DE CARVALHO
DEMERVAL SILVA CAIXETA JUNIOR
SUBSTITUTOS

2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2° Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, a COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, na qualidade de CREDORA FIDUCIÁRIA, pelos requerimentos de 23/07/2026 e 16/09/2026, requereram a este Serviço Registral a intimação de **GLAUCIA LOPES DE MATOS**, médica, e **AUGUSTO LACERDA DA SILVA**, declaram que convivem em união estável, desde 05/07/2018, nos termos do Artigo 1.723, do código civil brasileiro, **inscritos no CPF sob os nºs 891.193.121-72 e 019.246.234-20**, respectivamente, residentes e domiciliados nesta cidade, nos seguintes endereços: **1)** Casa nº 52, Quadra 06, Condomínio Parque Jardim das Paineiras, Jardim Botânico - SHJB; e, **2)** Lote nº 02, do Conjunto "D", da Quadra 03, da Avenida das Paineiras, do Setor Habitacional Jardim Botânico (SHJB), na qualidade de DEVEDORES FIDUCIANTES nos termos da Lei n° 9.514/1997, para que satisfaça o pagamento da importância de R$438.559,30 (quatrocentos e trinta e oito mil e quinhentos e cinqüenta e nove reais e trinta centavos), atualizada até o dia 02/11/2026, correspondente as prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária da escritura de compra e venda com alienação Fiduciária do Lote nº 02, do Conjunto "D", da Quadra 03, da Avenida das Paineiras, do Setor Habitacional Jardim Botânico (SHJB), nesta cidade, registrada sob o n° R.9 e R.10, na matrícula n° 96.386. Os Devedores Fiduciantes não foram localizados nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do DF. Desta forma, fica os DEVEDORES FIDUCIANTES, acima qualificados, CONSTITUÍDOS EM MORA E INTIMADOS, para que satisfaçam o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS – QUADRA 08 – BLOCO "B n° 60" – SALA 140C – "VENÂNCIO SHOPPING", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade do Lote nº 02, do Conjunto "D", da Quadra 03, da Avenida das Paineiras, do Setor Habitacional Jardim Botânico (SHJB), desta cidade, em nome da CREDORA FIDUCIÁRIA. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de outubro de 2026. LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL – OFICIAL.

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL
REGISTRADORA
RAFAEL ARAUJO HORTA COSTA
HELDER PEREIRA DE CARVALHO
DEMERVAL SILVA CAIXETA JUNIOR
SUBSTITUTOS

2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2° Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, a COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, na qualidade de CREDORA FIDUCIÁRIA, pelos requerimentos de 24/06/2026 e 26/08/2026, requereram a este Serviço Registral a intimação de **ADONIAS ROSADA MALOSSO**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 923.784.471-91, residente e domiciliado nesta cidade, nos seguintes endereços: **1)** Lote nº 15, do Conjunto 02, da Quadra 01, destinado ao uso COMERCIAL, do Bairro São Bartolomeu, no Núcleo Urbano de São Sebastião (Cidade de São Sebastião) e, **2)** Apartamento nº 606, Bloco "K", SQN 205, Asa Norte, na qualidade de DEVEDOR FIDUCIANTE nos termos da Lei n° 9.514/1997, para que satisfaça o pagamento da importância de R$315.034,83 (trezentos e quinze mil e trinta e quatro reais e oitenta e três centavos), atualizada até o dia 31/11/2026, correspondente as prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária da escritura de alienação Fiduciária do Lote nº 15, do Conjunto 02, da Quadra 01, destinado ao uso COMERCIAL, do Bairro São Bartolomeu, no Núcleo Urbano de São Sebastião (Cidade de São Sebastião), nesta cidade, registrada sob o n° R.2 e R.3, na matrícula n° 147.917. O Devedor Fiduciante não foi localizado nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do DF. Desta forma, fica o DEVEDOR FIDUCIANTE, acima qualificado, CONSTITUÍDO EM MORA E INTIMADO, para que satisfaça o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS – QUADRA 08 – BLOCO "B n° 60" – SALA 140C – "VENÂNCIO SHOPPING", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade do Lote nº 15, do Conjunto 02, da Quadra 01, destinado ao uso COMERCIAL, do Bairro São Bartolomeu, no Núcleo Urbano de São Sebastião (Cidade de São Sebastião), desta cidade, em nome da CREDORA FIDUCIÁRIA. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 20 (vinte) dias do mês de outubro de 2026. LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL – OFICIAL.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 230/2026

Objeto: Prestação de serviços de operação da central de atendimento a usuários de TIC (*Service Desk*). Data da sessão pública: 18 de novembro de 2026 às 14h. O Edital encontra-se disponível nos sítios: www.gov.br/compras/pt-br e www.tst.jus.br.

Brasília, 05 de novembro de 2026.
MARCOS FRANÇA SOARES
Coordenador de Licitações e Contratos

---

caesb
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB
GDF

AVISO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Torna público que está requerendo do Instituto Brasília Ambiental- IBRAM/DF, a **Licença de Operação, a título de renovação da Licença de Operação nº 37/2019- IBRAM-** para atividades referentes ao Subsistema Cachoeirinha, Abrangendo a Captação no Córrego Cachoeirinha e Unidade de Tratamento - ETA Paranoá, localizado na Quadra 09 – Área Especial Região Administrativa do Paranoá - DF, RA VII. Processo nº 00391.00024421/2017-90. Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal- CAESB.

BANCÁRIOS DF
SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA
61 3262-9090 | 61 3262-9000
EQS 314/315 Bloco A - Asa Sul - Brasília-DF - CEP: 70383-400

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA ESPECÍFICA DOS EMPREGADOS DO BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A.

O **Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brasília**, inscrito no **CNPJ/MF sob o nº. 00.720.771.0001-53**, com **Registro Sindical nº. MTPS 218.646-61 de 1961**, **Reg. L.31, Fls.21, 16.11.61**, por seu presidente abaixo assinado, **Rodrigo Lopes Britto**, convoca todos os bancários, sócios e não sócios, da base territorial deste sindicato que prestam serviços ao **Banco Santander (Brasil) S/A**. para a **assembleia extraordinária específica, na modalidade remota/virtual**, a ser realizada em **06 de novembro de 2026**, com votação **das 09h às 19h**, para deliberar sobre a seguinte pauta:

1) Deliberação sobre a celebração, com o Banco Santander (Brasil) S/A., do **Acordo Coletivo de Trabalho 2026/2028; do Acordo do Programa da Participação nos Resultados Santander (PPRS)**, em conformidade com a Lei nº 10.101/2000, referente ao biênio **2026/2027**, que também trata da **autorização de desconto em função da negociação coletiva realizada**; e do **Termo de Relações Laborais e Prestação de Serviços Financeiros – Boas Práticas**, anexo ao **Acordo Coletivo de Trabalho 2026/2028.**

Todas as informações necessárias à deliberação sobre a pauta estarão disponíveis no site ***bancariosdf.com.br***, inclusive o link para a votação **bancarios.votabem.com.br**.

Brasília, 04 de novembro de 2026.
Rodrigo Lopes Britto
Presidente

CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE

Saiba como entrar em contato com o Classificados do Correio Braziliense

Pequenos anúncios
61 3342-1000 opção 05 ou
61 3214-1215

Editais, Avisos e Comunicados
61 3342-1000 opção 04 ou
61 3214-1245

Whatsapp
61 98167-9999

Central
61 3342-1000

E-mail
classificados.df@cbnet.com.br

Endereço:
Sig QD 02 Bl 02 lote 340
ao lado da Câmara Legislativa



Siga-nos nas redes sociais e acompanhe todas as novidades e promoções

Instagram:
@classificadoscb

Facebook
@classificadoscb